

EM TEMPO!

Especial

Semanário Nacional • Ano III • nº 99 • 7 a 21 de fevereiro de 1980 • Cr\$ 20,00

Delfim lança mais uma ameaça tentando acabar com as greves

DESEMPREGO

EM MASSA

VEM AÍ

Apesar do arrocho, da repressão e até mesmo do "pacto social", Delfim não conseguiu acabar com as greves. Agora, ele vem com mais uma ameaça: se os trabalhadores não "cooperarem", milhões irão prá rua da amargura.

A situação real do desemprego no país, os planos do governo e as respostas da liderança operária estão nas págs. 12, 13 e 14.

COMITE DE SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES DEMITIDOS

Veja
também nesta
edição:

- Airton Soares, Chico de Oliveira debatem o PT
- A UNE se prepara para 1980
- Hércules Correa: linha sindical do PC
- O que foi a Vanguarda Popular Revolucionária

PT: na reta final da sua organização

Rio Grande do Sul

Vereadores querem um partido diferente

«Ele tem que ser classista»

EM TEMPO entrevistou alguns procurando ouvir os problemas do movimento no interior e, particularmente, a participação hoje no parlamento. Os entrevistados são: João Carlos Gastal Jr., vereador de Pelotas; Anselmo Brustolin, vereador de Farroupiha e Flávio Bettainin, vereador de São Luiz.

Por que Partido dos Trabalhadores? Quais os motivos da opção?

Flávio Bettainin (FB) — Estamos na luta em defesa dos interesses populares há muito tempo e desde 1974 vínhamos imprimindo ao MDB um cunho eminentemente popular. Nossa luta sempre foi na direção dos trabalhadores. Muito antes de se falar em Partido dos Trabalhadores em São Paulo, já em São Luiz, discutíamos a necessidade de um partido desse tipo.

João C. Costa Jr. (JG) — "Os trabalhadores estão cansados de serem usados como massa de manobra dos partidos burgueses. Hoje queremos um instrumento capaz de dar uma dimensão política, capaz de subsidiar politicamente as lutas cotidianas dos trabalhadores, e este instrumento é o PT.

Como está a articulação do movimento em sua cidade?

Anselmo Brustolin (AB) — É preciso compreender, antes de mais nada, que no interior, a organização do PT se dá diferentemente das grandes cidades. Nestas, os trabalhadores sentiram, através de suas lutas por melhores condições de vida e salários, a necessidade de se organizarem politicamente. Enquanto que, no interior, a consciência de classe está se dando na medida da discussão do programa do PT. Em função disso o processo é mais lento.

(FB) — Em São Luiz Gonzaga, o PT surgiu com muita força e com bom apoio parlamentar, pois desde o início contou com três vereadores — eu e mais os companheiros Ney Malgarim e Mauro Dornelles — com a particularidade que nosso bloco parlamentar compôs a mesa da Câmara junto com o PMDB e detemos a Presidência e a Secretaria da Câmara.

Como o PT pode utilizar o Parlamento hoje em dia, quando os órgãos legislativos estão esvaziados de poder real?

(JG) — Cabe a nós, militantes do PT que hoje estão cumprindo mandatos populares, intervir no parlamento até os seus limites, desfazendo as ilusões parlamentaristas.

(FB) — Nós em São Luiz, vivemos uma particularidade que talvez seja desconhecida pelos outros companheiros do PT nacionalmente, além da exploração do parlamento como propaganda, como meio auxiliar na estruturação do partido, estamos em postos administrativos de três secretarias do município — Ação Social, Educação e Obras Públicas. Obviamente, isso coloca uma situação nova que eu acho que o conjunto do partido ainda não começou a pensar, mas que precisamos responder.

— Tanto o PMDB, como o PTB no RS, estão muito à frente do Movimento Pró-PT na estruturação a nível parlamentar. O PT não estaria fadado a ser pequeno no RS frente a disputa PMDB e PTB?

(JG) — A proposta não é a de um partido parlamentar. Além disso é essencialmente nova. Não possui uma referência anterior, uma memória que se possa usar para fins de articulação, tal como ocorre com o PTB e o PMDB. Por outro lado, aqueles que hoje têm assento nas casas legislativas não se elegeram defendendo um programa de independência política dos trabalhadores. Assim não é de surpreender que atualmente o PT seja pequeno no parlamento.

— Existem propostas a nível regional para encaminhar a articulação dos vereadores do PT no estado?

(JG) — Tem-se ouvido falar de uma proposta de uma reunião estadual de vereadores do PT. Somos favoráveis a proposta. Todos os vereadores hoje engajados na proposta do movimento são membros de bancadas pequenas, quando não sozinhos. Assim, a única forma que temos para que nossa atuação parlamentar não permaneça completamente atomizada é buscar uma articulação estadual.

— Como você vê os documentos públicos do Movimento?

(JG) — O ante-projeto de programa foi o documento que serviu para a aglutinação de todos que hoje se empenham na construção do partido. Quem hoje está no movimento está exatamente por concordar com as linhas mestras daquele projeto. Sua definição de partido classista, sem patrões, sua definição por um governo dos trabalhadores são traços essenciais e distintivos que servem para representar as posições e os interesses daqueles que estão nas bases do PT.

O mesmo não se pode dizer do Manifesto de janeiro. Discordamos profundamente e esperamos que a plenária do dia 9 lhe introduza substanciais modificações. Pensamos que este manifesto falha por omissão quando não reafirma a questão do governo dos trabalhadores e a identificação do PT como partido sem patrões.

As propostas gaúchas para o dia 10

Com a finalidade de preparar a participação do Movimento pró-PT do Rio Grande do Sul no Encontro Nacional dos próximos dias 9 e 10 em São Paulo, reuniu-se no domingo, 3 de fevereiro, a Coordenação Regional gaúcha.

Devido ao caráter extraordinário da reunião foram convidados para participar do encontro todos os núcleos formados e em formação, todos os membros e simpatizantes do Movimento pró-PT. Com o Plenarinho da Assembleia Legislativa lotado, a Coordenação Regional discutiu e deliberou sobre os dois pontos básicos da pauta: o Manifesto de lançamento a ser aprovado no próximo fim de semana em São Paulo e os critérios de organização nacional e regional do PT, face a nova legislação partidária.

Reafirmar o caráter classista do PT

O debate sobre o ante-projeto de Manifesto de lançamento encontrou uma unanimidade nem sempre fácil de ser atingida dentro de um movimento heterogêneo em suas origens com o PT. Todos os oradores que falaram sobre esse ponto, da Coordenação Regional ou de representantes de núcleos da capital e do interior, reconheciam no ante-projeto um recuo em relação aos textos anteriores do Movimento Pró-PT. As imprecisões conceituais, as ambiguidades como «a construção de uma sociedade que responda aos interesses do povo» e a ausência da marca classista dos documentos anteriores foram as críticas mais ressaltadas no debate.

Outro ponto em que as críticas foram acen tuadas acha-se no desvio parlamentarista que o texto do ante-projeto incorreria ao afirmar que os interesses populares «não prevalecerão enquanto o Parlamento não expressar uma efetiva representação popular e adquirir poder de decisão sobre a economia».

Apesar das críticas, no entanto, a Coordenação Regional decidiu não elaborar um outro texto alternativo pois entende que isso dificultaria, caso o fato se respeitasse em outros lugares, a aprovação de um texto final. Assim, a Coordenação Regional resolveu adotar apenas uma resolução indicativa de um eixo central que qualquer documento público deveria conter. A resolução da Coordenação Regional gaúcha, portanto, restringiu-se a reprovar o ante-projeto, indicando que um outro manifesto de lançamento deveria ser redigido tendo por base o documento de 1º de maio, o ante-projeto de programa, e que, em seu interior deva conter explicitamente aqueles elementos que tem marcado o projeto até aqui e se constituído no ponto de coesão dos participantes: **um partido classista, sem patrões e que aponte na direção de um governo dos trabalhadores.**

Quanto a formalização do Movimento pró-PT perante a Justiça Eleitoral e o cumprimento da nova legislação partidária, a Coordenação Regional deliberou que mesmo neste nível o projeto deve manter sua autonomia e independência.

Aprovou como proposta a ser encaminhada para o Encontro Nacional que a Comissão Executiva Nacional continue como se encontra atualmente, sendo acrescida de novos representantes eleitos em Coordenações Regionais que forem surgindo, dentro dos critérios atuais. A exigência de onze nomes perante o Tribunal Superior Eleitoral deverá ser cumprida apenas formalmente, permanecendo o nível de decisão na estrutura orgânica que o próprio movimento vem definindo, ao menos até a convenção de fundação do Partido e de sua estruturação definitiva.

Para os membros da Coordenação Regional gaúcha que defenderam essa posição, ela corresponde a uma resposta concreta aos limites da legislação imposta e um exemplo de que o PT realmente se constitui num projeto onde o poder das bases e o respeito de sua soberania não é mera declaração estatutária. A Coordenação Regional do RGS propõe, ainda, que as Coordenações Regionais com maior número sejam também ratificadas e procedam de igual maneira, apenas cumprindo formalmente as decisões da Justiça, mas mantendo, na prática, a estrutura definida pelo próprio Movimento pró-PT.



vereadores do PT no RS: Anselmo Brustolin (Farroupiha) e João Carlos Gastal (Pelotas)



Membros do PT de Farroupiha, dando os retoques finais na sede local

Como tratar as divergências

Um pequeno incidente marcou a reunião da Coordenação Regional Provisória do Movimento pró-PT. O fato, sem maiores proporções, é significativo como experiência e como método de construção partidária, para um movimento que desde o nascimento terá que coexistir com correntes internas as mais variadas.

No início da reunião, alguns membros da Coordenação Regional, alegando entendimento distinto sobre o que havia sido deliberado na última reunião da Coordenação Regional e o que estabelecia a Convocatória da reunião do dia 3, exigiram uma reabertura da discussão sobre a pauta e nova deliberação. Após o debate foram votados os dois entendimentos sobre os critérios de participação de deliberação da reunião. Dos 17 membros presentes, onze votaram pela manutenção da pauta e da convocatória.

Inconformados com o resultado alguns membros da Coordenação, acompanhados por alguns dos presentes retiraram-se da reunião e esta transcorreu conforme estabelecia a pauta. Antes do término da reunião, os membros que haviam se retirado — entre eles Olívio Dutra Enid Backes e Firmo Trindade — retornaram a reunião, assumindo autocríticamente sua saída e defendendo a necessidade de manutenção da unidade do movimento em torno da construção do PT. Mantiveram suas críticas ao encaminhamento mas reconheceram publicamente a forma equivocada que agiram ao se retirarem da reunião.

O significado do gesto destes membros da Coordenação do PT foi importante para o Movimento como um exemplo que deverá nortear a construção do PT, um partido que será marcado pela saudável existência de diversidade de opiniões em seu interior, pela crítica e auto-crítica como comportamento natural mas fortalecido pela necessária unidade em torno de seus objetivos maiores: a organização independentes e autônoma dos trabalhadores.

Mais núcleos no interior

Este ano, nem as férias de verão conseguiram impor o tradicional recesso político, e os novos partidos estão a todo vapor. O Partido dos Trabalhadores apesar de ter iniciado praticamente do zero também está na corrida e, no Rio Grande do Sul, novos núcleos, estão surgindo.

Tapes

Sábado, dia 26 de janeiro, no salão paroquial da cidade de Tapes, situada às margens da Lagoa dos Patos, organizou-se mais um núcleo do PT. Cerca de 50 pessoas, na sua maioria agricultores e trabalhadores de serviços urbanos discutiram as linhas gerais do projeto e definiram-se pela organização de um núcleo municipal do PT.

Na reunião estava presente o vereador pelo ex-MDB, Tito Montenegro Barbosa Junior, que se manifestou favorável ao projeto, comprometendo-se em apoiar a articulação na cidade. Também, já foi deliberado o funcionamento provisório do núcleo e a participação de representantes na reunião Extraordinária da Coordenação Regional que seria realizada em Porto Alegre no dia 3 de fevereiro.

Farroupiha

Em Farroupiha, no mês de janeiro, o núcleo do PT deu mais um salto. Desde sua formação, o núcleo mostrou enorme combatividade e organização, tirando, inclusive, um boletim impresso quinzenalmente para difundir e organizar o Movimento. Agora, o núcleo coordenado pelo vereador Anselmo Brustolin (bancário), por Roque Barbieri (trabalhador rural) e Roberto Meira (operário calçadista) já possui sede na cidade e reuniões sistemáticas todas as semanas, e formou um bloco parlamentar na Câmara de Vereadores.

Através de EM TEMPO, o núcleo de Farroupiha comunica a todos os núcleos do PT em todo o país que queiram trocar correspondência e experiências, escrevam para sua sede à rua a República, 470 — Farroupiha. CEP 95.180

Em debate: Manifesto, Programa, etc

No próximo dia 10, domingo, em São Paulo, o Movimento pelo PT estará tomando deliberações decisivas para o seu futuro. Depois de um período longo — mais de um ano — de divulgação e organização embrionária da proposta é chegada a hora de entrar na reta final de sua constituição partidária propriamente dita.

O problema pode parecer legal, jurídico, mas não o é. Independentemente do calendário da reforma partidária, o PT já vinha, há bastante tempo, carecendo de definições mais precisas sobre sua proposta política, formas de organização e direção. Sobretudo esta última, a nível nacional, cumpre reconhecer que, apesar de todos os seus méritos e representatividade inquestionáveis, como organismo ela não se impôs de fato como direção política do processo deflagrado. A tarefa não é fácil, todos sabemos. Mas adotá-la só pode levar ao desgaste do Movimento e ao retrocesso.

E o problema não se resolve, como querem alguns, entregando esta tarefa de direção aos políticos, aos parlamentares, aos "profissionais da política", enfim. Nem resolvendo entrar imediatamente na tramitação legal, como se as receitas da legislação da ditadura pudessem curar os males de que o Movimento padece. Tanto uma como outra, são soluções que, ao contrário, trazem perigos sérios de degeneração da proposta do PT tal como ela veio à tona desde mais de um ano atrás.

Todas estas questões foram lançadas à discussão nas últimas reuniões da direção nacional provisória do Movimento. Do debate, saiu o calendário abaixo, com uma programação que culmina em abril próximo, quando então o processo de organização do PT estará terminando seu primeiro ciclo de constituição.

Para subsidiar esta discussão, fomos ouvir o que vários integrantes do PT estão pensando sobre sua situação presente. Estatutos, Manifesto, Programa, Direções etc., foram questionados e o resultado parcial deste levantamento está aqui nestas duas páginas e nas que se seguem.

Abaixo, transcrevemos o Comunicado à Imprensa, através do qual a direção nacional divulgou o calendário referido acima, logo após sua última reunião.

«Reunida ontem, dia 31 de janeiro, a Coordenação Nacional Provisória do Partido dos Trabalhadores decidiu estabelecer um cronograma de atividades tendo em vista implementar os passos necessários à sua inscrição, a curto prazo, junto ao T.S.E. a saber:

Dia 9 de fevereiro — reunião da C. N. P. completa, inclusive com a participação dos dois representantes eleitos nas plenárias estaduais;

Dia 10 de fevereiro — Reunião, nacional para subscrição do Manifesto do P.T. e eleição de sua Executiva Nacional Provisória.

— Critério de participação: lideranças sindicais, de bairro, políticas, membros dos organismos dirigentes a nível regional e nacional e representantes dos núcleos de militantes;

— Nesse dias será declarado aberto o período preparatório para o I Encontro Nacional dos Militantes pró-P.T., com a distribuição às bases de um texto, indicatório dos principais pontos para a discussão programática;

Dia 9 de março — Concentração e festa popular em Osasco na qual serão distribuídos às bases projetos de textos sobre:

1) Programa, 2) Linha de Atuação para o Movimento Sindical, trabalho comunitário e rural e 3) Regimento Interno do P.T.;

Dias 12 e 13 de abril — em São Paulo — realização do I Encontro Nacional dos Militantes do P.T., com representação tirada em Encontros Regionais realizados até esta data, para aprovação dos Documentos Básicos: Programa, Estatuto (inclusive Regimento), Linha para o Movimento Sindical, para o Trabalho de Bairro e Rural.

Dia 14 de abril — entrada do pedido de registro junto ao T.S.E.

— Formação dos blocos parlamentares do Partido. S. Paulo, 1º de fevereiro de 1980.

Assinado, Paulo Skromov, Secretário de Imprensa e Propaganda

Obs: A reunião do dia 9/2 será às 9 horas na atual sede do PT — Travessa Brigadeiro Luís Antônio nº 71, Bela Vista, São Paulo/S.P. — e a do dia 10/2 às 9 horas no Colégio Sion — Av. Heliópolis 901, São Paulo/S.P.

São Paulo

Os deputados vão dar unidade nacional ao PT

Osmar
secretário do núcleo municipal de São Bernardo

A respeito do manifesto do PT, lançado recentemente, qual a avaliação que você faz dele?

— Eu acho que o manifesto consegue retratar bem a idéia que nós temos do Partido dos Trabalhadores. Ele mostra que não é a idéia de um partido que surge da cabeça de alguma pessoa mas nasce justamente através da experiência dos trabalhadores que vêm como forma principal de romper com esta situação a ação política. Depois algumas bandeiras que o manifesto coloca, relativas à questão da independência nacional e a questão democrática — liberdade sindical — para mim retratam também não só uma necessidade dos operários especificamente, mas do conjunto dos trabalhadores.

No entanto, para mim o manifesto tem um defeito. Eu achei que ele conseguiu colocar as coisas importantes, porém, me pareceu, que elas ficaram um pouco diluídas. Faltou ser mais taxativo, ele não teve tanto o caráter de manifesto. Faltou mesmo ser mais incisivo.

Um outro aspecto que o manifesto não contempla e que está muito ligado à idéia do Partido dos Trabalhadores é que para nós — os trabalhadores — a luta política fundamental é aluta por melhores condições de vida, por melhores salários e por melhores condições de trabalho. A luta política institucional como o Estado de Direito, a Assembléia Constituinte e outras coisas semelhantes são importantes, mas é exatamente aí onde o movimento carece de força real e é onde justamente o governo tem força.

— Como você está vendo os recentes rachos do PMDB e a vinda de parlamentares para o PT?

— Eu acho que o quadro político do PMDB deve ser bastante difícil, porque a maioria dos deputados que tem aderido ao PT tem levantado profundas críticas ao funcionamento do PMDB. Agora nós temos que ver o seguinte: porque que este pessoal, que é um pessoal combativo e reconhecido pela maioria da população, resolve, em função de uma crítica interna ao PMDB, entrar para o PT. O que leva esses parlamentares ao PT é que eles estão reclamando uma vida democrática não só ao país, mas também ao nível de uma organização partidária. Não encontrando isto no PMDB e vendo que nós podemos construir isto no PT eles optaram pelo PT.

No dia 10 esses deputados vão fortalecer o PT, pois hoje nós temos debilidade muito séria. Você veja, a gente aqui trabalha 10 horas por dia e praticamente nós não temos tempo de fazer política fora de nossa região e eu acho que os deputados vão poder criar essa unidade nacional que o PT precisa. É óbvio que eles não vão criar isso de modo independente, nós vamos ter um programa e eles vão trabalhar a serviço desse programa que vai ser elaborado pelo conjunto do partido.

O PT está carecendo de maior organização e de maior unidade e eu acho que no dia 10 a gente deve aprovar este manifesto e devemos discutir a possibilidade da gente efetivar uma direção nacional capaz de ter uma ação mais coordenada e mais contínua. Hoje o PT tem uma debilidade séria, em todos os lugares surgem núcleos, espontâneos, e está havendo uma dificuldade de coordenação nacional entre a atividade política destes diferentes núcleos. Nós temos que pensar em dar uma maior organização a isso. Uma das maneiras da gente resolver isto não é a gente ir criando direções a nível municipal, intermunicipal e estadual, é necessário que este processo se dê, via coordenação nacional.

Minas

O parlamento é necessário, mas secundário

José Prata
bancário, da coordenação do PT em Minas

Sobre o manifesto o que eu vi foi o seguinte: um ponto importante é que ele reafirma o compromisso com a organização independente dos trabalhadores colocando a necessidade do PT ser um instrumento dos trabalhadores, ao contrário dos outros partidos. Por outro lado, no entanto, ele é bastante vago na parte que se refere à atuação do PT no Parlamento. Que essa atuação a nível parlamentar é necessária, não há dúvida. Mas as transformações nesse país, serão fruto, principalmente, da organização pela base de todos os trabalhadores. Ou seja, a principal luta, pelo governo dos trabalhadores, não se desenvolve no Parlamento mas sim nas lutas travadas no dia a dia.

Bahia

Eleita coordenação regional

No último fim de semana, 350 militantes do PT, de 16 núcleos do Estado, reuniram-se em Salvador, na Bahia. Era uma plenária estadual de militantes para debater, entre outras questões: políticas de organização, campanhas, manifesto do partido, eleição da Coordenação estadual e de seus representantes na nacional.

Para representá-los na direção nacional provisória, foram eleitos os petroquímicos Nelson Bahia e Jacques Wagner. E a Coordenação regional ficou composta de 9 membros, entre outros, Edval (oposição sindical metalúrgica), Benjamin (petroquímico), o «velho» Arnaldo (antigo líder ferroviário), Beth (oposição sindical dos gráficos) e D. Inah (oposição sindical dos enfermeiros).

Entretanto, a reunião não conseguiu cumprir a pauta completa das discussões dada exiguidade do tempo, e o fato de haver surgido em plenário uma polêmica sobre a «questão da hegemonia operária» no interior do PT. As divergências no plenário surgiram por parte de setores que alegavam ser prejudicial uma afir-

A Carta de Princípios é apenas

uma referência

Luis Soares
professor, representante regional de Minas na Comissão Nacional

O fundamental hoje no PT é garantir a democracia interna. Eu estou entendendo democracia interna como uma organização efetivamente de baixo para cima, como uma organização que preveja amplos canais de participação. Um exemplo: se o núcleo constituiu realmente a forma básica de organização, na medida do possível todos os trabalhadores militantes do PT devem participar ou contribuir no dia a dia para os trabalhadores de algum núcleo. Não é uma fórmula rígida mas deve ser uma preocupação na elaboração dos estatutos. Outro exemplo: todos os cargos de direção nos mais diversos níveis, devem ser preenchidos através de eleições internas, mesmo quando se tratar de companheiros de reconhecida expressão nacional.

Quanto ao programa, o projeto lançado no 1º de maio passado nunca se pretendeu definitivo e acabado. Ele foi produzido justamente para deflagrar um amplo processo de discussão sobre o PT e os nossos objetivos em todo o país. Nessa medida, ele não só permite como até mesmo exige alterações em todos os pontos que julgarmos necessário.

A melhor forma de termos um programa justo e assimilado pelos militantes e simpatizantes do PT é a própria direção nacional iniciar desde já uma ampla coleta de subsídios a partir da base para a elaboração de um programa duradouro.

mação deste caráter pelo PT, pois isto estreitaria a participação de amplas forças de oposição.

O que estava por trás do debate eram, no entanto, concepções diversas sobre a política de alianças que o PT deve por em prática. Pois como enfatizaram alguns dos polemistas, o PT deveria buscar ser «uma frente ampla de oposições na luta contra o regime militar».

A discussão, pela forma como foi conduzida, tornou o clima de reunião bastante ruim, até mesmo desinteressante para a maioria dos presentes, o que fez com que a direção dos trabalhos suspendesse o debate enviando o tema a debate prévio nos núcleos.

Finalmente foram destacados, ao longo dos debates nas comissões preparadoras, as seguintes questões: a luta pela legalização do PT; a participação das mulheres na direção do partido; e a preocupação em se manter uma organização democrática para o partido, ao lado das exigências — necessárias de serem cumpridas, porém restritivas — que a lei impõe sobre os atuais partidos.



Plenária baiana

Chico de Oliveira

O PT é duplamente revolucionário

Por Flávio Andrade

De acordo com as últimas deliberações da direção nacional, o PT deve divulgar brevemente um documento programático para a discussão nas bases. Será ainda um texto provisório, mais propriamente um conjunto de pontos para nortear o debate sobre o programa definitivo que somente será aprovado em abril.

Francisco de Oliveira, o Chico, é sociólogo. Presidente da ASESP - Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo - e membro da equipe do Cebrap, ele é, sobretudo, um dos militantes atualmente mais participantes da articulação, e empenhado em que as definições programáticas do partido expressem todas as virtualidades revolucionárias que a proposta apresenta.

É neste sentido que fomos entrevistado com a seguinte pergunta: qual deve ser o programa do PT?

A questão do programa de um partido está, estreitamente ligada à concepção que se tenha do caráter deste partido. Hoje em dia, no PT, encontra-se mais de uma definição a respeito. Para alguns, trata-se de um partido de frente, para outros de um partido de transição. Vários setores se satisfazem com tomá-lo simplesmente como um partido, dispensando maiores adjetivações. Finalmente, há os que concebem o PT como um partido de certa forma revolucionário. Como você se situa nesta polêmica?

— Bom, eu sou daqueles que acham que o PT deveria ser — certamente ainda não é — um partido. Não uma frente, nem mesmo de esquerda. Embora um partido que possa agrupar tendências. Não deveria também ser um partido de transição, senão um partido que, a meu ver, seja simultaneamente tático e estratégico. E um partido revolucionário.

Em dois sentidos. Num primeiro, num sentido menos forte, que é um partido revolucionário pela própria presença dos trabalhadores na política. E, em segundo, um partido revolucionário porque deve postular uma transformação econômica, social e política radical da sociedade, no sentido do socialismo.

Agora, o PT certamente não é nada disto ainda. Ele parte, como todos sabemos, de uma série de lutas que vêm se desenvolvendo e que, à maneira, eu diria, um besouro, veio dando com o nariz em várias restrições que têm aparecido como restrições próprias do regime em sua forma autoritária. Mas

O partido nasce como se estivesse no ano zero da história da esquerda brasileira. O que, desde logo, é falso.

que, a rigor, são restrições próprias do sistema capitalista, esta forma autoritária não sendo mais do que a expressão da impossibilidade de conduzir a expansão do capitalismo no Brasil outra forma de regime político. É o movimento popular veio dando cabeçadas no que aparentemente são as barreiras do sistema autoritário, mas que, a meu ver, são mais do que isto, são as barreiras que o sistema capitalista impõe. Por isso é que eu digo que dentro do movimento que dá origem ao PT, há um outro movimento que aponta concretamente para o socialismo.

Que paralelos você estabelecerá entre o PT, assim concebido, e outras experiências partidárias da história?

— Eu acho que a semelhança maior que o PT guarda — e é bom sermos bem precisos para que os leitores não venham a pensar outra coisa — tomando as formas, os impulsos e os métodos com que ele nasce, é com um movimento operário que nunca chegou a se constituir como partido que foi o anarco-sindicalismo. Esta, a meu ver, é a semelhança maior do PT do ponto de vista do seu nascimento. Que significa esta semelhança? Ela existe num sentido muito preciso, que é o de um movimento que nasce das contradições da classe operária, sobretudo na sua dimensão sindical. Então é neste sentido, e só neste, que ele tem uma semelhança com os movimentos anarco-sindicalistas dos anos pré-30 no Brasil.

Com relação à esquerda brasileira propriamente, eu acho que o PT nasce como uma síntese, pela negação, de todas suas experiências. Portanto ele nasce de alguma forma como se estivesse no ano zero da história da esquerda no Brasil. O que, desde logo, é falso, pois não estamos no ano zero desta história. Mas o PT nasce assim, contra a manipulação das massas, como uma reação à extremada ideologização de certas frações da esquerda e contra também outro tipo de manipulação que em alguma medida tentou o militarismo.

Há várias forças pedindo que o PT assuma um programa social-democrata

Entrando no mlolo da questão. Qual a definição programática que você julga necessária ao PT, no momento atual? Quando ele está se apresentando a nível de programa e estatuto para dar entrada na tramitação legal?

— Aí eu acho que a gente se debate entre duas tensões, cuja resultante é difícil prever. Mas eu tenho a impressão que o programa do PT deveria ser sobretudo um programa para sua própria ação. Um programa que buscasse apanhar de cada movimento social as reivindicações fragmentadas e que as unificasse num corpo de proposições políticas. Isto porque a experiência que o PT acumulou até hoje não é o bastante para propor-se mais do que um programa de ação.

Isto, evidentemente, é muito difícil de ser aceito. Os outros partidos têm um programa e o PT, até mesmo para precisar seu recorte, deverá ter que dizer algumas coisas para as quais ele não está preparado.

E é muito difícil também porque os militantes do

PT, como todos nós, querem saber em que tipo de partido estão entrando; é uma exigência legítima. Mas apesar destas dificuldades, é o que eu acho que o PT deveria adotar como programa.

Enfim há um dilema. De um lado o PT pode ser tentado a apresentar modelos muito acabados da sociedade futura que desejamos e, de outro lado, o outro risco é o de ficar no mero enunciado da lista de reivindicações dos setores dos quais ele nasce, o que não faz, certamente, um programa político. Mas há um terceiro risco, encapuçado, embutido e latente. Há forças adversárias, que até bem pouco apostavam na inviabilização do PT. Se empenhavam em não deixar nascer algo que pudesse desmistificar e desnudar o jogo que aí está. Até dentro do PT tem gente que apostou nesta inviabilidade. Mas na medida em que o PT foi para frente, estes setores tendem a pedir, menos ao PT e mais às lideranças sindicais que o dirigem, um comportamento, eu diria, resumidamente, social-democrata. O comportamento do bom operário que ganha bem, tem seus direitos respeitados e cumpridos à risca, mas que ajude a administrar o capitalismo. Este é o terceiro e o mais forte dos riscos que aí estão para o PT.

Enfim, o programa do PT deveria, na minha opinião pessoal, evitar sobretudo este último risco de ser uma espécie de social-democracia bem comportada, mas também que superasse a simples lista de reivindicações sociais dos setores que o PT pretende representar e, explorar até o limite do que a articulação real do PT é hoje esta visão prospectiva da sociedade sem oferecer um modelo acabado.

Temos que criar uma forma nova e radical de relação partidária com os movimentos populares.

Ó E no plano imediato, o que você acha que o PT deveria apresentar como proposta?

— Eu acho que o decisivo será o PT introduzir um novo tipo de relação político partidária com as massas dominadas. Ele deve buscar se marcar exatamente por este lado da questão — como combinar autonomia dos movimentos populares com unificação e direcionamento político do conjunto das lutas? Por outro lado como radicalizar as várias formas de resistência popular que se gestaram ao longo dos últimos anos a partir dos movimentos populares segmentados. Movi-



Jesus Carlos

mentos que nasceram em luta contra a ditadura, não na forma como ela se apresentava juridicamente, mas na forma concreta como ela atacava o povo, nas formas mais abjectas daquilo que se tem chamado, com certa impropriedade, de capitalismo selvagem no Brasil. Como radicalizar estes movimentos é a questão. Portanto o programa para mim deveria ser isto: como é que nós vamos atuar. Como o PT pode ser uma forma nova, radical, de relação partidária com os movimentos populares.

Agora, certamente, há uma tensão dialética entre isto e a projeção da sociedade futura. E não se trata apenas de um desejo individual dos militantes, mas sim de algo que atualiza a ação do partido na conjuntura. A questão está em resolver esta tensão concretamente a cada passo sem fechar o espaço à intervenção dos movimentos populares.

Como você avalia os textos políticos até agora divulgados pelo PT?

— Os primeiros textos do PT, na verdade a Carta de Princípios e a Plataforma divulgados no 1º de Maio passado, eram, do ponto de vista do que se entende como programa de um partido, muito mais próximos. Se aproximavam muito mais do que qualquer outro documento posterior de uma visão socialista da sociedade. Os documentos posteriores matizam mais isto aí; tanto o de outubro, em São Bernardo como o Manifesto, agora.

Para alguns pode parecer um certo recuo, mas eu diria que os últimos documentos estão mais próximos do que é, em termos reais, a articulação do PT, do que os primeiros.

Agora o programa que será feito necessariamente percorrerá algumas das trilhas traçadas pelos documentos anteriores.

A democracia interna no partido: nem diretórios nem núcleos

Um aspecto ligado ao programa é a questão do poder dentro do partido, de sua democracia interna, de sua abertura à participação popular etc. Como você acha que o PT deve hoje se estruturar?

— Eu temo que a necessidade de adequar-se à lei, imponha ao PT uma dinâmica diferente de estruturação do partido. E esta dinâmica pode abafar uma outra, aquela que vem das bases. Mas eu acho também que na forma atual de organização ainda não conseguimos uma estruturação que corresponda a uma presença efetiva nos movimentos sociais. Estamos, a este respeito, seguindo ainda muito do que é tradição nos partidos de esquerda: a constituição por células, núcleos que são muito mais voltados para si mesmos do que para o exterior.

Temos que buscar uma forma de estruturação que se abra à participação — e, evidentemente, a forma de diretório tradicional é por excelência a negação e o fechamento a esta participação. Mas a forma tem também que estar mais voltada para o exterior do que para o interior do partido, o que não tem sido o caso dos núcleos neste período recente de experiência concreta que tivemos. Não sei qual é esta forma ideal, mas temos que buscá-la obsessivamente.

assine **EM TEMPO:**

Sexta-feira:

compre o
EM TEMPO
nas bancas
Cr\$ 20,00

Sábado e domingo:

constate pessoalmente

- * Os principais fatos políticos da semana
- * A melhor cobertura do PT e do Movimento Sindical e Operário
- * História da esquerda brasileira
- * O debate dos grandes temas do socialismo

Segunda-feira:

Faça sua assinatura
para não perder mais
nenhum número

Nome Profissão

Endereço Bairro

Cidade Estado CEP

Estou enviando o cheque nº do Banco

Por assinatura: ANUAL Cr\$ 800,00 SEMESTRAL Cr\$ 450,00

Exterior: INDIVIDUAL US\$ 70,00 INSTITUIÇÕES US\$ 120,00

Rua Mateus Grou 57 - São Paulo - SP - CEP 05415 - Fones: 853-6680 - 280-4759

Airton Soares: O PT não pode perder tempo

Deputado federal pelo ex-MDB paulista, Airton, um dos parlamentares do PT, analisa aqui os passos legais que o partido deverá dar proximoamente.

Por Flávio Andrade

Depois de muita luta interna na constituição do PMDB vários parlamentares da Tendência Popular optaram pelo PT e, diz-se, que outros ainda virão. Para você, o que é o aspecto fundamental do PT que faz com que ele se coloque agora como uma alternativa?

— O que diferencia o Partido dos Trabalhadores dos demais partidos em cena é, principalmente, o fato de que ele será o único que efetivamente possibilitará levarmos uma consciência política aos trabalhadores. E esta é a tarefa mais importante atualmente. Para isto o partido deverá ser o mais democrático possível, de forma que esta participação seja realmente eficaz.

É um equívoco pensar no PT como um partido revolucionário.

Por outro lado, temos que ter claro também as limitações do momento. Estamos criando um partido dentro dos marcos da legislação do regime ditatorial, burguês, aí instalado, e não um partido revolucionário.

A sociedade brasileira vive hoje um momento de transição; não temos ainda uma democracia. E o PT é a proposta política mais adequada a este momento e que certamente abrirá grandes espaços no futuro, fazendo a ponte daqui até lá.

— Em termos programáticos, o que lhe parece ser o tipo de definição política que o PT deve vir a adotar?

— O essencial é que ele seja, como disse, um canal para levarmos a consciência política aos milhões de trabalhadores brasileiros. Esta é a questão central. No entanto, a conjuntura está se abrindo e novas questões vão se colocando. Basta ver o PDS, o partido do governo, que já está agora propondo até a co-gestão, apesar de todos sabermos que se trata da mais desavergonhada demagogia. Temos que tomar a ofensiva.

O partido terá um programa socializante.

Eu acho que o programa do PT vai ter que ser socialista. Em alguma medida, ele vai ter que ser. Digamos que será um programa socializante, que já dê alguns passos nesta direção, que indique este caminho.

O PT deve também expressar no seu programa as reivindicações mais profundas do terceiro-mundismo, deve travar uma luta intransigente contra a exploração imperialista, contra o entreguismo de nosso país ao capital estrangeiro, contra os planos da Trilateral, enfim. Este deve ser o traço mais importante do programa do PT.

— Por este lado do programa e também da composição social você vê alguma diferença entre a proposta do PT e a da Tendência Popular?

— A Tendência nunca chegou a ter uma proposta mais definida mas, a grosso modo, creio que elas batem entre si. Ambas propostas estão preocupadas em abrir um canal de participação política para as massas populares.

Teotônio Vilela e Severo Gomes não são representantes da burguesia; se vierem para o PT, ótimo.

— Mas a proposta da Tendência via como fundamental a convivência com a burguesia liberal dentro de um mesmo partido...

— É verdade que dentro do PMDB há de tudo. Mas é preciso definir melhor o que se entende por burguesia liberal. Figuras como Teotônio Vilela ou Severo Gomes, por exemplo: acho que não é apropriado defini-los como representantes da burguesia. Eles não arrastam nada em termos desta classe social atrás de si. Tanto assim que se eles quiserem vir para o PT eu acho ótimo.

— A saída sua e de outros deputados, autênticos ou não, da articulação que preparava o PMDB, arrancou do presidente do extinto MDB, Ulisses Guimarães, as mais duras acusações de "oportunistismo", "carreirismo", "fisiologismo" etc. Como você responderia a ele?

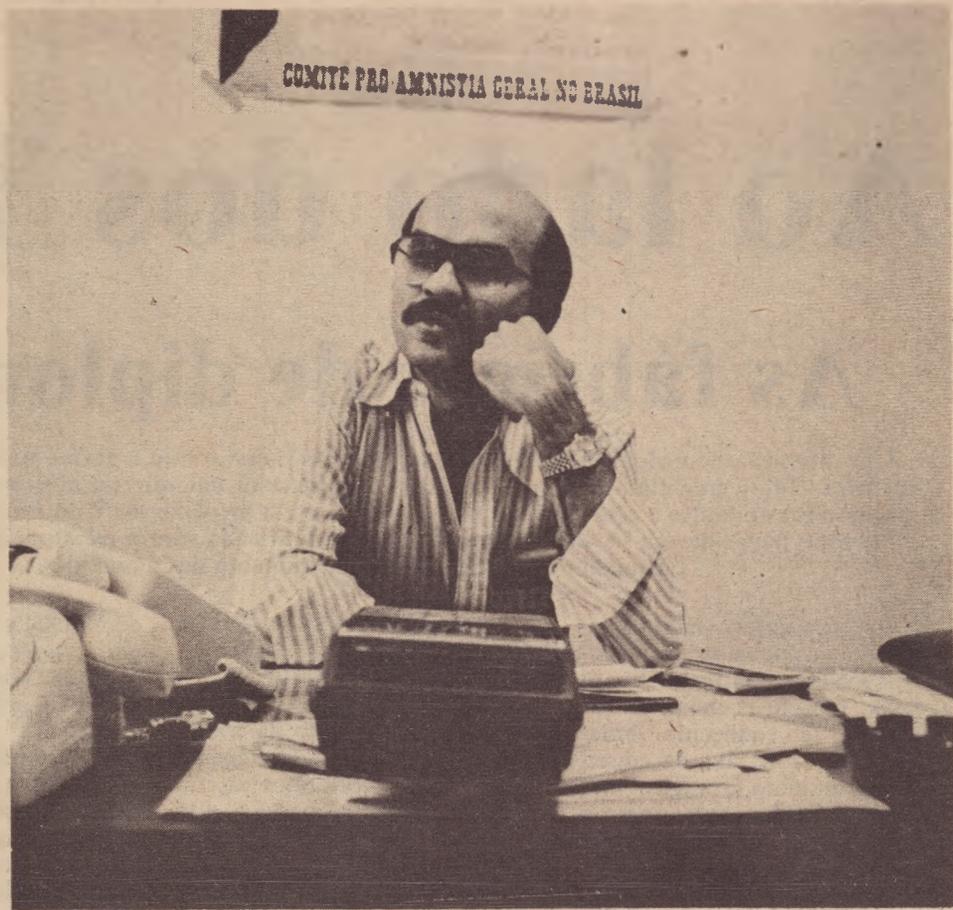
Ulisses Guimarães não se julga integrante de uma frente de oposições, mas sim o Presidente das oposições.

— Eu não quero abrir polêmica com os companheiros do PMDB, pois creio que temos muito em comum para ações futuras. Acho inclusive que boa parte dos companheiros que ficaram na Tendência Popular acabarão vindo para o PT. Pois o que se viu é que um dos propósitos da Tendência, que era de fazer dentro do PMDB um canal de participação para as massas populares, não vingou.

Quanto ao sr. Ulisses Guimarães, o que ocorre é que ele não quer se conformar em ser um integrante de uma frente de oposições que poderia vir a ser o PMDB. Para ele isto não é satisfatório; ele se julga mais, se julga o Presidente das oposições brasileiras.

— As eleições de 80 estão na pauta do debate atual. Você crê que elas irão se realizar? E que postura o PT deve ter?

— É inegável que o governo teme mais uma derrota eleitoral agora em novembro. E para isto está tentando preparar o campo para o adiamento delas. E buscando utilizar-se de um gesto aparentemente de benevolência, ao anunciar que somente seu partido teria condições de se organizar a tempo para enfrentá-las, e desta forma, mantê-las, seria uma postura desleal para com os demais concor-



rentes da oposição. Trata-se, evidentemente de uma farsa.

Nenhum partido tem condições de atender às exigências do calendário da reforma partidária dentro dos praxos estabelecidos pelo calendário eleitoral. Ou seja, para a realização das convenções municipais, regulares, de um partido já constituído, no prazo máximo, de acordo com a lei, de agosto deste ano, a fim de serem escolhidos os candidatos a vereador e prefeito, os partidos teriam que estar já plenamente organizados até julho. Mas a regulamentação da Lei Orgânica pelo TSE só sairá agora em fevereiro. Depois disto tomará tempo a formação dos diretórios municipais onde, mesmo no caso do governo, é complicado. Depois há ainda os prazos necessários entre as convenções municipais e as que se seguem nos outros níveis. Finalmente há o prazo que o TE toma para apreciar e julgar o registro definitivo do partido. Enfim, ninguém, nem mesmo o governo, conseguirá cumprir tudo isto até julho para poder em agosto realizar as convenções municipais regulares que escolhem os candidatos.

O PT pode despedir a oportunidade que se tem agora com as eleições de 80.

Mas isto é problema da lei do regime, e não nosso. Assim devemos insistir intransigentemente na realização das eleições e o governo é que se vire para compatibilizar a sua reforma partidária com a nossa exigência de manutenção do calendário eleitoral.

Pode ser que no caso do governo não conseguir espaço para adiá-las, que ele termine modificando a lei de forma a possibilitar aos partidos ainda em organização — que será o caso de todos — concorrerem excepcionalmente a estas eleições.

E no caso do PT, a linha está clara. Lutar pelas eleições, lançar candidatos por todo o país como forma inclusive de aumentar nosso espaço para a divulgação e enraizamento da proposta partidária.

— Hoje em dia há uma discussão no interior do PT sobre como deve se dar

sua adequação à legislação. Como você se situa na questão?

— Não podemos mais adiar o ingresso na lei. É uma questão de ocupar o espaço político que aí está; não deixar passar a oportunidade política; não cairmos no descrédito como sendo "um partido muito bom, mas inviável", como dizem os adversários.

Não podemos nos contentar em sermos «um partido bom, porém inviável».

Alguns setores dentro do PT parece que não querem seguir este caminho, alegando que a lei imporá restrições à democracia interna, que matará o partido no seu nascedouro etc. Ora, não é nada disto. Primeiro temos que ter claro também que estamos passando agora de um Movimento pelo PT, para um Partido dos Trabalhadores. Muitas pessoas estão vindo ao PT por ele ser um Partido e não um Movimento. Em segundo lugar, todos nós sabemos que a questão da democracia interna tem a ver muito mais com as pessoas, seus compromissos políticos, do que com estatutos, por mais perfeitos que eles sejam. E pelo que sei ninguém pôde hoje em dúvida a postura democrática das lideranças do PT.

Todos sabem que seremos os mais interessados, pela visão que temos do papel do partido, em promover a mais ampla consulta permanente e sistemática às bases. O PT ativará sempre seus diretórios com convenções extraordinárias de modo a abrir espaço para a discussão e deliberação, ao contrário do que fazem os demais partidos e do que fazia o MDB.

Mas, depois de algum debate, eu acho que na semana passada chegamos a uma solução equilibrada entre os vários componentes do PT sobre o tipo de calendário organizativo que deveremos cumprir nos próximos meses.

E não tenham dúvidas que o PT será um partido aberto à mais ampla participação das bases populares. Chegará o dia em que estaremos fazendo aqui em São Paulo, por exemplo, uma gigantesca convenção municipal lotando um estádio como o Pacaembu com milhares de trabalhadores.

Ao lado dos Trabalhadores

As fábricas de diplomas

A proliferação desordenada das escolas particulares transformou o ensino universitário numa verdadeira "fábrica de diplomas", da qual seus proprietários não querem abrir mão. Por outro lado a reação dos estudantes a esta situação tem aumentado e o próximo dia 8 no Encontro Nacional das Escolas pagas deverá ser desencadeada uma luta unificada contra tal situação, começando principalmente pela questão do aumento das anuidades.

A política governamental para o ensino superior a partir de 1968 esteve intimamente ligada ao modelo econômico que produziu o tão conhecido "milagre brasileiro". A taxa de crescimento do número de vagas entre 68 e 73 foi simplesmente espantosa passando de 200 mil matriculados em 1962 para um milhão e quatrocentos mil em 1979. Aparentemente o crescimento do ensino superior respondeu às pressões da juventude para ter acesso à universidade, realizadas através das grandes mobilizações de 67/68 por mais vagas. Mas como toda política do "Brasil Grande Potência" este crescimento se deu à custa do aumento das distorções no ensino superior que, nas palavras do professor Darcy Ribeiro, representa principalmente o aumento do negócio do ensino superior do que um crescimento nas vagas das universidades.

O que ocorreu de fato foi a transformação do ensino do 3º grau em um negócio rentável, lucrativo para os proprietários das empresas de ensino, que neste período foram as grandes responsáveis pelo aumento de vagas. O número de matrículas nas instituições particulares cresceu entre 64/77 mais de 1263% enquanto que as instituições de ensino público cresceram menos de 50%. Mais do que isto, o crescimento nas unidades particulares se deu pela proliferação de escolas isoladas e não de universidades no interior do país e nos estados da região sul/sudeste. Uma última característica foi a concentração do crescimento na área de ciências humanas através dos cursos de fim-de-semana, contrariando a maior procura na área de exatas e biológicas, onde os altos custos de equipamento e infraestrutura desestimularam os empresários do ensino.

Em suma, este crescimento procurou atingir um duplo objetivo: em primeiro lugar absorver uma pressão social das classes médias para ter uma vaga nos bancos da Universidade, a medida que os outros canais de ascensão foram drasticamente obstruídos a partir de 64, com um modelo concentrador de rendas e de capital; em segundo lugar, fornecer mão-de-obra qualificada para atender ao ritmo de crescimento econômico comandado pelo grande capital.

Frutos amargos da privatização

O acirramento da crise econô-

mica nestes últimos anos trouxe a falência do modelo de ensino superior montado a partir de 68. Sua primeira manifestação é a estreiteza do mercado de trabalho para absorver um contingente de profissionais oriundos de um crescimento desordenado e sem planejamento principal neste período de crise. A ilusão do diploma como veículo para a ascensão social está cada vez mais dissonante com a realidade, que empurra os assalariados médios rumo a deterioração de suas condições materiais e "privilégios".

Mais ainda, a existência de vagas começa a ficar incompatível com a possibilidade do estudante pagar o ensino, na medida em que o crescimento das anuidades no mesmo nível o acima da taxa de inflação provoca desistência e abandono de cursos (a mensalidade em algumas escolas particulares chega a ser superior a dois salários mínimos). O meio para resolver esta contradição, de garantir a procura nas escolas particulares foi procurado na instauração do sistema de crédito educativo - uma forma indireta de financiamento das empresas de ensino - na medida em que o empréstimo para o estudante significa de fato um repasse financeiro do Governo para os donos das escolas.

Depois de uma rápida expansão, o crédito educativo começa a ser desativado, na medida em que a crise econômica estimula o corte nos gastos públicos. O resultado é o decréscimo da matrícula nas escolas particulares e o possível fechamento de algumas unidades. Some-se a isto o corte quase que total na suplementação financeira garantida pelo MEC principalmente para as Universidades Católicas.

Na medida em que o arrocho das verbas para a educação fecha qualquer possibilidade do Governo arcar com a crise vivida pelo sistema particular de ensino superior, o caminho percorrido pelos donos das escolas é forçar a barra "no suposto elo mais fraco da corrente, os estudantes, penalizando-os com os aumentos exorbitantes das anuidades e com a redução dos custos levando à deterioração na qualidade do ensino.

Elo mais fraco

Mas o suposto elo mais fraco parece disposto a resistir. Já no dia 8 de fevereiro próximo acontecerá em Belo Horizonte um Encontro Nacional das Escolas Pagas com uma presença esperada

de 60 DCEs e 4 UEEs de todo o país e a pauta principal do encontro deverá contemplar exatamente o problema das anuidades.

É sintomático que no final do ano passado já se deu um "ensaio geral" da resistência do que vem agora no início deste semestre. O aumento compulsório de 22% para os professores foi repassado para os estudantes, o que não foi aceito passivamente, brotando protestos e atitudes de resistência em vários cantos do país.

Ao mesmo tempo o sindicato das escolas particulares divulgou um documento ameaçando fechar escolas se o Governo não suplementar verbas e os alunos não "se mostrarem compreensivos". De fato, tudo aponta para uma desativação parcial do ensino superior, aliviando o Governo do ônus financeiro e da pressão social no mercado de trabalho. Se pelo lado das empresas um aumento abaixo da inflação significa um suicídio, pelo lado dos estudantes mesmo o aumento ao nível inflacionário é inviável financeiramente e inaceitável politicamente. Frente a esta situação, o Governo procura jogar como árbitro, estabelecendo um aumento oficial para o semestre de 35% (um pouco abaixo da inflação) que não satisfaz nem aqueles que pensam o ensino como oportunidade lucrativa nem os que entendem que o ensino é um direito de todos e, por isso, público e gratuito. Enfim, este ano promete o primeiro grande enfrentamento na área do ensino desde 1968: de um lado um projeto educativo que prevê o ensino como mercadoria para poucos e do outro a proposta que entende a educação como um desenvolvimento social e cultural de toda uma sociedade.

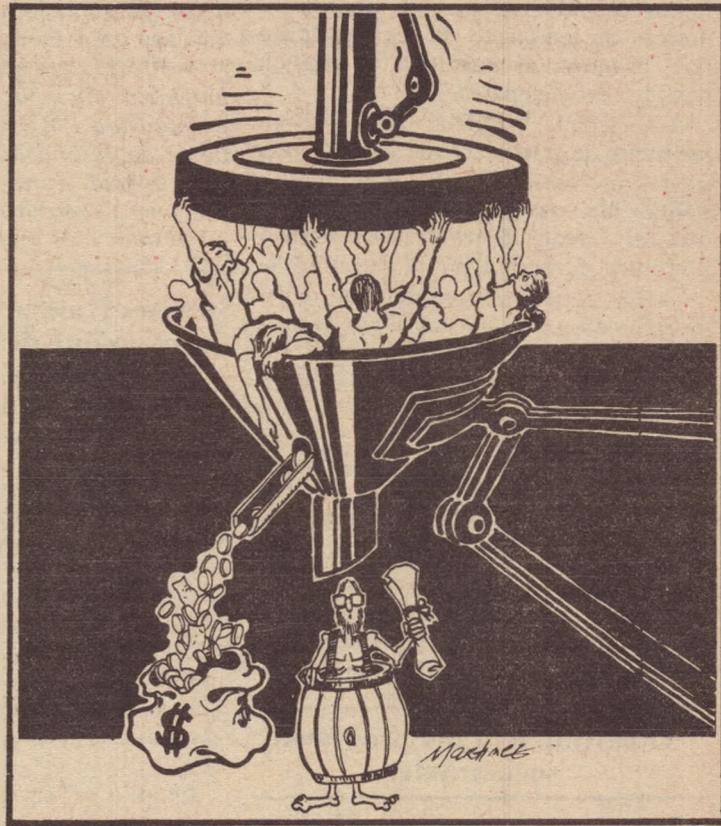
A última reunião da Diretoria da UNE, em Salvador, ao decidir privilegiar o PMDB como partido onde "se encontra a maioria dos setores de oposição", sem dúvida deflagrou uma discussão geral entre os estudantes.

Neste último fim de semana os Conselhos de Entidades Estudantis — CEE — de Minas Gerais e São Paulo se reuniram definindo posição sobre várias questões do movimento estudantil, visando preparar o próximo Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE (CONEG), a realizar-se de 9 a 13 próximos.

Em São Paulo o Conselho de Entidades Estudantis acabou se definindo por não privilegiar nenhum partido, apesar de concordar com a análise da Diretoria da UNE sobre este aspecto. Sobre a questão das anuidades concordam com a pro-

posta da Diretoria da UNE — nada além dos 35% de aumento proposto pelo MEC. Já em Minas Gerais o CEE decidiu, por maioria de votos, que o PT é o instrumento político que mais servirá ao movimento popular, e que os estudantes devem lutar pelo congelamento das anuidades, reivindicando suplementação de verbas.

Procurando contribuir para o debate que será travado no próximo CONEG, EM TEMPO procurou representantes da diversas posições — Rui Cesar — presidente da UNE — defendendo as posições da Diretoria da UNE e Carlos Antonio Moreira — diretor do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais e Américo Antunes — diretor do DCE da Universidade Católica de Minas Gerais — ambos representando a proposta majoritária no CEE mineiro.



Rui Cesar

PMDB congrega a maioria da oposição

Por que a definição da diretoria da UNE reconhecendo o PMDB como o principal condutor para a organização de um instrumento partidário favorável às forças populares, sendo que o PMDB, tem características marcadamente estruturais que colocam como não sendo — só para citar o programa eleito para a UNE — "um partido que esteja no dia a dia das lutas populares, não apenas no Parlamento mas nos bairros, nas fábricas, nas escolas, nas ruas, nos campos"?

Só para situar mais claramente a questão nós estamos discutindo o

quadro de reformulação partidária imposta pelo regime. Hoje a tarefa central dos trabalhadores é derrubar a ditadura militar ao lado de levar sua organização independente nos diversos campos. Interessa fundamentalmente ao povo trabalhador que neste processo de derrubada da ditadura seja ele que comande as lutas democráticas.

No entanto, todos os partidos tendem a ser bastante heterogêneos em suas concepções. Pode-se perceber, inclusive, que apesar das lutas que partem de interesses econômicos e ainda não buscam a organização expressamente política.

A luta política, em torno das bandeiras de questionamento regime político no país ainda se situa quase exclusivamente nas camadas médias da população e, inclusive, centralmente no Parlamento.

É partindo deste parâmetro que nós avaliamos a questão da reformulação partidária. Na nossa opinião, nenhum dos partidos atuais pode se reivindicar expressamente condutor da lutas dos trabalhadores e do povo, nem mesmo da luta do povo contra a ditadura, porque existem muitas forças populares que estão passando

neste fim de semana!

... ou dos Liberais

por fora dos partidos atuais. Eu diria que a maioria das forças populares não está engajada nos partidos que estão sendo formados. Somente a vanguarda mais esclarecida da classe operária, somente a pequena burguesia, a intelectualidade é que está no centro da reformulação partidária. Todo o povo, os posseiros do interior do país, os lavradores da Bahia, a classe operária da maioria das grandes cidades, mesmo uma boa parte da sua direção não está engajada num processo de se organizar para obter uma expressão claramente política.

O fato da gente fazer a constatação de que o PMDB é o partido que, no momento, tem condições de centralmente dar resposta a esta luta política é inclusive pela consideração principal que foi feita anteriormente de que essa luta política, a luta expressamente anti-ditatorial, está ainda muito ligada a setores de pequena-burguesia e dentro do Parlamento. E a maior força de oposição que vai haver dentro do Parlamento, isso é concreto, vai ser o PMDB.

— No seu raciocínio, você coloca que o centro do questionamento ao regime ditatorial ainda está presente no Parlamento...

— O centro do questionamento do regime ditatorial não, mas das lutas expressamente em torno das bandeiras claramente anti-ditatoriais.

— Se do lado do movimento popular há um esforço para retirar do Parlamento o papel de centro do questionamento, de trazer para a luta de massas o polo de enfrentamento do regime, de outro lado está o regime buscando canalizar para o Parlamento todo um conflito que vai crescendo na sociedade. Então a proposta mais coerente com esse esforço do movimento popular não seria buscar no plano institucional, também, um instrumento que fortaleça esse sentido básico das lutas, já sabendo que o PMDB não é essa alternativa, e sim o PT?

— Acho que afirmar que o PT é a alternativa não é correto porque se a gente for olhar concretamente, pelo país inteiro, expressões de massa, expressões dos trabalhadores representativas dos diversos setores populares no Brasil, giram em torno do PMDB, com inclusive uma composição social mais ampla, com um questionamento mais global do regime ditatorial, mais profundo. Mais profundo não no sentido da transformação social que vai ser efetivada, mas no sentido de imediatamente ter um poder de questionamento da ditadura.

— Mudando de assunto. Como a diretoria da UNE está encarando a retomada das lutas mais ligadas ao ensino neste ano?

— A gente está passando da luta simplesmente de contestação para fazer um questionamento mais global da universidade brasileira. Por isso vamos questionar o aumento das anuidades nas escolas particulares, com a perspectiva de pela primeira vez nestes últimos anos ter uma luta específica dos estudantes ganhar o país inteiro. Vamos questionar coisas como o crédito educativo, exigir a meia passagem nos transportes coletivos, restaurantes etc.

Essas lutas se unificarão na campanha por mais verbas para a educação, a questão central para o semestre. A luta das anuidades é a luta central do semestre e deve

mobilizar não só os estudantes mas também as famílias, a população como um todo. Neste sentido, nós acreditamos que a luta que vai unificar o conjunto dos estudantes brasileiros, que vai levar a mais vitórias, é a luta para não haver aumentos acima do índice do MEC.

Acreditamos que esta reivindicação unifica mais, embora a gente lute também pelo congelamento em algumas escolas. Mas nós acreditamos na perspectiva de lançar a luta pelo congelamento a nível nacional, porque é impossível, por exemplo no Norte e no Nordeste, a gente levantar essas bandeiras.

— Um outro que vai estar presente na reunião do CONEG, retomando uma prática antiga do movimento estudantil se preocupar com os assuntos internacionais, é o relativo as questões da Nicarágua, Irã e Afeganistão...

— A UNE tem se posicionado nas questões concretas internacionais mais recentes. E isso é muito importante, já que o imperialismo joga para manipular a opinião pública não só nos países imperialistas mas também nos que estão sob o seu jogo.

Já nos posicionamos sobre a Nicarágua e o Irã. Em relação à ocupação da embaixada americana, a diretoria achava que era incorreto a violação das normas internacionais. A diretoria fez autocrítica desta posição reconhecendo o direito do povo iraniano de julgar o Xá, o direito do povo iraniano de elaborar suas próprias formas de luta para se defender dos ataques imperialistas e denunciando a forma como os EUA vem usando suas embaixadas como centros de espionagem e ingerência nos assuntos internos de outros países. Em relação à Nicarágua, apoiamos a Frente Sandinista e nos comprometemos a participar da campanha de reconstrução do país. Virá ao Brasil, neste primeiro semestre, uma delegação da Frente Sandinista para debater nas escolas e ajudar na campanha de recolhimento de material escolar, medicamentos, organização de médicos dispostos a ir à Nicarágua.

Carlos Antonio Moreira PT interessa aos oprimidos

Vocês da diretoria do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais devem ter tomado o conhecimento da decisão da maioria dos membros da diretoria a UNE favorável à adesão ao PMDB. Como vocês se posicionam a este respeito?

— A nosso ver, a nova posição da diretoria da UNE é um passo atrás nas suas definições programáticas. Mas, o que está por detrás de toda a argumentação apresentada pela diretoria é uma mudança de referencial. Ao invés de priorizar o vivo do movimento popular, o seu crescimento e organização independente, começaram a olhar principalmente para como as coisas andam nas esferas "parlamentares". Onde percebemos isso?

De cara na resolução da diretoria da UNE que faz autocrítica da análise de conjuntura que apresentaram duran-

te as eleições para a UNE: "superestimamos a ditadura militar e subestimamos o movimento de massas na capacidade de atrair os setores vascilantes e liberais da oposição". A lógica do raciocínio é a seguinte: o MDB seria destruído pela ditadura, que atrairia inúmeros de seus setores e frente essa previsão — o fim do MDB — vamos articular o novo partido. Daí propunham um "partido popular". Se o MDB não acabou, a argumentação perde toda base. E a auto-crítica se faz necessária...

Esta revisão esquece que durante a história do MDB, com raras exceções, ele se caracterizou, como um ausente das lutas populares, só aparecendo junto ao povo para pedir seus votos e restringindo-se a fazer pronunciamentos exaltados mas inócuos contra os abusos do regime militar.

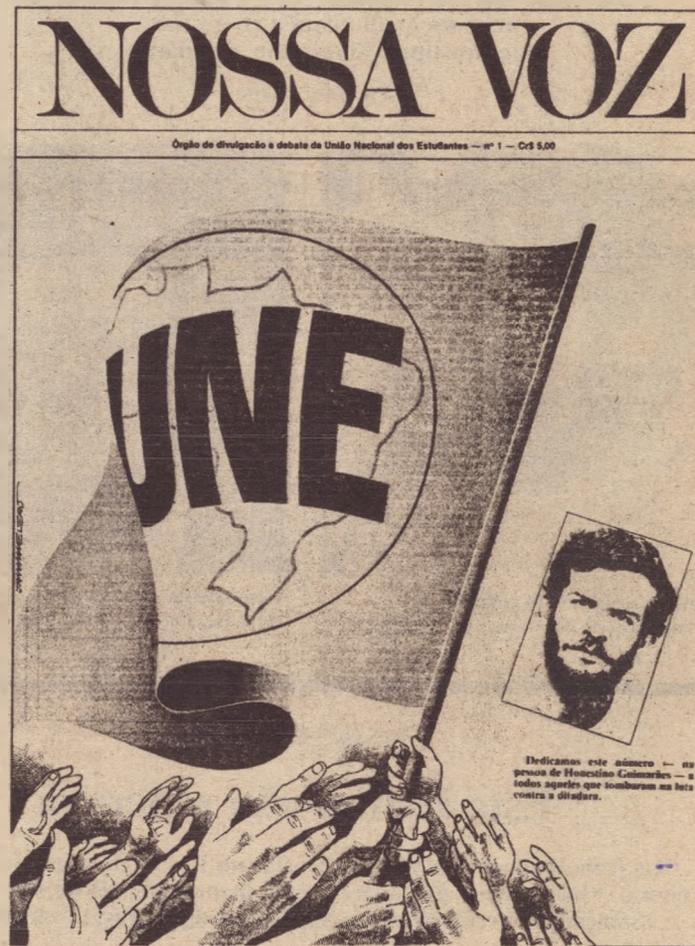
O fato de haver hoje no seu interior segmentos populares, às vezes até expressivos, não significa qualquer mudança de qualidade neste partido. Significa apenas que estes setores, em troca de uma expressão institucional garantida, se subordinam à direção dos moderados e liberais. A saída de parlamentares combativos como Airton Soares, que assumem o PT, demonstra até o contrário: O PMDB não abriga aqueles que priorizam o movimento popular.

Assim, a nosso ver, a alternativa que melhor representa os interesses dos oprimidos é o PT, não esquecendo, no entanto, que alguns setores populares, firmemente antiditatoriais se encontram dispersos no interior do PMDB e do PTB e sem dúvida fora de todos estes partidos.

Uma outra questão polêmica sobre a qual a diretoria da UNE não se posicionou ainda é a questão internacional ligada ao Afeganistão e que deverá ser assunto de discussão no próximo CONEG. Como vocês se definem em relação a esta polêmica?

— A nossa preocupação principal é com as manobras que o imperialismo, especialmente o americano, faz na Ásia buscando, hipocritamente, "limpar a sua imagem", fazer esquecer o Vietnã e reaparecer como o guardião da liberdade. A nosso ver, é fundamental desmascarar as suas manobras, fortalecer a luta anti-imperialista. Analisamos que o que está ocorrendo no Afeganistão é fruto da existência de uma série de governos, inclusive vários pró-soviéticos, que tentaram praticar uma política de reformas de cima para baixo, sem a participação popular.

Esta política é que explica a base social das guerrilhas dirigidas por forças reacionárias que se opõe inclusive às reformas. A invasão que a URSS realizou é reflexo de seus métodos de resolver as contradições sociais autoritária e burocraticamente. Devemos lembrar ainda que a política externa é a continuidade da interna e perceber os motivos internos à própria URSS que determinaram a invasão: o seu próprio problema nacional e religioso que é representado pela população de 50 milhões de muçulmanos da região sul do país. Por outro lado, a invasão tem um caráter até mesmo defensivo; geopolítico. O nosso posicionamento é de crítica a este método de intervenção e pela defesa da resolução democrática do problema nacional representado pelos muçulmanos da URSS, resolução que sem dúvida passa pela recuperação da democracia socialista, há muito deturpada e negada.



Primeiro jornal da UNE reconstruída — uma vitória

Américo Antunes Estudante não deve arcar com o ônus da inflação

A diretoria do DCE Universidade Católica de Minas Gerais concorda com a visão da diretoria da UNE de que as lutas contra o ensino pago deverão ocupar o lugar central nas mobilizações estudantis neste ano? Que avaliação vocês fazem da proposta feita pela diretoria da UNE de lutar pela efetivação do aumento estipulado pelo MEC em 35% para o semestre?

— Não resta dúvida: as lutas contra as altas absurdas das mensalidades irão explodir neste início de 80. De norte a sul do país, se os estudantes das escolas particulares já pagavam fortunas em mensalidades, agora pagarão muito mais. E além disso, não podemos esquecer que além dos 35% de aumento liberados pelo MEC virão uma série infindável de repasses e novos aumentos em agosto. Em tudo isso, a filosofia do MEC se mantém coerente: o estudante que pagou toda a expansão da rede de ensino particular, deve também pagar sua crise.

A este avanço do ensino pago, portanto, só nos cabe dar uma resposta: não é o estudante que deve arcar com o ônus da inflação sobre o ensino. A bandeira do congelamento das mensalidades, com suplementação imediata de verbas para as Escolas particulares é a única que combate a política do MEC, em todos os sentidos. Isto porque, por um lado é a garantia da unificação da luta, seja nas escolas onde os aumentos foram "legais" — como no nosso caso — ou onde forem superiores aos 35%. Por outro lado, o congelamento

pressupõe a organização e a mobilização dos estudantes como única forma de obtermos vitórias.

A proposta alternativa ao congelamento das mensalidades, — nada além dos 35% defendida pela diretoria da UNE — apresenta, a nosso ver, inúmeros problemas. Primeiro porque ao invés de unificar o movimento, acaba por dividi-lo entre escolas nas quais os índices são "legais" e aquelas, onde os aumentos forem superiores a 35%. Segundo, porque coloca o MEC como uma espécie de juiz entre os empresários de ensino e os estudantes, como se este não fosse o principal responsável pela política de privatização da educação no país. E, nesta entrada por baixo pois passamos a negociar a partir do máximo que permitiremos de aumento, ou seja 35%.

Em terceiro lugar, ao afirmar que os estudantes não estão capacitados a compreender porque não devem arcar com a inflação sobre o ensino, cabe então perguntar: como então proporemos o congelamento para os aumentos do segundo semestre? Em quarto lugar, nada além dos 35%, não compreende a necessidade de estarmos sintonizando nossa luta ao ritmo dos movimentos contra a carestia, às reivindicações salariais etc. Finalmente, ao não assumir a luta contra a orientação do MEC, colocando-o acima das contradições do ensino pago, a diretoria da UNE pouco contribui para o avanço da organização e consciência dos estudantes naquelas bandeiras que mais nos aproximam do ensino público e gratuito.

Sai Sinatra, entra co-gestão

Para fazer uma média com os trabalhadores, o governo incluiu a proposta de participação dos trabalhadores na gestão das empresas e na repartição dos lucros. Com a reação dos empresários e da grande imprensa, e o descaso dos interessados, parece não ter conseguido nenhum ganho com a co-gestão, que substituiu Sinatra no noticiário.

Por Tom Duarte



Lula: A proposta do governo desmoraliza os programas partidários



Com Delfim no PDS e no governo, é mais certo falar de congestão para os trabalhadores

Co-gestão no Rio

Esta Delfim não esperava

Os trabalhadores da Viação Glória, no Rio de Janeiro, ficaram com o «saco cheio» de pagarem pela incompetência de seus patrões e começaram a realizar uma experiência de co-gestão na empresa.

Por Walmir Menezes

A história da Viação Glória Ltda. - 80 empregados. 60 ônibus - não difere muito da maioria das histórias das médias e pequenas empresas brasileiras. Crises sucessivas, sobrevivendo a base de empréstimos, o empirismo e a improvisação são regras básicas nas tomadas de decisão. E para agravar, a incompetência e a corrupção.

Nessa história toda quem paga o pato são os trabalhadores, que não conseguem desfrutar nem dos desavergonhados direitos trabalhistas. Entretanto, os trabalhadores da Viação Glória, no último dia 15 de janeiro, resolveram dar um basta.

A gota d'água foi a petulância de um dos diretores com um trabalhador que foi pedir um vale, já que salários eles não viam a algum tempo. "Não me encoste na parede não, primeiro os interesses da empresa, depois os empregados". Revoltado, o motorista de ônibus, na manhã seguinte, reuniu-se com os demais empregados e decidiram parar. Foram ao sindicato e a Delegacia Regional do Trabalho e resolveram botar para fora algumas das safudezas. Não pagamento do 13º salário para alguns dos empregados do ano de 1978, do 13º para todos os trabalhadores do ano de 1979, as férias, o FGTS, que foi lescantado não depositado, assim como o INPS e o imposto sindical.

Pressionado pelos trabalhadores, os empresários foram obrigados a firmar um acordo, na DRT, com a presença do Sindicato dos Rodoviários, no qual a empresa passou a ser dirigida por três operários e um empresário num período de 60 dias.

Imediatamente, os trabalhadores elegeram numa assembleia os seus três representantes: Jorge Silva (motorista), Frederico (mecânico) e Nelson Silva (borracheiro).

A situação não está fácil, mas todos vêm demonstrando na prática, sem nunca terem frequentado uma escola além do nível primário, que não precisam de patrões para trabalhar e gerir uma empresa. Em apenas 10 dias de gestão puseram 16 carros a funcionar - quando da paralisação no dia 15, apenas 5 ou 6 carros da empresa estavam em funcionamento.

Não queremos ser patrão

(1) Cobramos na medida que se sentiram

responsabilizados, deixaram de fazer o "Belisco", prática comum em quase todas as empresas que consiste no pulo da roleta, na descida pela porta de trás e outras formas de mexerem na fêria do patrão. Os motoristas estão mais atentos para pegarem mais passageiros.

Porém, se a coisa não está melhor é porque os diretores da Viação Glória roubaram demais nos últimos tempos. Só no mês de dezembro venderam cinco dos melhores carros, algumas sucatas, várias caixas de câmbio e alguns pneus. Nada disso entrou como receita, segundo um dos contabilistas.

Não obstante, os trabalhadores já estão preocupados com uma questão. Como é que as coisas vão ficar após os 60 dias de acordo. A situação que se coloca para eles não é fácil. Ou continuam gerindo a empresa sem serem patrões como eles fazem questão de dizer. "Não queremos ser patrão não moço, só queremos recuperar nossos direitos". Ou a empresa volta sob a gerência dos patrões e aí tudo pode acontecer.

Por outro lado, se os trabalhadores optarem pela auto-gestão, opção que vem sendo debatida por eles, terão uma série de dificuldades apontadas por eles mesmos.

Primeiro, a situação financeira é das piores possíveis. 25 milhões de dívida para com o INPS e 16 milhões de empréstimos. Segundo, os demais empresários vão tentar dificultar e boicotar de todas as formas o funcionamento de uma empresa gerida pelos próprios trabalhadores. (pois como diz um trabalhador: "Eles (os empresários) nunca vão permitir um princípio de gestão socialista aqui"). Terceiro, os trabalhadores não estão esperando nenhuma ajuda por parte do governo, pois, como os empresários explicariam perante o governo sua falta de capacidade em gerir a empresa sem ter que exigir um aumento de 182% nas passagens, como ocorreu no Rio nos últimos 12 meses.

Enfim, nestes 60 dias, muitas questões estão sendo colocadas e discutidas pelos trabalhadores da Viação Glória e se não conseguirem continuar gerindo a empresa, uma coisa ficou clara: capacidade é que não lhes falta.

Mai Frank Sinatra fez as malas, de volta para Las Vegas, uma nova estrela passou a ocupar a manchetes dos jornais, o noticiário das revistas e os preciosos espaços dos informativos de Televisão: de um momento para o outro, o Brasil inteiro passou a falar ou ouvir alguma coisa a respeito da co-gestão.

Supostamente introduzida no programa o manifesto do partido governista, o PDS, a co-gestão, entendida como participação dos trabalhadores na direção e repartição dos lucros das empresas, provocou as mais variadas reações, na última semana de janeiro. Se de parte dos porta-vozes governistas, apresentaria um passo avançado em direção à uma maior identificação com as aspirações populares, uma ponte que, finalmente, abreviasse o fosso que tem separado o regime dos trabalhadores, a idéia de co-gestão, que estaria anunciada nos documentos programáticos do PDS provocou também as mais fortes reações em contrário.

«Infiltração marxista»

Primeiro veio a grande imprensa, que abriu baterias contra mais esse avanço em direção ao socialismo, no país. O vespertino carioca "O Globo", não poupou editoriais, nem usou de meias palavras para dizer as coisas como elas devem ser ditas: para "O Globo", estava claro a inspiração marxista no ideário pedessista, por sinal, referendo na quinta feira, 31, por praticamente todo o ministério Figueiredo, com Delfim, Golberi e os ministros do Exército e da Aeronáutica à frente (dias depois, na segunda feira, 4, o ex-presidente Geisel assinaria o livro de fundação do PDS). Além disso, não faltaram as condenações de banqueiros, industriais e fazendeiros à essa pretendida intromissão nos seus negócios: alguns deles, reunidos no beija mão a Delfim Neto, em almoço realizado no Rio de Janeiro, na quarta, 30 de janeiro, não esconderam sua desconformidade, "ameaçando bandear-se para o moderado partido Popular de Tancredo Neves e Magalhães Pinto, como o fez o presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, Nilo Galice. Outros, como o presidente da Federação Nacional dos Bancos, Roberto Konder Bornhausen, chegavam a admitir uma participação nos lucros: "mas na direção nunca".

No ministério, diga-se de passagem, a única voz discordante, mas coerente consigo mesmo era o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que não escondeu estar recebendo uma enxurrada de telefonemas dos empresários de São Paulo: Macedo, notoriamente conhecido como contrário à indicação de delegados sindicais nas empresas, só podia ser também avesso à co-gestão, que implicaria em um nível de interferência muito maior na vida da empresa que os modestos delegados. A não ser, admitia Macedo, que se considerasse como co-gestão, a praticada no Banco Nacional onde ele próprio, de modesto funcionário, passou a diretor.

Foi justamente mostrando que a simples ausência de qualquer menção a reivindicação do delegado sindical, primária, para ele o primeiro passo na modificação das relações Capital-Trabalho, que o empresário Paulo Francini, provou que o programa não era para valer, pois era incapaz de sintonizar - caso fosse o desejo real - com as aspirações mais imediatas dos trabalhadores.

Com as primeiras reações desfavoráveis, o governo já começou a recuar. Minimizou as dimensões dadas à co-gestão que, segundo membros do Ministério já estaria incluída no artigo 165 (inciso V) da própria Constituição, que a prevê, desde que exista prévio acordo entre o patrão e seus empregados. Essa fórmula, aliás, foi sobejamente utilizada por Delfim Neto, que procurava tirar o caráter de imposição à co-gestão (até aí morreu Neves: se for assim, pode ser incluído na Constituição uma emenda que determine a transferência dos bens dos patrões aos empregados desde que haja interesse mútuo...). Ainda segundo o Planalto, quando muito, o governo falava em alguma participação, minoritária dos representantes de trabalhadores nas em-

presas, mas sem poder introduzir alterações nas decisões tomadas pela maioria, controlada pelos acionistas.

Reação operária

Sem obter o menor respaldo na área empresarial às suas propostas avançadas, não foi melhor a sorte do governo junto às lideranças sindicais. O silêncio ou a zombaria e o descrédito, diante da falta de credibilidade de qualquer proposta vinda do governo, foi a reação geral. Dirigentes como Benedito Marcílio e Lula, consideraram-na mesmo uma piada de mau-gosto: "Como acreditar num governo que intervém em sindicatos, não permite sequer a presença do delegado sindical nas fábricas, reprime o direito de greve", perguntou o Lula.

Mas, interessaria aos trabalhadores, admitindo-se que o governo falasse mesmo para valer em dividir a direção das empresas entre empregados e patrões. Os trabalhadores devem cobrar do governo a adoção da co-gestão nas empresas?

A julgar pela experiência histórica e pelo significado da co-gestão em outros países, como a Alemanha, não. A *Mitbestimmung*, traduzida com certa inexactidão para co-gestão foi instituída, por um a lei de 21 de maio de 1951, na siderurgia e na mineração alemã.

Através dela, previa-se a criação de um Conselho Fiscal composto de 11 pessoas: cinco indicados pelos acionista, cinco pelos empregados e um decimo terceiro, que necessariamente seria uma "persona grata" aos donos do capital e que exerceria o poder de Minerva, em caso de empate nas votações de decisões. Entretanto, os trabalhadores ficam em minoria no conselho de administração (composto de três membros) ou seja, nenhuma decisão que fira, fundamentalmente, os interesses do capital será executada na empresa.

Por menor que seja o poder dos trabalhadores na gestão da empresa - e principalmente por isso - a prática da co-gestão significa, nada mais nada menos, a institucionalização da colaboração de classes entre trabalhadores e patrões: cuidando do progresso e do desenvolvimento de sua empresa, isoladamente, os trabalhadores passam a concorrer com os trabalhadores das empresas rivais das do seu patrão: ao invés de contribuírem para minar o capital que os oprime, passam a servir, abertamente, para perpetuá-lo. Além disso, a a experiência do sindicalismo alemão prova, a criação de cargos remunerados como co-administradores do capital tem sido uma fonte a mais de burocratização das direções sindicais e dos representantes dos trabalhadores, corrompidos pelas sinecuras que os altos postos oferecem.

Controle operário

Para os trabalhadores, não há interesse em gerir o capital sob regime capitalista, assumindo o papel de parceiro do patrão. A saída, estaria muito mais pelo lado da preparação das condições de exercício do controle operário sobre a produção, mesmo ainda num período em que a destruição do Estado burguês não tenha ocorrido: controle operário significa fiscalizar, exercer o poder de veto sobre a vida na fábrica (ritmo de trabalho, extensão da jornada, horas extras, despesas), sobre a produção (o que produzir, quanto produzir), sobre os reinvestimentos dos lucros, ter acesso às informações, à contabilidade, acabando com o segredo comercial, etc. A conquista do controle operário, somente possível num período de grande mobilização social dos trabalhadores - e não mediante acordos como os patrões, pois lhes será imposta - tem um duplo sentido: ao mesmo tempo em que vai enfraquecendo o poder de decisão dos capitalistas, serve para que os trabalhadores exercitem a sua capacidade de direção, pratiquem a democracia operária, preparando-se para assumir, num futuro a direção da sociedade. E, sobretudo, para que acreditem em suas próprias forças, comprovando que o mundo gira, e a vida continua, mesmo sem patrões.



Vila Arapuã/SP Protesto contra fábrica

Os moradores da rua Arapuru, na Vila Arapuã, na periferia de São Paulo, estão que não aguentam mais com os estragos feitos pela Fundação de Persianas Columbia, que vem infernizando a vida dos 10 mil moradores do lugar. Segundo informaram ao Piquetão dona Joana Bravo Lopes, presidente do Clube de Mães e o sr. Miguel Garcia, a Fundação tem sido responsável por uma violenta poluição do bairro, que não poupou nem as 27 árvores plantadas pela Prefeitura na praça local, que acabaram morrendo em consequência da ação dos ácidos expelidos por suas chaminés; inclusive, segundo a denúncia, têm sido frequentes os casos de morte de animais domésticos envenenados pelos gases altamente tóxicos. Mas a coisa não para por aí: a poeira que sai das três chaminés da fábrica penetra no interior das humildes moradias, inutilizando roupas, móveis e até automóveis. Não bastassem esses prejuízos, são constantes os casos de doenças no aparelho respiratório entre os moradores, inclusive entre as aproximadamente 1.500 crianças que estudam na escola de 1º grau lá existente. Dos operários da fábrica, dizem dona Joana e seu Miguel, nem é bom falar: frequentemente eles são obrigados a sair da fábrica, por não resistirem às emanções de ácido e à concentração de fumaça em seu interior.

Embora todo o bairro esteja protestando contra esses abusos, a diretoria da fábrica, nem te ligo, possivelmente acobertada pela impunidade com que tem sido beneficiada até agora: exceto algumas multas irrisórias, nenhuma providência foi tomada pela Cetesb que alega nada pode fazer, pois a região é considerada como Zona Industrial pela Prefeitura.

Metalúrgicos/SP Assembléia em março

Os metalúrgicos da capital estão aguardando a boa vontade do presidente do sindicato, Joaquim Andrade, que ainda não se dignou a marcar a data da nova assembléia geral da categoria. Prevista inicialmente para a primeira quinzena de janeiro, a assembléia tem sido protelada desde então. Agora, de acordo com as últimas informações, parece que sai em março (o dia ainda não foi estabelecido) e segundo alguns diretores, deverá tratar da preparação da categoria para o reajuste semestral de maio, de acordo com a nova política salarial do governo.

Metalúrgicos/ ABC 15% acima do índice

Se depender da posição das diretorias dos três sindicatos, os metalúrgicos do ABC não deverão dar moleza ao Delfim Neto, em sua campanha salarial — Lula, Marcílio e João Lins vão propor às assembléias de cada sindicato que aprovem a exigência de 15 por cento acima do índice de reajuste do governo, nas negociações com os patrões. Segundo o presidente do Sindicato de Santo André, Benedito Marcílio, os 15 por cento ficam por conta do que resta para ser acertado com relação ao roubo de Delfim em 1973. Por outro lado, demonstra a disposição das direções sindicais de não ficar perdendo tempo em torno das migalhas da chamada produtividade, que ninguém — nem mesmo os patrões — sabem ainda como

Maluf: de olho na Tupi

Tupi, e Geni fazem rima, pobre, é certo. Mas, tanto numa como noutra, a história tem sido a jogação de bosta, só que a da outrora poderosa rede Associada, capitaneada pela primeira estação de Televisão fundada no Brasil, há 30 anos, a TV Tupi, canal 4, de São Paulo, tem sido arremessada justamente pelas mãos, nem sempre limpas de seus proprietários, o famoso Condomínio Acionário dos Diários e Emissoras Associados, herdeiro do fundador do grupo, o célebre Assis Chateaubriand, o "Chatô".

O império formado na base do bandoleirismo, na marra sob os suspícios de "Chatô", ex-embaixador na Inglaterra figura influente na política nacional até o princípio dos anos 60, começou a degingolar após a morte do fundador, que nos últimos dias de vida, vegetava numa cadeira de rodas. Os Jodes Dalmões, os Davids Nasserres (que depois se retirou do grupo), o impoluto presidente perpétuo da imortal Academia Brasileira de Letras, Austregélio de Athayde, tanto fizeram, tanto aprontaram, que aceleraram a vertiginosa decadência dos Associados. Fecharam inclusive, a Revista "O Cruzeiro", antigamente a mais importante do país, que, no dizer do sábio Millor Fernandes, nos últimos tempos "era imprensa em cocô".

Tanto jogaram bosta na Tupi e nos demais órgãos associados, que o grupo está falido. Em janeiro,

fecharam o Diário de Notícias, de Porto Alegre, apenas mais um de uma longa série.

Se o desaparecimento do velho "Diário" não abalou ninguém, porque estava praticamente desaparecido das bancas (apenas o atestado de óbito foi passado), com a greve dos funcionários das emissoras de rádio e da Televisão de São Paulo, iniciada no dia 24 de janeiro, é que a situação dos Associados veio a público, dramaticamente.

Os 2 mil funcionários do grupo tem seus salários de dezembro (muitos inclusive, não receberam o 13º salário) atrasados, num débito que ascende a Cr\$ 50 milhões. A paralisação, então, surgiu como a única forma de pressão mais convincente, recebendo o imediato apoio dos Sindicatos dos Jornalistas, Artistas e Radialistas. Um fundo de greve, que já arrecadou Cr\$ 300 mil foi formado, distribuindo "vales" para os trabalhadores mais necessitados.

OLHO NA TUPI — Mas, correndo paralelamente à movimentação dos funcionários, que se mantém até a quarta-feira (o único furo foi praticado pela equipe de esportes da rádio Tupi, que no domingo, 3 de fevereiro transmitiu o jogo Coríntias e Ponte Preta), há um importante jogo de interesses, executado às custas dos trabalhadores. Para muitos dos grevistas, há quase um consenso de que o atraso

no pagamento e a precipitação da situação tem como objetivo convencer o Condomínio Associado a desfazer-se de algumas emissoras. Participantes desse esquema, e beneficiários dele, aparecem o antigo diretor dos Associados em São Paulo, Edmundo Monteiro, afastado há alguns anos, o dono da Rede Capital de Comunicações e proprietário da florescente empresa Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Edevaldo Alves da Silva e, manejando a todos os dois, o governador Paulo Maluf, interessado em montar para si um poderoso esquema de comunicações.

E as evidências são claras: na segunda, 4 de fevereiro, o grupo Capital comprou a TV-Alterosas, de Belo Horizonte, pela irrisória quantia de Cr\$ 40 milhões, insuficiente, portanto, para pagar os débitos trabalhistas em SP; Edmundo Monteiro, nomeou como seu advogado o tal de Edevaldo, que por sua vez é advogado de Maluf.

Por isso, não é de estranhar que praticamente nenhuma pressão tenha sido exercida sobre os grevistas. Como disse um deles ao Piquetão "só falta vir alguma doação para o fundo de greve do Palácio dos Bandeirantes (sede do governo paulista). Entretanto, como o mesmo grevista afirma, os trabalhadores não estão nem um pouquinho interessados em tomar partido nessa novela toda." Queremos receber o nosso dinheiro, não nos interessa saber de qual patrão"

Frentistas do Rio Querem oito horas

A jornada de oito horas de trabalho diário, conquista dos trabalhadores desde há muitos anos, ainda parece não ter chegado até os frentistas do Rio de Janeiro: imaginem que, num regime de semi-escravidão, eles têm sido obrigados a trabalhar de 12 a 18 horas diárias, sem receber nada a título de horas extras. Agora, o pessoal (cerca de 10 mil trabalhadores) quer acabar com essa situação, reivindicando a jornada de oito horas, com horário para almoço (frentista também come, lembram eles).

Santo Amaro/BA Votorantin fecha fábrica

O empresário Antônio Ermírio de Moraes ficou irritadíssimo com a punição que levou do governo por estar afiançando nos preços dos vergalhões de aço e ferros que produz, comercializados acima da tabela autorizada pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP). E não deixou barato: jogou as tranças prá trás, e num repente, resolveu se "vingar" do governo, fechando a fábrica, localizada em Santo Amaro da Purificação (terra de Caetano Veloso e Bethânia), na Bahia.

Para quem é dono do poderoso grupo Votorantin, até que fica podre de chique uma bravata destas: só que o "progressista" Ermírio de Moraes não está dando a mínima para a sorte dos 250 trabalhadores da siderúrgica, que de uma hora para outro foram jogados na tão conhecida rua da amargura.

Wallig/RS Socorro Federal

E o fechamento da fábrica, com a consequente demissão de 1.200 trabalhadores, foi a ameaça que os patrões da Metalúrgica Wallig, de Porto Alegre, utilizaram para conseguir arrancar do governo federal uma gorda injeção de recursos. Depois de algum "suspenso", os donos da empresa conseguiram a liberação de Cr\$ 16 milhões para pagar os salários atrasados dos trabalhadores, enquanto o governo presidienciava a formação de uma comissão encarregada de estudar a melhor forma para resolver a situação financeira da empresa, cujos débitos totalizam mais de Cr\$ 1 bilhão.

Embora a situação estivesse mais do que ameaçadora, os trabalhadores da Wallig não desanimaram: desde o primeiro momento eles receberam a solidariedade de sindicatos e associações de trabalhadores gaúchos, que não pouparam críticas aos desmandos e arbítrios dos empresários, que tudo podem e tudo fazem, sem consultar os trabalhadores.

Construção civil Firmado acordo

Cinco por cento acima do INPC de fevereiro, que foi de 38,7 por cento, a título de produtividade, foi o resultado do acordo firmado entre o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Rio de Janeiro e os patrões, representados pelo empresário João Fortes, amigo do Figueiredo. O acordo, prevê, ainda, os seguintes pisos salariais: serventes Cr\$ 4 mil, meio oficial Cr\$ 4.800,00, oficial profissional Cr\$ 6 mil, auxiliar de obras Cr\$ 12 mil e mestre de obras Cr\$ 20 mil.

Encontro dos Trabalhadores Sai em junho

Atenção trabalhadores combativos, membros das oposições sindicais e diretorias comprometidas com os interesses do movimento operário e popular: está previsto para junho a realização do Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical. A finalidade, é procurar pontos de identidade e programa comum entre as várias correntes do movimento operário, que se

contraponha as articulações do reformismo, do neo-reformismo e do peleguismo no movimento sindical, marcando uma posição decididamente classista.

A decisão de realização do encontro provocou muita polêmica no interior das correntes combativas, chegando mesmo a estar ameaçado de não ocorrer. Alguns setores ligados às oposições sindicais, particularmente à Oposição Me-

talúrgica de São Paulo, contrapunham à realização do Encontro a efetivação do tão anunciado Encontro Nacional de Oposições e que chegou a ser previsto para 1979. Finalmente, acabou prevalecendo a proposta do Encontro dos Trabalhadores, mais ampla que a do ENO: este, entretanto, deverá ser realizado, para que as OS tirem uma posição comum de atuação na reunião de junho.

medir. Da mesma forma, deixa bem claro ao gordinho que ninguém está dando bola para esse negócio de "pensar no emprego" e rebaixar as reivindicações salariais.

Em São Bernardo, a moçada vai promover uma reunião em pleno carnaval: já debaixo do som da cuicas e dos tamborins, a comissão de salários, formada por representantes de todas as fábricas, se encontrarão nos dias 15 (sexta) à noite e 16 (sábado) pela manhã, para discutir o encaminhamento da campanha. Possivelmente, eles marcarão o dia da assembléia geral da categoria, que deverá coincidir com o previsto para as assembléias de Santo André e São Caetano.

Caterpillar Parou Contra aumento da jornada

Os trabalhadores da Caterpillar, fábrica de tratores de São Paulo, não são

o Pelé mas também dão a sua paradinha: ela ocorreu por que os do metal se negavam a trabalhar mais meia hora todo o dia, como forma de compensar o dia de carnaval.

Jaú/SP Atalla demite

O pobrezinho do Atalla, aquele mesmo que financiava a OBAN, tartaruga do Fitipaldi e meteu a mão adoidado em dinheiro do Banco do Brasil e do BNDE, anda muito mal de vida: justamente alegando "dificuldades financeiras", ele demitiu 450 dos 800 trabalhadores da Usina Central Paulista de Aquear e Alcool, em Jaú, segundo denúncia do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Jaú, Aristides Barros.

Boias Frias/PR Conseguem piso salarial

Os trabalhadores rurais do Paraná (400 mil permanentes e 800 mil "boias-frias") representados por 179 sindicatos conseguiram pela primeira vez no Estado, arrancar dos patrões a fixação de um piso salarial, que deverá exceder em 15 por cento o salário mínimo regional. O piso de Cr\$ 3.986,00 é uma mixaria ainda, diante das necessidades dos trabalhadores e suas famílias, mas já representa uma vitória imposta na marra aos donos da terra: caso não conseguissem atendimento para essa reivindicação, eles ameaçavam entrar em greve, coisa que os patrões não estavam nem um pouco interessados que acontecesse, em vista do período de safras.

Na periferia, domingo é dia de trabalhar.

Na periferia de São Paulo, o domingo não foi feito para descansar. É o dia em que os trabalhadores se reúnem para discutir e encaminhar seus problemas, como costumam fazer os moradores da Zona Leste da Capital.

Por Silvio Caccia Bava

Alto-falantes espalhados pela praça; os oradores discursando sobre a carroceria de um caminhão; a multidão em tórno, empunhando dezenas de faixas e cartazes e, por vezes, gritando em côro palavras-de-ordem lançadas pelos organizadores do encontro. Esta era a situação domingo, 3 de fevereiro, no Itaim Paulista, populoso bairro da periferia da Zona Leste de São Paulo.

Para algum desavisado que por lá passasse a concentração poderia muito bem parecer um comício eleitoral ao velho estilo, por exemplo de Jânio Quadros, quando este se candidatou para prefeito de São Paulo, em 1952.

Mas longe de se assemelharem às práticas manipuladoras dos políticos do passado, os oradores - trabalhadores iguais àqueles que os ouviam - eram representantes de vários bairros da região e seus discursos eram de denúncia da exploração e da miséria em que vivem.

Salários baixos, custo de vida alto, doença, falta de esgotos, luz, creches, coleta de lixo e, principalmente, falta de respeito dos governantes pelo povo eram os temas tratados nesta assembléia em praça pública que contou com a presença de mais de 1.000 trabalhadores.

A maior faixa, pregada na beirada do caminhão, de frente para o povo, revelava o novo caráter desta reunião: "Contra o governo dos patrões, Por um governo dos trabalhadores".

Depois de realizada uma pesquisa sobre os principais problemas que afligem os moradores da região, seus resultados foram discutidos em cada bairro e, dessas discussões surgiu a proposta da assembléia. Foi a retomada das lutas dos trabalhadores do Itaim que já tinham se mobilizado contra o lixo e pela instalação da rede de água. Lutas bem sucedidas devido ao grande número de moradores mobilizados. A assembléia que exigiu a remoção do lixo contou com a participação de 5.000 pessoas.

Agora, a partir da assembléia, começa um novo movimento para resolver o que é sentido como problemas mais agudos da população. Entre eles estão a situação dos esgotos a céu aberto e a

falta de uma coleta de lixo capaz de eliminar os montes de detritos que se acumulam pelas ruas e terrenos baldios.

«Nós somos gente»

Quando foi dada a palavra a quem quisesse fazer uso dela, uma senhora expressou a revolta de todos os presentes: "Sr. governador, o senhor está aí em seu palácio limpinho, sentado em sua poltrona. Nós estamos aqui na lama, na sujeira e no lixo feito ratos. Mas nós somos gente! Somos trabalhadores que não tem nem coleta de lixo! Esse governo não vale nada!"

Em seguida o povo aplaudiu e começou a gritar: "Abaixo a exploração! Abaixo a exploração!" Uma senhora idosa pergunta ao companheiro do lado: "o que eles estão dizendo? Abaixo o quê?" Este lhe responde: "A exploração!"

E ela comenta: "Ah! Se valesse... Deus permita que agora adiante alguma coisa! Tanto abaixo-assinado, tanto comício e até agora não sai nada. A gente pede pra diminuir a exploração dos operários, mas os patrões nem ligam!"

Em São Miguel

Quase ao mesmo tempo, bem próximo do Itaim, ali mesmo na Zona Leste, 500 pessoas, representantes das favelas da região, se reuniam em São Miguel Paulista, na Igreja Matriz. Na ocasião, foi aprovado o abaixo assinado que os favelados pretendem entregar ao prefeito de São Paulo, no dia 19 de março. Água, luz, creches, coleta de lixo, esgotos, policiamento, telefone público e o direito de construir com blocos, são algumas das reivindicações básicas.

A justa preocupação, foi logo atendida: no final da assembléia os participantes decidiram encaminhar, junto aos chamados poderes públicos uma campanha em cima de três pontos: instalação de um pronto socorro, criação de uma creche e coleta de lixo regular na região. O que significa, novos domingos de luta, como aquele.



Na periferia, domingo é dia de trabalhar.

Vida nas fábricas

Arno, uma empresa grande cheia de problemas

A Arno, uma das maiores empresas do setor eletro-eletrônico parou totalmente na greve do ano passado. Além dos níveis salariais há muitos problemas, dizem os operários, como a insegurança no trabalho, o roubo nas férias, as exigências na produção.

Por Antonina Silveira

Frequentemente, os trabalhadores empregados em empresas de pequeno e médio porte aspiram ser admitidos pelas empresas maiores. Nelas, eles esperam ver-se livre das condições desumanas de trabalho e higiene e dos salários miseráveis que recebem. A ARNO, tradicional empresa do setor eletro-eletrônico, com 5 mil funcionários, é uma dessas empresas mais atraentes: lá, seus salários são mais elevados do que a média (um simples ajudante-operador de máquinas percebe Cr\$ 25,57 por hora), o departamento de recursos humanos emprega uma política mais moderna, mais afinada com os tempos de "abertura". Por exemplo, embora a totalidade da fábrica tenha parado durante a greve dos metalúrgicos, no ano passado, nenhum operário foi dispensado.

É verdade que sempre há algumas reclamações quanto à qualidade da comida, do repolho servido todo o santo dia. Mas, também é certo, que os problemas que existem (não foi por acaso que toda a Arno parou) tem outra qualidade, bem diferente das fabriquetas de fundo de quintal.

É com relação a segurança no trabalho que os operários da Arno mais reclamam. Geralmente, segundo eles, as medidas de prevenção começam a ser adotadas somente após os acidentes: como diz o velho ditado, "é depois da porta urrombada que se põe a tranca". Eles não esquecem, por exemplo, a morte de um operário, em março de 1979, quando, por falta de esclarecimento sobre a periculosidade, ele teve seu intestino estourado por causa de uma brincadeira de mau gosto, pela ação de ar comprimido. Ao invés de intensificar uma campanha de educação junto aos trabalhadores, a empresa saiu pela tangente, promovendo um concurso de frases sobre a questão de segurança, premiando com camisetas e eletrodomésticos as melhores frases.

Antes disso, em 1977, Mazzaropi, um ajudante de restaurante foi

esmagado pelo elevador de carga do restaurante, que teve seu comando consertado somente após o acidente.

Os descuidos com a saúde dos trabalhadores não pára por aí: atualmente, o teto da seção de usinagem está sendo pintado durante a jornada de trabalho fazendo com isso que os operários aspirem a poeira da tinta de latex.

Férias

As férias, supostamente coletivas, inicialmente aceitas sem muita discussão pelos operários, tem sido motivo de frequentes reclamações. Os trabalhadores se sentem lesados em seus direitos. Com a atual lei de férias, que transformou os anteriores dias úteis em 30 dias corridos, permitindo, também, que as empresas as parcelem, com no mínimo, 10 dias cada uma delas. Mas a Arno tem usado alguns expedientes para recorta-las ainda mais, utilizando-se de "solicitações" de férias, supostamente solicitadas pelos trabalhadores, obrigados a assina-las sob risco de demissão.

No final do ano, por exemplo, os funcionários da empresa foram obrigados a tirar férias de 24 de dezembro a dois de janeiro, o que incluiu um fim de semana e dois feriados. Para o carnaval deste ano, safadamente, a empresa preparou mais 10 dias de férias "coletivas" incluindo novamente feriados e fim de semanas, situação que deverá voltar a se repetir em julho.

Além de protestar contra a manipulação dos dias das férias, os trabalhadores reclamam do pouco tempo que sobra em cada período para viajarem em visita à suas famílias (no caso dos que moram no interior), bem como da falta de dinheiro, dada a proximidade entre uma "coletiva" e outra.

Redução da jornada

A redução da jornada de trabalho tem sido uma das

reivindicações dos trabalhadores, em todo o mundo. Na ARNO quem tomou a iniciativa foi a própria empresa, reduzindo o período de trabalho de oito para seis horas aos sábados, baixando, também a remuneração dos operários que, no fim do mês, percebem apenas 232 horas, ao invés das 240 horas de lei.

"Se os donos da Arno quiserem reduzir a jornada, tudo bem, desde que mantenham inalterado os salários," afirmam alguns trabalhadores.

Mas a redução da jornada não diminui algumas das contradições enfrentadas pelos operários especializados, como a existente entre a produção e o controle: a primeira, exige quantidade, acelerando as cadências a segunda, qualidade, difícil de ser conseguida com a aceleração dos ritmos de trabalho.

E a situação, dizem os operários, fica mais tensa ainda dentro da fábrica, quando aparece algum puxa-saco, buscando fazer média com os encarregados: "Eles dão um pau na máquina, produzem mais, não param nem para tomar café. Com isso, alteram todo o esquema de produção tornando difícil aos demais acompanharem o ritmo e produzir boas peças".

A empresa vai bem, obrigado

A Arno foi uma das empresas que maior lucro apresentou no transcorrer do 2º semestre de 1979. Suas vendas aumentaram, enquanto os custos e despesas financeiras sofreram significativa redução. Nesse período a Arno futuro 57% a mais do que no semestre anterior. No último ano teve uma redução de custos da receita líquida de 74% em setembro de 78 para 63% em setembro de 79. Tudo isso resultou em um lucro operacional para o segundo semestre da ordem de 191% maior do que o do semestre passado. O balanço da Arno indica que se trata de uma empresa forte com uma folga financeira muito boa.



Protesto contra a exploração, presente nos bairros.

O PCB não apoiou Joaquinção em BH

É o que afirma Hercules Correia, membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro e ex-dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e do Comando Geral dos Trabalhadores até 1964. Numa entrevista exclusiva ao EM TEMPO, o dirigente comunista fala da orientação sindical de seu partido, das dificuldades existentes para se implementar uma política de unidade sindical e das diferenças de opinião existentes no movimento operário e popular.

Por Tom Duarte

Como você vê a evolução do quadro político neste ano? Há possibilidade de um endurecimento do regime?

— A evolução do quadro político continuará sendo determinada pela tendência atual, que é a de substituição do atual regime. As causas principais dessa tendência são a resistência e lutas de nosso povo, particularmente da classe operária. Mas penso que essa tendência não seguirá uma trajetória linear, tranquila. É previsível o seu atropelamento em vários momentos. Se a idéia de endurecimento do regime estiver sendo compreendida como sendo esses atropelamentos, então pode-se dizer que há possibilidade de endurecimento.

Não creio, entretanto, que esse endurecimento ou uma reversão da tendência de que falei seja algo inevitável. As forças democráticas possuem condições, desde que se mantenham unidos na luta, para fazer avançar a atual tendência do quadro político.

Quero ressaltar que os atropelamentos da atual tendência a que me referi podem vir tanto da necessidade do governo de fazer prevalecer suas soluções financeiras e econômicas a qualquer preço como dos abalos que, momentaneamente ocorrem sobre a política de distensão internacional.

— Como você vê a conduta do atual governo face a evolução do quadro político previsto por você na resposta anterior?

— Olha, eu penso que o governo vai continuar tentando administrar o processo de abertura política, que é exigência das lutas populares, procurando evitar que o regime que venha substituir o atual não lhe seja antagônico e não lhe faça o julgamento histórico. E, mais ainda: o governo deseja que o atual modelo de acumulação capitalista, baseado na superexploração dos trabalhadores, seja mantido.

"Jamais apoiamos essa estrutura sindical como certas pessoas afirmam ou insinuam"

— Que posição você acha que devem adotar as forças democráticas, inclusive os comunistas?

— Em primeiro lugar, penso que as forças antiditatoriais devem se unir mais e mobilizar, com mais vigor, as massas para a luta em defesa de suas reivindicações políticas e econômicas.

Em segundo lugar, penso que essas forças devem envidar esforços no sentido de elaborar, através de amplo democrático debate, um projeto político, social e econômico, de cunho profundamente democrático, que incorpore as reivindicações já formuladas pela classe operária e seu movimento sindical, pelos camponeses e assalariados agrícolas e demais setores sociais interessados na convocação de uma Assembléia Constituinte, livremente eleita pelo povo; e na formação de um governo dessas forças antiditatoriais.

Nós comunistas, ao sugerirmos a elaboração desse projeto político, social e econômico visamos coesionar ainda mais as forças antiditatoriais na luta pela derrota do atual regime, pela conquista do governo por parte dessas forças, pela

reorientação do desenvolvimento da economia nacional no sentido de que o Estado deixe de servir às multinacionais e se melhore as condições de vida e trabalho das grandes massas laboriosas.

"Há duas questões que impedem o avanço da unidade sindical: uma é a falta de memória das lutas do passado; a outra é constituída pelas diferentes táticas existentes"

— Nesse quadro geral, o que você espera com relação ao movimento sindical e popular?

— Espero que o movimento sindical consiga, mediante a acumulação de forças, ser a força principal na articulação e elaboração do projeto político, social e econômico a que fiz menção. Para isso, ele deve formular um ante-projeto seu e submetê-lo a uma ampla consulta aos trabalhadores nos locais de trabalho, aproveitando essa consulta para organizá-las, para chegar a uma proposta unitária levá-la à todas as forças políticas. Penso que o movimento sindical pode desempenhar esse papel porque os trabalhadores não possuem interesses egoísticos e nem se propõem oprimir a quem quer que seja.

— Qual a sua posição perante a estrutura sindical? Como vê o processo de conquista da liberdade e da autonomia sindical?

— Os comunistas sempre lutaram contra a atual estrutura sindical. Quando ela se implantou, nossa posição foi recusar participar nos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Com isso pretendo dizer que jamais apoiamos essa estrutura sindical como certas pessoas afirmam ou insinuam.

Acho que a conquista da liberdade e da autonomia sindicais está ocorrendo nas lutas dos trabalhadores por suas reivindicações, posto que são essas lutas que lhes permitem criar uma consciência contra essa estrutura sindical, contra a falta de liberdade e autonomia sindicais. Mas entendo que, ao lado disso, a conquista da liberdade e da autonomia sindicais dependerá do grau de ampliação e aprofundamento da democracia no país. Por isso, nenhum ativista sindical deve menosprezar a luta pelas liberdades democráticas.

— Uma das debilidades apresentadas pelo movimento sindical tem sido a falta de uma maior organização e enraizamento nas fábricas. Qual a proposta dos comunistas para sua superação?



— Nós não temos um modelo pré-fabricado para isso. Temos uma experiência de trabalho nesse sentido. Ela indica que devemos usar todas as reivindicações, pequenas e grandes, para organizar nos locais de trabalho. Também a nossa experiência indica que na solução dessa questão é preciso tenacidade, paciência e exclusão de qualquer atitude aventureira.

— Como você vê a unidade sindical hoje e o que seria necessário para fazê-la evoluir?

— A unidade sindical não é algo fácil de se conseguir. Também ela não deve ser concebida como algo acabado. Deve ser vista como um processo que ora avança, ora recua, e sofre paralizações.

Creio que há um número variado de questões que dificulta a unidade sindical dos trabalhadores. Mas nesse momento me parece que duas questões deviam ser enfrentadas e superadas. Uma é a falta de memória das lutas passadas do movimento sindical de que são carentes os atuais dirigentes sindicais que se empenham na defesa dos interesses dos trabalhadores. Outra é constituída pelas diferentes táticas das diferentes correntes que atuam no sindicalismo que não têm como centro a preocupação de tornar cada luta vitoriosa e o fortalecimento dos sindicatos, mas a preocupação de impor suas orientações particulares e a liquidação política de umas por outras.

Poderia avançar alguns pontos programáticos em torno dos quais, em seu entender, poderia se efetivar a unidade sindical?

— Esses pontos programáticos já estão formulados pelo próprio movimento sindical. Basta que se olhe para as decisões dos congressos e encontros sindicais. O que há de fazer é ordená-los e articulá-los melhor.

— Ultimamente, os dirigentes sindicais têm se articulado na chamada Intersindical. No seu entender, a Intersindical expressaria a necessidade de uma maior coordenação da ação política no interior do sindicalismo, dada a inexistência de um organismo maior, centralizado?

— As intersindicais refletem uma necessidade do próprio movimento sindical. Elas sempre surgiram quando os trabalhadores começam agir com mais desenvoltura na defesa de suas reivindicações. Em realidade elas são uma forma de manifestação de que é preciso mudar a atual estrutura sindical.

— Ao seu ver, estão dadas as condições para a criação de uma Central Única dos Trabalhadores? Que etapas

deverão ser percorridas? Ela poderá ser formada apenas a partir do consenso das direções sindicais ou deverá surgir após um amplo processo de enraizamento nas bases trabalhadoras?

— A Central Única dos Trabalhadores surgirá da combinação de vários fatores: organização das comissões nos locais de trabalho, avanço da unidade política e sindical dos trabalhadores, amadurecimento político dos dirigentes sindicais, etc. Tudo isso baseado nas lutas operárias. Mas o avanço da democracia no país será um dos importantes fatores que se deverá levar em conta.

— Qual a sua opinião sobre a proposta do Ministro Delfim Neto, apresentada aos dirigentes sindicais, de celebração de um pacto social?

— Quem acompanha a crônica sindical sabe que a idéia do Ministro terminou em nada. Por um lado o Ministro não sustentou a sua idéia, enquanto que por outro os dirigentes sindicais não aceitaram aquela sugestão.

— Como você explica que atualmente, diferentemente de 1945, o PCB não seja a única organização de esquerda atuante no movimento sindical?

— Creio que isso se explica por vários motivos. Dou alguns exemplos. A mudança da estrutura produtiva do país determinou o surgimento de várias novas camadas de trabalhadores, particularmente no setor de serviços, cuja visão de nossa realidade está mais próxima da visão da pequena burguesia. Outro exemplo, é a nossa ruptura com o pensamento dogmático e sectário. Esse pensamento, por ter base objetiva, está se expressando em outras organizações. Um outro exemplo deve ser encontrado em nosso atraso em teorizar sobre a nova realidade surgida em decorrência das mudanças na estrutura sócio-econômica do país. Esse nosso atraso possibilita o surgimento de outras organizações que tentam interpretar essa realidade e propor soluções para elas.

— Qual a posição do PCB sobre a "Oposição Sindical Metalúrgica" da capital de São Paulo após a crítica que a ela foi feita pelo Comitê Regional de São Paulo após a última greve?

— Nossa posição está contida na análise que os comunistas de São Paulo fizeram daquela greve. Apenas gostaria de frisar que não foram somente os comunistas de São Paulo que criticaram a conduta daquela corrente sindicalista.

— O que levou o PCB apresentar na reunião intersindical de Belo Horizonte, realizada nos dias 15 e 16 de dezembro passado, a proposta de apresentar uma chapa encabeçada por Joaquim Andrade para concorrer às eleições na CNTI?

— Os comunistas não apresentaram nenhuma proposta nesse sentido. Do que sei aquela proposta surgiu de outra corrente política e de alguns metalúrgicos amigos de Joaquim Andrade.

— Como o PCB vê a unidade entre as diferentes forças de esquerda que atuam no Movimento Sindical?

— Tendo em conta nossa posição política, penso que é possível uma frente comum desde que haja concordância de que todas as atitudes devem se subordinar a tornar vitoriosa as lutas das categorias profissionais e o fortalecimento das entidades sindicais.

1980: A nova arma do governo contra os trabalhadores

MILHÕES DE DESEMPREGADOS

De repente, parece que os homens do governo se lembraram da questão do desemprego. Todo mundo se pôs a falar do assunto, como se fosse uma nova epidemia a perturbar o sono das pessoas sensíveis. Como se não fosse um antigo fardo que o trabalhador conhece desde que nasceu. Quais foram os dados que alarmaram o país?

O SINE (Sistema Nacional de Emprego) é que elaborou as estatísticas que Delfim Neto entregou espalhafatosamente aos jornais. Por aí vê que a quantidade de empregos criados não é suficientes para absorver a quantidade de desempregados e muito menos as novas vagas que entram todo ano mercado de trabalho.

A situação na Grande São Paulo:

Variação de out. 78 a out. 79	
Na indústria de transformação	3,77%
Na construção civil	-16,38%
No comércio	4,77%
Nos serviços	4,10%
No total	2,63%

Chamou a atenção a queda na oferta de empregos na construção civil, que normalmente serve de receptáculo para a grande massa de trabalhadores não qualificados.

Nas outras capitais, a situação era mais ou menos similar.

No Rio de Janeiro observa-se um crescimento dos empregos no comércio (de 23,6% entre fevereiro de 1977 e outubro 79) mas uma quase estagnação dos empregos industriais e estagnação na construção civil. Em Curitiba uma queda vertiginosa dos empregos na construção civil (-33% desde fevereiro 1977) e uma queda no total de empregos em comparação com essa data base. Em Belo Horizonte um desempenho razoável da indústria (6,37% desde fevereiro 77) e uma taxa total de 11,94%. No Recife os empregos industriais cresceram 8,6% desde fevereiro 1977 e 13,8% para o total da economia.

A situação não é nada boa mas realmente isso não é de agora. Só que neste momento os ministros parecem ter interesse em divulgar a situação. Disse Murilo Mando que o «Brasil precisa criar 1,8 milhões de empregos por ano até 1985 para observar os novos trabalhadores que entram no mercado e dar melhores condições de vida para os atuais subempregados e marginalizados». Para isso, «única opção é do desenvolvimento acelerado, à taxa mínima de aumento do PIB de 6,5% ao ano», adiantou Delfim Neto, com a cara lavada e bem nutrida.

EM TEMPO 99 • 7 a 21 de fevereiro de 1980

Os números do governo escondem a verdade

Em livro publicado no ano de 1977 — “Desemprego e Subemprego no Brasil”, ed. Atica — Helga Hoffmann mostra o caráter crônico do desemprego, que persiste mesmo nos períodos de crescimento econômico mais acelerado. Além disso, verifica o fenômeno do desemprego disfarçado, como algo tão ou mais importante que o próprio desemprego.

Os dados sobre “pessoas desocupadas” na força de trabalho assinalam sempre um reduzido número. Em 1968 seriam apenas 2,3% no conjunto do país. Mas evidentemente esses números não tem nada que ver com a realidade! Porque as estatísticas consideram desocupados, segundo as normas internacionais da Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.), aqueles que não estão desempenhando nenhum trabalho e já tomaram alguma providência para conseguir algum. Ora, isso funciona nos países desenvolvidos, onde o desempregado recebe um “seguro desemprego” e tem uma agência governamental que se ocupa de sua situação. No Brasil, onde ele tem que se arrumar por sua conta, o mais provável é que a maior parte procure “se virar”, em bicos e outros expedientes. Por isso é que Helga Hoffmann seguiu a mesma trilha de 2 outros economistas — Claudio Salm e F.P. Brien — para a compreensão das várias formas do desemprego

e do subemprego. Eles já haviam adicionado ao “desemprego aberto”, que aparece nas pesquisas oficiais do PNAD, o “subemprego visível” e o “subemprego disfarçado”.

Subemprego visível: “os ocupados em tempo parcial que declararam preferir trabalhar em tempo integral e, os que normalmente trabalhavam em tempo integral mas que estavam em tempo parcial por motivo econômico”. Ou seja: essa população revela a proporção de falta de trabalho para ocupar uma parte da força de trabalho. Somaram o subemprego visível e ele se revelou maior do que o desemprego aberto.

Subemprego disfarçado: segundo a OIT são aqueles cujo rendimento é extremamente baixo. O'Brien e Salm consideraram aqueles que ganhavam até apenas 40% do salário mínimo. A porcentagem desses empregos de baixa renda representava 42% do grupo de trabalhadores por conta própria no Nordeste.

Somando-se o desemprego aberto ao subemprego visível e o subemprego disfarçado (e estabelecendo um cálculo para evitar que houvesse dupla contagem) chegou-se a uma taxa de 13,6% da população ativa não-agrícola do país, isto é, 3.400.000 desempregados.

LULA

Se o governo quer mesmo reduzir o desemprego, que mande uma lei pro Congresso obrigando a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e o fim das horas extra.

Mas afinal, façamos algumas perguntas mais diretas. Por exemplo: por que tanto desemprego? Será que há desemprego na construção civil porque já existem casas suficientes pra todo mundo? Ante a nossa ingenuidade, os complicados economistas virão com mil explicações. Mas as suas explicações só servem para explicar como funciona esse absurdo regime em que vivemos. Não servem para justificá-lo.

De um lado existe esse desemprego. De outro lado existe uma capacidade ociosa nas fábricas de cerca de 16%. Quer dizer, a capacidade instalada não está sendo plenamente utilizada, mas pelo contrário, deixa 16% ociosa. De um lado falta de trabalho para os trabalhadores. De outro, falta de funcionamento para as máquinas.

O absurdo vai aumentando quando notamos a quantidade de adultos desempregados e o número crescente de menores tomando seus lugares, em vez de estarem nas escolas. 15% da população brasileira entre 10 e 14 anos já havia engrasado o mercado de trabalho. Por outro lado, 20% da população empregada possui de 10 a 19 anos. E por isso, evidentemente, que as pessoas com mais de 35 anos vão tendo cada vez mais dificuldade de voltar a

encontrar emprego, uma vez que são mandados embora.

Mas o absurdo chega ao máximo se começarmos a verificar a quantidade de horas extra efetuadas nas indústrias. E essa estatística é interessante — não foi feita e nem encontramos nenhum ministro interessado em buscá-la. Enquanto milhares estão de sol a sol buscando trabalho, outros milhares estão se matando de tanta hora extra.

Na verdade, é claro, isso não é nada absurdo. Tem uma lógica nisso tudo. É a lógica do lucro que faz com que os patrões ponham mais hora mas não contratam novos trabalhadores. É a lógica do lucro que faz com que trabalhadores da construção estejam sem emprego enquanto falta habitação para milhões de brasileiros. É da lógica do lucro que haja capacidade ociosa nas fábricas, que haja desemprego e que haja carência nos lares operários.

Por isso foi muito clara a resposta do Lula às questões sobre o desemprego colocadas por Delfim Neto:

“Se o governo quer mesmo reduzir o desemprego, que mande uma lei pro Congresso obrigando a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e o fim das horas extra.”

Por Eder Sader



No mundo inteiro é a mesma coisa

Capitalismo desenvolvido

Durante a recessão econômica mundial de 1974-75 o desemprego nos países capitalistas desenvolvidos alcançou a cifra de 17,5 milhões de trabalhadores. E depois daquela recessão? Melhorou a situação? Vejamos os números:

	Taxa de Desemprego em % da População Economicamente Ativa	
	1975 (média anual)	1979
USA	8,4%	5,8% (novembro)
Japão	1,9	2,2 (outubro)
Inglaterra	3,6	5,6 (dezembro)
Alemanha Federal	4,1	3,5 (novembro)
França	3,8-	5,8 (novembro)
Bélgica	4,5	7,3 (outubro)
Holanda	4,7	5,0 (novembro)
Itália	6,0	8,8 (1978)
Dinamarca	5,9	8,7 (outubro)
Suecia	1,6	1,8 (novembro)
Austria	2,0	2,1 (outubro)
Finlândia	2,2	5,7 (setembro)
Canadá	7,2	7,3 (novembro)

(cit. por W. Wulf - La nouvelle récession internationale en 1980 - in revista INPRECOR)

Capitalismo sub-desenvolvido

“A chave do problema do desemprego no mundo em via de desenvolvimento está, portanto, na grande proporção de mão de obra com renda insuficiente. Essas pessoas se classificam como subempregadas (...) Portanto os problemas de emprego e da pobreza são inseparáveis. A mão de obra das economias de mercado em vias de desenvolvimento é agora de uns 700 milhões... cerca de 5% essa mão-de-obra está abertamente parada... 36% está subempregada, sendo menor a proporção nas áreas urbanas e maior nas áreas rurais. Do total de desempregados e subempregados, cerca de 80% são rurais (...) Não há dúvida que o número de pobres aumentou, apesar do rápido crescimento econômico de muitos países em vias de desenvolvimento.” (12) “Emprego, crescimento e Necessidades Básicas: Um Problema Mundial”, relatório da Organização Internacional do Trabalho, Genebra, 1976.

A Organização Internacional do Trabalho é evidentemente um organismo fora da suspeita de ser uma associação contra o capitalismo. Tanto assim que até usa o termo “mundo em vias de desenvolvimento” para falar simplesmente dos países subdesenvolvidos ou dependentes como o nosso. Mas é obrigada a constatar que o desenvolvimento (capitalista) só fez agravar o problema do emprego e da pobreza no mundo “em vias de desenvolvimento”

O que Delfim espera com esta jogada

Hoje recuar diante das ameaças do governo seria ingenuidade.

Ao contrário, fortalecendo as lutas reivindicativas e as práticas democráticas, devemos pedir o impossível.

Por Paulo Sandroni

O desemprego é uma das situações que mais desesperam e angustiam o trabalhador. Depois de despedido, ele enfrenta a mulher e os filhos, deprimido e desmoralizado por não ter mais condições de pagar a conta do armazém ou o aluguel da casa. Nos casos mais agudos, abandona a família pois, sozinho, dá pra se virar, deixando a mulher com a dramática missão de sobreviver e sustentar os filhos. Eis aí a ante-sala da prostituição, da mendicância e da delinquência, para não falar da mortalidade infantil.

Alguns estudos tem mostrado, além disso, que o desemprego provoca outros traumatismos sobre a estabilidade conjugal e familiar, pois incidiria sobre a capacidade sexual dos desempregados, gerando certa impotência.

Estes dramas do povo são geralmente silenciados, pois como reza o samba, “a dor da gente não sai no jornal”. Exceto quando se trata de gente fina. Exemplo: as revistas norte-americanas especializadas em administração de empresas, aconselham sobre os cuidados que se deve ter na espinhosa tarefa de mandar um executivo para o olho da rua. Os peritos recomendam que a comunicação seja feita em forma breve e direta sem dar margens para apelações (parecido neste aspecto com as demissões de qualquer operário). No entanto, se adverte para que ela não seja feita (terrível coincidência!) no dia do aniversário do infeliz... Nos casos mais delicados o problema é entregue a empresas especializadas em amansar e reciclar o desempregado, arranjando-lhe nova ocupação. Às vezes a empresa que despede, tem a gentileza de arcar com os custos de todas estas transas.

Como se vê, na base ou no topo da pirâmide, o problema é sério. E enquanto os trabalhadores não se apropriarem dos meios de produção, isto é, enquanto existir o regime capitalista de produção, sempre haverá o risco do desemprego.

Os homens do planalto sabem que a possibilidade do desemprego amedronta os trabalhadores, e jogam com ela. As declarações do ministro do Planejamento a respeito, credenciando-se como um estadista preocupado com problemas sociais, é um bom exemplo, pois aparentemente faz uma promessa mas na realidade lança uma ameaça. O recado é: ninguém está interessado no desemprego, mas, se ele vier pra valer, quem sai perdendo são os trabalhadores. Em consequência todos devem apoiar a política econômica pois somente ela afugenta o fantasma da recessão e evita o desemprego. Afinal, quem tem a audácia de pedir publicamente aos gran-

des empresários (sacando contra os créditos de boa gestão acumulados durante os anos do milagre) parcimônia nos lucros — embora prometendo o Eldorado logo em seguida — deve sentir-se no direito de exigir dos trabalhadores, modéstia nas reivindicações salariais.

É certo que hoje, com a abertura, a reformulação partidária, o PP e o PDS apostando para ver quem é o mais radical na guerra dos programas não é possível reeditar a política das baionetas.

Mas, os empresários começam a se aborrecer com a verbosidade própria dessa guinada (cogestão rima com indigestão) e por sua conta, ecoando — sem perigo de demissão — um escorregão do ex-ministro Rischbieter, teriam dado o prazo até julho próximo para que a política econômica mostre resultados. Se ela fracassar, poderão começar a pedir o impossível a Delfim: por exemplo, sua barriga.

O ministro do Planejamento, investido de novos poderes, responde a uns e outros com o dilema: ou a política econômica tem êxito, ou os negócios declinarão e o bafo do desemprego estará em cada lar operário. Mas lambusar programas com alternativas simpáticas às massas populares, tem um preço, e os trabalhadores podem

pagar para ver. Inclusive, o estribilho da moda na relação governantes x governados, isto é, aquela história de que o papel da oposição é pedir o impossível, pois se pedir o possível o governo faz, pode virar-se contra o feiticeiro. Por exemplo, se logo depois de 1964, algum líder sindical tivesse apresentado uma alternativa ao arrocho, digamos, nos termos da atual e raquítica política salarial, a resposta teria sido: “é impossível”. No ano passado, no entanto, ela foi aprovada pelo governo com a ligeireza de uma raposa. Conclusão: o “possível” ou o “impossível” dependem da hora e do lugar, isto é, da força que cada um dispõe para fazer prevalecer seus interesses na política econômica. Questões como o direito de greve, a autonomia sindical, a sindicalização dos desempregados, a reposição do que foi arrancado durante o arrocho, os reajustes trimestrais, são reivindicações que estão na ordem do dia.

Recuar diante das ameaças implícitas, ou se impressionar com a choradeira dos homens do capital seria ingênuo, pois eles, como crianças mimadas, ao menor arranhão nos lucros gritam: “Mamãe”. Ao contrário, fortalecendo as lutas reivindicativas e as práticas democráticas talvez cheguemos à conclusão de que hoje ser realista é pedir que o governo considere impossível. Pois para ele, o possível é pura mesquinhez de ministro ambicioso.

Desempregado é tratado como bandido

Das 40 milhões de pessoas que compõem hoje a população economicamente ativa do país, 5 milhões trabalham sem nenhum rendimento e 17 milhões com renda menor que o salário mínimo.

“Desempregado aqui é pior que bandido”. Everaldo, um baiano de 25 anos, que já foi ajudante de produção na Caterpillar e está desempregado há 3 meses, fala de sua situação com medo e raiva. Ele já teve más experiências em batidas policiais que “tratam operário desempregado como se fosse um marginal” e por isso resistiu até comentar sua situação para o EM TEMPO. Everaldo acha, no entanto, que certamente vai encontrar novo emprego “logo, logo”. O que lhe incomoda “é essa dúvida. É sair todo dia de casa e voltar com humilhação.”

O desemprego já aparece ai relacionado com a violência, com o que o governo entende por “combate aos marginais”. A relação é evidente. Aliás, seu Gregório, de 57 anos, aposentado há 7 anos por acidente no trabalho que lhe inutilizou a perna, faz a mesma relação. Ex-roceiro na Bahia, aposentado como simples faxineiro, recebe a quantia de Cr\$ 2.042,00 para o sustento dele e da mulher. Por isso seu Gregório faz parte dessa multidão de carregadores de cartazes que povoam os centros de nossas cidades por um salário de fome. “Só fazendo isso pra não sair por aí pedindo esmola ou assaltando qualquer um”. Razão não seu Gregório. E certamente outros, de menos idade e mais agilidade não estão carregando esses cartazes ambulantes mas sim facas, punhais e pistolas.

Uma enorme parcela de desempregados se

esconde em nossas estatísticas debaixo da categoria dos subempregados: engraxate, limpadores de carros, serventes, zeladores, ambulantes que recebem muito menos que o próprio salário mínimo. Aliás, os dados agora entregues à população pelos mesmos responsáveis (responsáveis??) pelas proezas do milagre econômico são já por si só estarrecedores:

Dos 40 milhões de pessoas que compõem hoje a população economicamente ativa do país, 5 milhões trabalham sem nenhum rendimento e outros 17 milhões com renda menor que o salário mínimo.

Entre os carregadores de cartaz, junto ao seu Gregório, encontramos também seu Lourenço, também ele aposentado (“será que se vocês publicam isso não vai prejudicar nossa aposentadoria?” me perguntou ele depois de se lamentar profundamente da situação). 68 anos de idade, deixou o serviço de ajudante numa firma há mais de 6 anos. Merecia um descanso, pois começou o batente desde criança na lavoura em Ribeirão Preto. “Mas não dá”, com a pensão de Cr\$ 3.300,00 pra ele, a mulher e uma filha.

“Tá ruço”, comenta um jovem ao lado, talvez ele sem emprego enquanto o velho aposentado tem que voltar pro trabalho. Não será fácil entender a lógica disso tudo, mas também não muito difícil de ver que um regime desses já está pedindo pra ir pro lixo.

EM TEMPO 99 • 7 a 21 de fevereiro de 1980

Milhões de desempregados



Todo trabalhador sabe o que é ficar 2 ou 3 meses sem poder trabalhar.

O operário A.J.S., do interior de São Paulo, era ajudante em fábrica. Mas da última vez que foi mandado embora já não conseguiu voltar a trabalhar "na firma". É que tem mais de 45 anos e "na minha idade, as firmas já não aceitam mais. Muitas firmas só pegam gente até 39, 35 anos". Então não lhe restou outra saída além de engrossar o exército dos carregadores de carretas no centro de São Paulo. Mas ainda assim ele não generaliza a sua situação: "Só é difícil encontrar mesmo outro emprego quando não se tem qualificação".

Parece ser natural que uma grande quantidade de trabalhadores seja dispensada e outra quantidade seja admitida. Nas obras do Metrô conversamos com um grupo de 3 operários que se ajuntava na hora do almoço na praça da República.

"Todo mês aqui tá saindo uns 200 mas entra outros tanto", me

diz um servente de obras. Ele é jovem e parece não apavorar-se com o problema do desemprego.

E qual o motivo da saída de tanta gente?

"Ah, muitos é porque não se acostumam com o serviço aqui, que é brabo", explica tranquilamente o rapaz nordestino enquanto já se dirige pro canteiro de obras.

O Lula, do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo, também fala com simplicidade que "todo trabalhador sabe o que é ficar 2, 3 meses desempregado". Mas ele vai buscar mais fundo as causas. Como não existe um piso salarial e salário profissional regulamentado, as empresas mandam todo mês uma certa quantidade de operários embora para contratar outros, para a mesma função mas com um salário menor. Daí a luta que os sindicatos vão travar pelo piso salarial e o salário profissional, prá diminuir a rotatividade.

O exemplo da Ford Qualificação profissional não garante salário

Qualificação dos demitidos:

— qualificados: 29,3%
— semi-qualificados: 65,6%
— não qualificados: 2,9%
— sem informação: 2,2%

Tempo de serviço dos demitidos:

menos de 1 ano: 16,8%
1 ano: 6,0%
de 1 a 3 anos: 34,0%
5 ou mais: 33,2%

F. conclui o estudo:

11 FEVEREIRO 1980 - a 21 de fevereiro de 1980

No primeiro semestre de 1977 o DIEESE fez uma pesquisa com 500 trabalhadores dispensados pela FORD para examinar o significado das demissões.

"Na época da homologação da rescisão de contrato de trabalho, para a maioria dos que haviam procurado emprego, a nova contratação significava redução salarial de 21% a 49%. Houve casos de ofertas de emprego com redução de mais de 50% até 72% no salário, para ocupar a mesma função, em outra indústria montadora. Aceitar essas condições significava voltar à situação salarial de 2 a 4 anos anteriores ao emprego na Ford.

Esse levantamento demonstrou que a dispensa atingiu os trabalhadores com maior tempo de treinamento ou qualificação e consequentemente de salários relativamente mais altos. A maioria tinha mais de 2 anos de serviço na empresa, sendo que 30,6% dos despedidos já haviam movido processos trabalhistas contra a mesma. No momento da rescisão de contrato as ofertas de trabalho recebidas significavam redução salarial, o que permite afirmar que o treinamento no trabalho e mesmo a qualificação não se constituem em garantia de salário profissional.

Rotatividade e desemprego rebaixam salários



Só dizia o velho Marx...

Quando a acumulação de capital faz com que aumente, num lado, a demanda de trabalho, aumenta também, de outro lado, a oferta de operários, ao deixá-los "disponíveis", ao mesmo tempo em que a pressão feita pelos operários desocupados sobre os ocupados obriga a estes que rendam mais trabalho, fazendo portanto, até certo ponto, que a oferta de trabalho seja independente da oferta de operários. O jogo da lei da oferta e da procura de trabalho, erigida sobre essa base, vem dar um remate no despotismo do capital. Por isso, assim que os operários percebem o mistério de que, a medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia e fazem com que cresça a potência produtiva de seu trabalho, conseguindo inclusive que sua função como instrumentos de valorização do capital seja cada vez mais precária para eles mesmos; assim que se dão conta de que o grau de intensidade da concorrência entre eles mesmos depende completamente da pressão exercida pela superpopulação relativa; assim que, observando isso, procuram implantar, por meio dos sindicatos um plano de cooperação entre os operários ativos e os desocupados para anular ou ao menos atenuar os efeitos desastrosos que aquela lei natural da produção capitalista acarreta para sua classe, o capital e seu serviço - o economista se põem furiosos, clamando contra a violação da lei "eterna" e quase "sagrada" da oferta e da procura." (K. Marx, no "O Capital" cap XIII do Livro I).

Mais um indicador:

A emissão de carteiras profissionais diminuiu o ano passado

Os nossos economistas já nos cansaram com índices de crescimento, da produção, das exportações, das dívidas e dos saldos de tudo que interessou aos capitalistas. Mas sobre o emprego não se sabe quase nada. Agora levantaram o problema do desemprego. Os dirigentes sindicais sentiram logo que se tratava de assustar os trabalhadores com o fantasma do desemprego no momento em que eles estão lutando para defender melhores condições de salário.

Se pegamos a Gazeta Esportiva para ver empregos oferecidos em São Paulo, aparentemente existe bastante. Dia 28 último a Bardella procurava mecânicos montadores, mandriladores, torneiros mecânicos, fresador, caldeiros, traçador, operadores de forno, assistente técnico, eletricitas montadores, operador de calandra, inspetor de qualidade, controladores de medidas, soldadores mig, eletricitas de manutenção. Ao lado, uma firma de oferta de empregos anuncia cargos para afiadores, ajudantes, apontadores, borracheiros, costureiras, cronometristas, eletricitas, ferramenteiros, mecânicos, serralheiros, funileiros, operadores e vários outros. A quantidade de empregos oferecidos parece grande.

E no entanto, medindo a sua tendência no tempo, essa oferta parece ter decrescido. Outro indicador importante é o das carteiras profissionais emitidas pelo Ministério do Trabalho. A quantidade de carteiras emitidas na cidade de São Paulo em outubro de 1979 era um pouco mais elevada que em outubro de 1978 mas ainda assim, abaixo da média anual de 1973 até 1977. Vemos abaixo os dados:

	Maiores (18 anos e mais)		Men (de 12 a 17 anos)		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
1973	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1974	94,2	102,3	115,5	112,1	99,0
1975	77,9	222,0	124,9	120,5	105,2
1976	75,3	239,3	136,0	131,9	107,8
1977	71,6	210,7	132,4	135,6	101,4
1978	63,7	193,8	142,7	153,9	96,4
1979 (x)	63,3	202,9	150,7	152,2	100,1

A primeira coisa que chama a atenção é que o total de carteiras emitidas no ano passado foi praticamente igual ao de 6 anos atrás. O que é grave se pensamos no aumento da população. Mas além disso, o quadro acima mostra como a tendência foi fortemente desigual: dobrou a quantidade de carteiras emitidas para mulheres adultas, aumentou de 50% as carteiras para menores, enquanto caía de quase 40% as carteiras para homens de 18 anos e mais.

A luta pela sobrevivência não tem limites

A prostituição, dizem, é a mais antiga das profissões. Foi sempre tratada como praga, alvo de violência e de repressão.

Mas, e porque existe?

O extinto Jornal da República de 21 de dezembro chegou a fazer uma listagem de mulheres trabalhadoras que se dedicavam a prostituição para completar seu orçamento. Esses casos estão registrados no inquérito 753/79 do 3º Distrito Policial.

«Maria Eva do Rosário, 20 anos, de Ponte Nova, Minas Gerais. É costureira, prostitui-se há 6 meses. Trabalha na Empresa Nacional de Serviços ganhando Cr\$ 6,50 por hora (o que dá, se trabalhar 10 horas por dia, 30 dias, Cr\$ 1.950,00 por mês) Maria Eva se dedica à prostituição nas horas de folga e assim ajuda a pagar o aluguel de Cr\$ 5.500,00 e a sustentar suas duas filhas».

A história acima se repete tanto na Boca do Lixo quanto na Boca do Luxo, ou seja, o motivo principal que leva à prostituição é a necessidade econômica. Vê-se pois que não se pode tratar a prostituição como «um caso de polícia».

Na rua Major Sertório ocorreu um fato que mostra bem isso: O capitão tenente da Marinha Itamar Siqueira Pe-



reira, com mais dois oficiais, chegaram à antiga boate Dinossaurus alcoolizados, desrepeitando os presentes. O porteiro foi baleado ao tentar expulsá-los. O caso foi para no 3º Distrito. Duas advogadas, que estavam na boate, resolveram acompanhar o caso. Foram presas por descato à autoridade. Uma foi encontrada com hemorragia nasal e a outra com escoriações nos braços.

Em síntese, é kafkiano pensar em acusar o agressor para o próprio agressor.

O aumento da prostituição nas grandes cidades atingindo até os redutos mais caros da «tradicional família brasileira» nada mais é do que outra das muitas faces escondidas duma sociedade milagrosa, feita de menores abandonados e de prostitutas de 11 anos que passaram de trombadinhas à prostituição com estágio na FEBEM.

Mas o problema não se esgota aí. UPPa, prostituta em Lion, na França, dizia que a prostituição é um complemento à família burguesa — um paliativo à miséria sexual — permite conservar a constituição do casamento. Consequência da miséria econômica ou da miséria sexual, o que é certo é que a prostituição não é caso de polícia.

Boca do Luxo: Cr\$ 8.000,00 por dia

“Prostituição na rua é baixaria”

«Nós fazemos o que todo mundo faz, só que a gente leva vantagem. Enquanto elas dão de graça, a gente ganha com isso», argumenta Vera, 24 anos, ex-secretária.

O auge da carreira de prostituição é o “trabalho em casa”. Através do telefone elas são contratadas pelos clientes. Isso lhes dá um certo ar de superioridade: elas não procuram, são procuradas — o preço aumenta. Os fregueses são selecionados “não fazem programa com qualquer um”.

Para trabalhar em casa é necessário antes se tornar conhecida, isso exige que se trabalhe junto a um público com pouca flutuação como boate.

A história da boate é sempre a mesma. Chega-se devagar para olhar o ambiente. Antes de você perceber, o dono da boate já percebeu você e convida para um programa. Dependendo do seu desempenho você passa a trabalhar na boate sob sua proteção. Para a boate o trabalho consiste em levar os fregueses a consumirem bebidas e em lhes dar uma porcentagem por cada programa.

As três jovens entrevistadas trabalham há cerca de 4 anos numa grande boate de São Paulo, que abriga cerca de 15 prostitutas.

Marcia, Vera e Marina têm 23, 24 e 25 anos, todas com 4 anos na prostituição, e todas de outros Estados ou do interior de São Paulo. Estamos na casa delas esperando a comida ficar pronta (Sopa Magil) e esperando o telefone tocar (percebe-se uma certa ansiedade por isso). Há um desapontamento com nossa chegada porque é hora da novela “Os Gigantes”, fazendo com que, às vezes, a conversa seja interrompida para assistir alguma cena “emocionante”.

A história do início na prostituição se repete: trabalhavam como secretárias e foram para a boate a convite de amigas. Foram ficando, principalmente por causa do dinheiro. A relação com a família também não difere: todos sabem mas fingem não saber. Ignoram para não tomar nenhuma atitude.

Num bom dia fazem programas com 4 homens, ganhando até Cr\$ 8.000,00. Só saem da prostituição se encontrarem alguém que lhes garanta o mesmo nível de vida. Eu só saio se for para ficar com um cara rico que possa manter pelo menos 3 empregadas, porque ficar lavando roupa e arrumando casa não é preciso.

Marcia pensa em sair da prostituição e arrumar um trabalho “normal” mas só se “os dois que estão prometendo me sustentar cumprirem a promessa”.

Marina teve uma reação explosiva “Por que vocês vêm me perguntar isso? Eu sei que sou prostituta mas não precisa me lembrar isso o tempo todo”.

“Que é isso Marina? Tá com vergonha de ser prostituta? Eu não. Pra mim é perfeitamente normal. Nós fazemos o que todo mundo faz, só que a gente leva vantagem. Elas dão de graça e a gente ganha com isso”.

Executivos (principalmente casados), estudantes e garotos para “iniciação”. Houve a história da mulher de um executivo que descobriu o telefone delas no bolso do marido. Ligou para Marcia e perguntou “Eu faço tudo o que ele quer, tudo o que as outras fazem. Porque ele procura você?” Acabaram num longo papo pelo telefone.

O relacionamento preferido por esses homens é o “papai/mamãe”, seguido de relação oral (eles continuam sendo ativos, e elas se recusam). “depois vem a suruba”, que elas gostam muito “por ser desinibitório e dá muita experiência sexual.” E por fim a relação anal que só topam com alguns mediante bom pagamento. Ao serem indagadas se já trabalharam na rua ficam indignadas: “Prostituição na rua é baixaria, é fim de carreira, é a decadência”.

O telefone toca e Marcia atende imediatamente. Em seguida sai toda feliz para um programa.

Agora, elas querem sua Associação

A idéia da Associação de prostitutas começa com um grupo que procurava uma colega desaparecida desde novembro, e que participara da passeata das mulheres que frequentam as ruas Sta. Efigênia, Aurora, Av. Rio Branco e paralelas, que foram reclamar contra o fechamento dos hotéis em que trabalham, os maus tratos e a repressão policial.

No dia seguinte Rose desapareceu. Da denúncia surgiu a idéia da Associação. Reuniram-se grupos feministas, grupos de mulheres, as-

sociações de defesa da mulher e do menor, parlamentares e juristas.

As dificuldades para a formação da Associação vêm da repressão policial, ostensiva nos locais de reunião, da infiltração de informantes na reunião, das pressões e tentativas de amedrontar ou comprometer as prostitutas.

Mas, apesar do medo, cresce o número de prostitutas dispostas a lutar pela sua Associação seguindo o exemplo das associações e sindicatos de prostitutas que existem em quase todos os países europeus.

Boca do Lixo:

«Aguentar 30 clientes por dia não é nada fácil»

«Os policiais são até bonzinhos, não batem nem maltratam. Até compram cigarros para a gente. Mas, a 500 paus o maço», diz Sueli, 23 anos, ex-balconista de uma loja de tecidos

São 15.30 e a rua Santa Efigênia já está pontilhada de mulheres que começam a trabalhar. Escolhemos uma, parada na esquina da Sta. Efigênia com a rua dos Gusmões. Marisa é alta, branca, sem maquiagem, vestida com calça de brim amarelo e camiseta, não chega a ser bonita.

Com 23 anos, 1 ano na prostituição, ela só pensa numa coisa: ganhar Cr\$ 800,00 para pagar a conta do hotel e retirar suas roupas que ficaram detidas por falta de pagamento. Fala muito: na família da periferia de SP, nos pais que se separaram porque a mãe tinha um amante e resolveu morar com ele. Foi quando Sueli resolveu sair de casa e veio morar num hotel em SP. Trabalhou como balconista numa loja de lingerie, sonhando com as maravilhosas peças de lycra que não podia comprar.

Do sonho à prostituição foi um passo. A irmã do namorado trabalhava na boca do lixo e levou Marisa para lá. Na primeira experiência sentiu “vergonha e alegria com 500 paus na mão depois de 15 minutos de programa”. Hoje, num bom dia de trabalho, recebe 30 clientes e ganha de Cr\$ 300 a Cr\$ 2.000 de cada um, dependendo da relação. A maioria é balconista, bancário, estudante ou camioneiro. O tipo de relação mais frequente é a oral — onde eles são ativos, depois vem a “papai-mamãe”. Relação anal é rara, “se a gente tem a frente e para usar atrás é contra a natureza humana”.

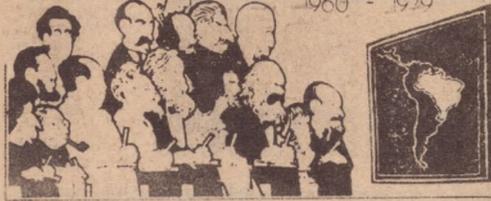
Aguentar 30 clientes por dia não é fácil. Penetração só quando quero, a

maioria goza só nas coxas e, às vezes, pensa que houve penetração e a gente nunca goza mesmo. Relação oral é diferente. Tem dias que só dá isso, aí eu não deixo não, a gente não aguenta, goza mesmo. E se gozar o dia inteiro não dá prá trabalhar à noite. A gente fica fraca, não é.”

Marisa não tem café: “é muito ruim. Sem ele a gente escolhe quem quiser e o que quiser fazer. Com café não, ele combina antes e recebe adiantado e você não pode negar.

“Fiz dois abortos. Um na parteira. Tomei chá de arruda com pinga e não adiantou, tomei chá de caroço de abacate e nada. Aí fui na parteira que coloca um remédio dentro da gente e depois fecha com algodão. Depois de 12 horas começa a fazer efeito. Sai um líquido que a gente grita de dor, parece que vai queimar a gente. Aí tem que ir no hospital porque o aborto já começou. “O outro filho eu perdi de tanto apanhar”. Mas o que eu mais quero ter um filho.

O relacionamento das meninas e boca do lixo com a polícia é ambíguo. Policiais bonzinhos dá proteção, elas dão muito bem, têm amigos e fazem programas. Outros, mesmo todo dia 11 e 12, 25 e 26 pedem para serem averiguados. Na prática elas ficam a pagarem para serem soltas. Os policiais não batem nem maltratam, a compram cigarros para elas. Mas “quinhentos paus o maço, sem troco”



A VPR e a crítica das armas

por Marco Aurélio Garcia

Reconstituir hoje as trajetórias, em mais de um ponto comuns, da *Vanguarda Popular Revolucionária* e da *VAR-Palmares*, dois dos mais importantes grupos revolucionários surgidos nos fins da década de sessenta não é uma tarefa fácil. Na imprensa da época, submetida à censura dos militares ou, simplesmente, dos donos de jornais, as siglas *VPR* e *VAR* aparecem exclusivamente vinculados a rocambolescas aventuras do "terror": assaltos, atentados, seqüestros de diplomatas ou de aviões. Nos processos arquivados nas auditorias militares há um material, sem dúvida precioso, onde é difícil, no entanto, distinguir o verdadeiro do falso, sem falar na angulação policialesca que preside a reconstituição dos fatos. Os documentos políticos são escassos, difíceis de encontrar e dizem muito pouco de organizações para as quais o fundamental, finalmente, era a ação e não as "teorias" como desdenhosamente afirmavam muitos de seus militantes. Restariam estes, mas aqui as coisas se complicam mais ainda. Uma grande parte dos protagonistas desta parte da história da esquerda brasileira estão mortos ou "desaparecidos" — não esqueçamos que *VPR* e *VAR* foram das organizações mais atingidas pela repressão — e os vivos são muitas vezes reticentes em debruçar-se sobre um passado, cheio de pontos obscuros ou de experiências dolorosas, que parecem resumir em grande medida a tragédia da esquerda brasileira durante estes anos difíceis.

No começo, crise

V.P.R. e *V.A.R. - Palmares*, da mesma forma que a totalidade dos grupos que emergem em 1967/1968, são o resultado da profunda crise política e ideológica que se abate sobre a esquerda brasileira após o golpe de Estado de 1964. Diferentemente das outras organizações, no entanto, elas não se gestam no interior do Partido Comunista, ainda que muitos de seus militantes tivessem passado também pelas filas do Partidão. Os contornos da história aqui são um pouco diferentes, porém.

Com o golpe de 64, ganharam força aquelas correntes extremamente minoritárias que, dentro e fora do PCB, faziam a crítica da estratégia e da tática seguida pelo partido de Prestes. É esta situação que vai permitir um substancial reforçamento da audiência de uma organização como a *Política Operária*, antes do golpe um pequeno grupo de intelectuais e de estudantes que defendiam genericamente as posições marxistas-revolucionárias que haviam ganho atualidade a partir da vitória da revolução cubana. Além de insistir no "caráter socialista da revolução brasileira", contra as teses nacionalistas-democráticas do PCB, a *Polop* punha ênfase na necessidade da violência armada como via de acesso ao poder político, o que se chocava com as teses sobre a "transição pacífica" que eram o prato de resistência do Partidão.

A influência da *Polop* entre os estudantes se faz mais visível, mas não somente aí. Grupos operários, que anteriormente olhavam com uma certa in-



O capitão Jamarca, nos tempos ainda no Exército

diferença aqueles jovens propagandistas do nacionalismo, começam a "buscar contatos". Mas as coisas vão mais longe. A *Política Operária* polariza também um número apreciável de sargentos e sub-oficiais que haviam sido expurgados das Forças Armadas logo depois do golpe, como conseqüência da ação que desenvolvera, no Exército, Marinha, Aeronáutica ou nas forças públicas estaduais. A primeira manifestação desta aproximação é notória no episódio conhecido como a "guerrilha de Copacabana", quando o CENIMAR desbarata uma articulação entre marinheiros e a *Polop*, no Rio de Janeiro.

A atração de Brizola

Mais do que a *Polop*, no entanto, o principal ponto de atração destes setores egressos das Forças Armadas passa a ser o ex-governador Leonel Brizola, exilado em Montevidéu, e que começa a desenvolver toda uma série de ações conspirativas, o que lhe permitirá contar um pouco mais tarde com o apoio de Cuba, empenhada neste período em reforçar os grupos revolucionários de todo o continente.

Desta simbiose ex-sargentos-Brizola nasce o *M.N.R. (Movimento Nacionalista Revolucionário)*. O fracasso da "guerrilha de Caparaó" e a própria evolução das posições de Brizola marcam o declínio do *MNR*. Seus militantes continuam ativos no Brasil, em busca de uma nova alternativa.

Esta parece surgir em 1967, quando, para muitos, a *Polop* não consegue mais exercer a atração que havia exercido no período imediatamente posterior à queda de Jango. O depoimento do ex-sar-

gento José Ronaldo Tavares de Lira e Silva é revelador:

"Depois do golpe — diz ele — a *POLOP* manteve sua perspectiva de luta armada, carecendo no entanto de uma concepção clara de como desenvolver esta luta e perdendo-se em discussões teóricas. De maneira que nossa aproximação com a *POLOP* resultou única e exclusivamente na organização de cursos teóricos sobre marxismo-leninismo".

Os impasses da *Política Operária* eram vividos também por seus militantes. Em 1966, um grupo destes, de Minas Gerais, se insurgia, à sua maneira, contra o estrategismo da organização, levantando a tese da Assembleia Nacional Constituinte, posição massacrada nas discussões e então caracterizada como "democratista". Um ano depois, no entanto, por ocasião do Quarto Congresso da organização (setembro de 67) a situação é bem distinta. As posições da direção são atacadas por vários flancos: os militantes de Minas Gerais contraditam a proposição de um Programa Socialista para o Brasil, apresentado pela direção, com uma linha de Libertação Nacional. No Rio, alguns militantes apóiam esta proposta, ainda que pondo ênfase na estratégia de guerra prolongada no campo.

Já em São Paulo se desenha uma oposição cujo eixo são as posições aprovadas um mês antes pela Conferência da *OLAS*, em Havana, o que que retomam o essencial das colocações do francês Régis Debray em seu livro *Revolução na Revolução?*, isto é, a estratégia do foco rural.

A vitória de Pirro da antiga direção — 16 votos contra 14, no Congresso — pre-

cipita as coisas para os opositores. Eles abandonam a organização. Começa então o processo de gestação do que seriam mais tarde a *V.P.R.* e a *V.A.R. - Palmares*. Este processo se desdobrará em São Paulo, Minas, no Rio e um pouco no Rio Grande do Sul.

O surgimento da V.P.R.

O grupo que rompe com a *Polop* em São Paulo limita sua ação inicialmente a contatos em São Paulo, sendo tênues suas relações com os dissidentes do Rio e de Minas. A atividade deste grupo de militantes, que Raul Villa, em seu estudo sobre a *Polop*, considera "caracterizado justamente por um grande dinamismo no trabalho de massas" se faz em direção de vários setores especialmente os remanescentes do *M.N.R.* e o chamado "grupo de Osasco".

Com os ex-sargentos, à frente dos quais se encontrava Onofre Pinto, os entendimentos vão mais rápidos. Com o "grupo de Osasco", os contatos começam a se fazer em fins de 1967, três meses após a cisão com a *Polop*.

O "grupo de Osasco" é revelador de uma nova realidade social e política do Brasil de fins da década de sessenta. Seus integrantes são, na sua maioria estudantes e operários, não raro as duas coisas ao mesmo tempo. Alguns passaram pelo PCB e outros não tinham sequer esta experiência política. Zequinha Barreto, por exemplo, uma personagem chave da greve de Osasco, em 1968, e



que morreria mais tarde em companhia de Carlos Lamarca, desperta para a política em 1966, é eleito presidente do Círculo de Estudantes de Osasco em 1967 e em 68, além de de sua atuação destacada na greve de julho, passa a integrar os quadros da VPR.

Os dissidentes da Polop conseguem vencer as resistências dos operários-estudantes de Osasco que já andavam fartos das várias tentativas que outras organizações e grupos haviam feito de cop-tá-los. Abrem-se, assim, condições para um amplo recrutamento de quadros, que vai se fazendo lentamente, a princípio um por um e, finalmente, sobretudo após a greve de 17 de julho, mais massivamente, com a incorporação de seus mais destacados participantes, como foi o caso do deposto presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, José Ibrahim.

Em março de 68 um passo importante é dado na constituição da organização, quando se formaliza a fusão dos militantes oriundos da Polop com aqueles provenientes do M.N.R. Mas, até dezembro deste ano, o novo agrupamento será conhecido apenas como "a organização"; é somente com a realização do Congresso, em dezembro de 1968, que o nome *Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)* é adotado.

A crítica das armas

O período que vai da fusão dos grupos que integram a V.P.R. até o Congresso de dezembro de 1968 é vivido intensamente pela organização. Os assaltos a bancos são freqüentes, da mesma forma que se planejam e executam ações tendentes a reforçar a capacidade militar futura de uma organização que inscrevia em seus planos a constituição de foco de guerrilha rural.

Na madrugada de 22 de junho de 1968 um grupo irrompe no Hospital Militar de Cambuci e se apropria de vários fuzis FAL. A operação, militarmente sem maior transcendência, provoca, no entanto, fortes reações políticas. O Comandante do II Exército na época, o general Manoel Lisboa, lança um desafio: acusando os assaltantes do Hospital de "covardes", o general pergunta porque eles não vêm atacar o Quartel General. Quatro dias após o desafio é aceito. Uma camionete, que vinha sendo procurada desde o assalto ao Hospital é lançada contra os muros do quartel com um forte carregamento de explosivos no seu interior.

Ao aproximar-se de seu alvo, os dois militantes que vinham no interior da camioneta dela saltaram, em movimento, acionando um acelerador manual, que permitiu o veículo continuar sua marcha em direção ao quartel. Passaram, correndo para o carro de cobertura que se afastou rapidamente do local. Na sua fuga, os ocupantes do carro seguramente escutaram a violenta explosão que destruiu uma parte do muro do QG do II Exército, matando um soldado que montava guarda. O sentinela se aproximara do carro, sem atentar para um cartaz que havia sido deixado no vidro com os dizeres "Cuidado Explosivo".

A ação do QG, circunscrita ao que se pode chamar de propaganda armada tem profundas conseqüências, ao mesmo tempo que é reveladora do tipo de visão que os militantes da VPR tinham naquele momento do desdobramento do processo político no Brasil. Ela dá ao Exército um mártir, o soldado Kozel, promovido a cabo post-mortem e com cujo nome serão batizadas ruas e praças.

Sua morte coesiona os militares em torno dos setores mais duros e reforça aqueles que exigem uma maior "energia no combate à subversão". Esta ação de propaganda-armada, sem maiores conseqüências práticas imediatas para a VPR, demonstra uma disposição de apressar o enfrentamento com as Forças Armadas. Implicitamente, seus dirigentes acreditavam que poderiam fustigar o aparelho repressivo sem que isto repercutisse sobre o desdobramento da luta. Este erro de avaliação se revelaria catastrófico no futuro.

O clima ascendente das iniciativas da VPR prossegue. O fator surpresa com que este grupo atua frente aos organismos de segurança é decisivo na manutenção desta atitude ofensiva.

No dia 12 de outubro do mesmo ano, mais ou menos as oito horas da manhã, o capitão norte-americano Charles Chandler, um militar que havia participado do genocídio do Vietnã e que se encontrava no Brasil provavelmente trabalhando para a C.I.A., foi abatido com 14 tiros na frente de sua casa por um comando da *Vanguarda Popular Revolucionária*. A polícia só conheceria os mecanismos desta ação, quando um militante da VPR preso em janeiro de 1969, forneceu todos os detalhes sobre esta e outras operações realizadas pela organização.

Divergências

Em dezembro de 68 a escalada militar da organização prossegue com o assalto a casa de armas Diana, em São Paulo, mas já há um grupo de militantes que se interroga sobre a correção daquela política.

Em realidade os conflitos vinham de antes. Um destacado militante daquele período, que prefere guardar o anonimato, revela que sempre houve um certo contencioso entre os militantes de origem MNR e os demais, os primeiros apresentando um forte componente militarista.

O conflito não chega a politizar-se plenamente, como ocorreu também freqüentemente com outras organizações revolucionárias no Brasil e na América Latina naquele período. Um documento sobre questões de organização, apresentado por João Quartim é visto com reticências pelos setores militaristas (existe uma descrição da história da VPR feita pelo próprio Quartim em um livro de sua autoria publicado pela *New Left Review*). Quartim, um professor universitário de filosofia era visto com desconfianças, sobretudo por aqueles que tentaram seguir ao pé da letra os ensinamentos de Debray sobre a inutilidade de formar um partido, ou sobre o caráter supérfluo das discussões políticas. No Congresso da organização realizado no litoral paulista e por esta razão conhecido como "a praianada", já se falará em dois tipos de militantes, "os da pena e os do gatilho". Um adepto ferrenho das ações armadas sugerirá que os problemas relacionados com o programa da organização poderiam ser resolvidos de forma simples: bastaria "encomendar um para um intelectual".

A discussão se complicava enormemente e a polarização que se forma não chegou a expressar os verdadeiros conflitos dentro da VPR. Em primeiro lugar, porque muitos dos que poderiam compartilhar as inquietações políticas de Quartim, discordavam de seus métodos e se chocavam com sua forte personalidade.

Por outra parte, porque a discussão se dá em torno de um ponto preciso, mas controvertido: a ação programada para o quartel de Quitaúna, onde servia um oficial do Exército que se tornaria famoso em bem pouco tempo — o capitão Carlos Lamarca.

Quartim e os que o acompanhavam são excluídos da organização e deixam clandestinamente o país. A "praianada", o Congresso para o qual os delegados haviam sido designados e não eleitos pelas bases, aprova no essencial — no entanto, os pontos propostos por Quartim (caráter socialista, de evolução, diversificação das formas de lutas) rejeitando as teses defendidas por Jamil que sustentava a necessidade de um "programa interno" e um "programa externo", este "de liberação nacional". Mas esta vitória política pouca significação tinha numa organização para quem a política saía da boca do fuzil.

A ação de Quitaúna

A grande controvérsia que a VPR enfrenta neste fim de 68 e começo de 69 tem como objeto o projeto de subtrair uma grande quantidade de armas que se encontravam no Quarto Regimento de Infantaria, do II Exército onde serviam, além de Lamarca, outros militares ligados a VPR, particularmente o sargento Darcy Rodrigues. Foi justamente Darcy, que conhecia Lamarca de antes do golpe, que chamou a atenção da organização sobre as possibilidades de recrutá-lo. Lamarca havia servido, como tenente no Quartel da Polícia do Exército, em Porto Alegre. Numa noite em que ele se encontrava de oficial-de-dia, um capitão da aeronáutica que se encontrava preso por atividades conspirativas e era ligado a Brizola, pôde fugir sem nenhuma dificuldade. Ninguém naquele momento, no entanto, suspeitou que este brilhante oficial pudesse ter algo que ver com o episódio. O caráter insuspeito de Lamarca se manteve até o fim, tanto é assim que ele daria instrução de tiro para as bancárias de Bradesco, a fim de que estas pudessem fazer frente aos assaltos que se multiplicavam naquele período. Lamarca era campeão de tiro.

O capitão, no entanto, era conhecido de Darcy. Ele buscara inclusive contatos com o PCB; que não parecem ter prosperado e finalmente vai se ligar a VPR, reunindo com Darcy e outros militares.

É aí que surge a idéia de aproveitar-se do dia em que Lamarca estivesse de oficial-de-dia, no domingo 26 de janeiro de 1969, para levar grande quantidade de armas, especialmente os fuzis FAL.

Os críticos da ação, objetaram várias coisas. Em primeiro lugar que as suas conseqüências seriam enormes e que desencadearia uma repressão que a organização não estaria em condições de suportar. Em segundo lugar, que a obtenção de um tão vasto arsenal naquele momento era desnecessária não só para enfrentar as tarefas militares atuais da organização como tendo em vista os seus desdobramentos a médio prazo. Havia outros, finalmente, que se perguntavam sobre a oportunidade de "queimar" o capitão.

Não seria mais útil deixá-lo "trabalhando" as FFAA, numa perspectiva a longo prazo".

A opinião contrária prevaleceu e parece que a vontade de Lamarca de incorporar-se à luta clandestina teve um peso

decisivo. Ademais, algumas imprudências haviam sido cometidas e não estava excluído que o capitão e seus companheiros estivessem sob suspeita de seus superiores. Um indício: a porta do paio do Quarto R.I. tinha tido sua fechadura trocada.

Uma sucessão de quedas

O resto da história é conhecida. A ação programada para o último domingo de janeiro de 69 teve de ser bruscamente alterada. A organização estava providenciando, num sítio em Itapeverica da Serra, a pintura de um caminhão com as cores e insígnias do Exército Brasileiro, viatura que seria utilizada para transporte das armas do quartel.

Três homens realizavam os trabalhos de maquiagem do caminhão, sob um toldo enorme no sítio, quando foram importunados por meninos da vizinhança. Ao invés de afastar amigavelmente os meninos, um dos pintores do caminhão fez ameaças de bater num deles. Este, procurou seu pai, que foi ao local e, observando o tipo de trabalho que os três militantes realizavam, chamou a polícia.

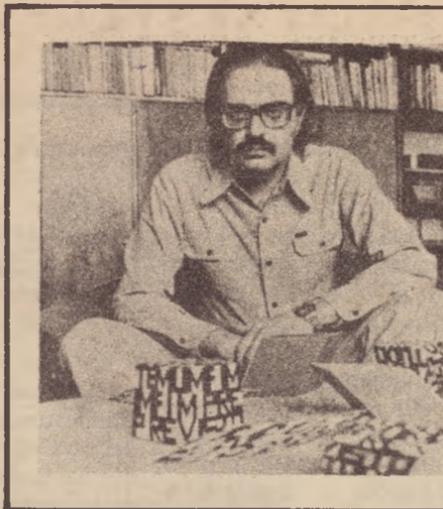
Era uma sexta-feira, faltavam dois dias para o assalto ao quartel. A princípio, os três puderam sustentar a história de que eram contrabandistas, versão que desmoronou quando o Exército se inteirou do fato e passou a ocupar-se diretamente do caso, retirando os presos da pequena delegacia de Itapeverica da Serra. Houve tempo suficiente, no entanto, para que a ação fosse redefinida. Em primeiro lugar, decidiu-se pela antecipação da mesma e, em segundo lugar, pela redução de suas dimensões. Lamarca e outros companheiros levariam um número menor de armamento utilizando uma pequena camionete.

Mas aqueles que diziam que a organização não tinha condições de suportar o impacto da operação puderam dramaticamente comprovar que tinham razão.

Um dos homens que pintava o caminhão, ainda que não tivesse a par da operação, dispunha de uma massa considerável de informações sobre a VPR que foram preciosamente utilizadas pela repressão. Uma sucessão de quedas vai abalar a organização neste começo de 1969. O delator, conhecido por Xavier na organização, tinha estado em várias casas de militantes e se escondera em uma fazenda em Araçatuba, que era utilizada pela organização, etc. A partir dele caem vários militantes e dirigentes: Onofre, Ibrahim, os irmãos Nelson e Pedro Chaves, entre outros.

Abre-se um período de reordenação da VPR. A organização começa sua marcha para a fusão com a dissidência da Polop de Minas Gerais, o *Comando de Libertação Nacional* (Colina), com os elementos próximos da *Colina*, que se encontravam no Rio de Janeiro e com grupos do Rio Grande do Sul. A reunião de todos estes setores é que dá nascimento à *Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares*, responsável pela mais espetacular ação realizada no Brasil por uma organização revolucionária: o roubo do cofre pertencente ao ex-governador Adhemar de Barros.

Por Antonio Carlos M. Castro, Luis Carlos Resende e Nelson Ascher



DOCUMENTO

AUGUSTO DE CAMPOS E A POESIA DURA E PURA

Augusto Campos acaba de lançar seu livro **VIVA VAIA/Poesia 1949-79**, o primeiro de poesia publicado comercialmente. É uma boa oportunidade, para aqueles que só o conheciam por suas obras anteriores, ou por sua relação com o movimento tropicalista, para se travar contacto mais efetivo e duradouro com sua poesia. Pois é nela que reside o cerne da polêmica de gostar ou não da obra de Augusto Campos.

Além de vários ensaios publicados (em livros, revistas e jornais), diversas traduções (Pound, Cummings, Joyce, Maïakovski, Mallarmé e John Donne), o autor lançou recentemente também um livro, **Verso, Reverso e Controverso**, reunindo poetas provençais, simbólicos franceses e poetas inglesas de épocas diferentes.

Interiormente a este seu livro, **POESIA 1949-1979** ou **VIVA VAIA**, você publicou, em 1975, **CAIXA PRETA**, uma caixa contendo poemas, poemas-objetos e objetos-poemas, em colaboração com Julio Plaza. Qual a razão, nesta coletânea, de você ter optado pela forma livro? Não seria a caixa uma forma mais adequada (mais radical) para os seus trabalhos?

Este é um livro-ônibus, programado para compendiar vários livros publicados desde 1951, com poemas em verso e em não-verso. Ao todo, cerca de 250 páginas. No caso, o livro é tecnicamente o veículo mais viável e econômico. É claro que uma caixa me daria maior liberdade: as limitações do livro impediram que eu publicasse uma série de trabalhos (os poemas-objetos) e um livro, **COLIDOUESCAPO**, que requer páginas soltas. Mas, afinal, não se trata de obras completas e sim de uma antologia. E de uma antologia que pretende mapear um percurso cujas etapas iniciais estão ligadas à forma livro. Apesar das limitações, penso que dificilmente se encontrará entre nós livro tão livre. Eu diria que é um quase-livro. Um livro querendo voar.

Fala-se muito que os poetas concretos produzem teorias bem acabadas mas que seus poemas, no geral, deixam a desejar. Fala-se, também, que fazem muita tradução e pouca poesia. O que você diria sobre isso?

Essa intriga da oposição foi alimentada pelo fato de os nossos escritos teóricos, os nossos ensaios e as nossas traduções terem sido publicados muito antes dos nossos poemas em edições correntes. Este livro — que contém poemas escritos durante um período de 30 anos — é também o meu primeiro livro de poesia publicado em edição comercial. Os meus poemas — e este é, igualmente, o caso de Décio e de Haroldo — foram a última face da minha obra a conseguir o sinal verde editorial. Ronaldo Azeredo e José Lino Grunewald aguardam a sua vez. A novidade da linguagem poética assusta. Agora que os meus poemas estão aí, reunidos, as pessoas terão melhores condições de avaliá-los. Não faltará quem ache que eu produzo poemas bem acabados e que as teorias é que deixam a desejar... Quanto a mim, acho que o que deixa a desejar é a crítica brasileira, que continua incompetente para analisar e até para discutir as novas propostas poéticas.

Numa certa fase de sua carreira, você elaborou uma série de poemas em cores. Atualmente você utiliza apenas branco e preto. Por que?

As cores estavam ligadas à idéia de sinalizar as alternâncias de temas e

fonemas na série **POETAMENOS** (1953). Muito por influência da melodia de timbres de Webern (uma melodia deslocada de um instrumento para outro e permeada de silêncios). A primeira edição desses poemas, feita numa modesta tipografia do Braz, em 1955, embasbacou os europeus na época, e ainda hoje surpreende. Mas a impressão é cara. Paisagem é verba — disse Nelson Rodrigues. Mais recentemente, retomei de certa forma aquelas pesquisas, valendo-me agora da versatilidade do letraset (ver o meu poema **MEMOS**). O custo é barato. O resultado, eficaz para os meus propósitos: uma orquestração gráfica em branco e preto para poemas em várias vozes.

“Não participo da ignorância da maioria dos Poetas”

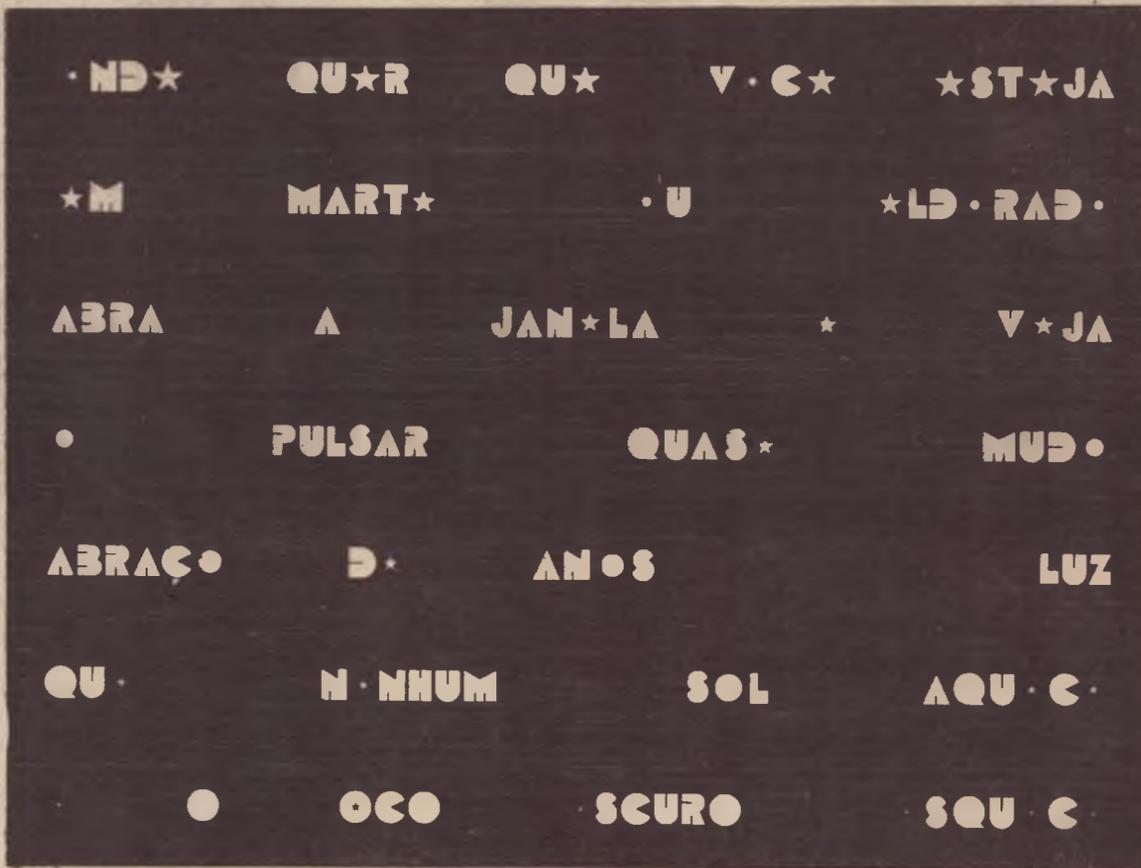
Você se interessa profundamente por todos os passos técnicos que vão da criação do poema à sua impressão final. Qual a importância de todas essas técnicas, em geral tidas como exteriores ao processo criativo, na sua obra?

Nos meus poemas o elemento visual e icônico é muito importante. Assim como o musical. Não participo da ignorância da maioria dos poetas em relação às técnicas de impressão ou ao desenvolvimento das demais artes. Acho que a poesia é cada vez mais uma arte interdisciplinar, e me parece demasiadamente limitado um poeta que apenas vomita no papel a sua confissão e deixa que os outros colem e manipulem o que saiu.

Qual a importância da tradução na sua obra?

— A tradução, como a entendo, é — além de uma arte difícil em si mesma — uma disciplina do Ego. Uma forma de diálogo alto com outras vozes mais altas. E um teste de competência, a que poucos se podem submeter. Mais: é um trabalho. Um opus amoroso de operário da poesia. E quem quer trabalhar? A maioria dos poetas — inclusive os pretensamente sociais, os “humanos” — apenas contempla o próprio umbigo. Estão mais preocupados com sua carreira do que com a poesia. Marginais? Ao primeiro toque, aceitam o patrocínio oficial de uma professora universitária, uma curiosa, para promover-se em antologia. A mim só me interessa a poesia dos que não se entregam, esteja onde estiver, em Provença ou na URSS. Quando traduzo, vivo o outro e procuro fazê-lo viver como uma experiência própria, desprendido de mim, do que é meu. Talvez por isso minhas traduções sejam poemas, enquanto a maioria dos

“A maioria dos poetas apenas contempla o próprio umbigo”



O pulsar, poema de 1975

poemas que se produzem entre nós parecem traduzidos. Não faço uma distinção absoluta entre os meus poemas e as minhas traduções. **VIVA VAIA** tem uma seção — **INTRADUÇÕES** a elas dedicada, em pé de igualdade com as demais.

— Há na sua obra uma mudança de perspectiva. Na fase inicial, há interrogação e perplexidade diante da realidade, um certo sentimento de impotência diante do mundo. Posteriormente, os poemas passam a colocar problemas. Ou seja, a poesia deixa de ser um estado da alma e passa a ser um produto de um trabalho. Como você vê isso? E agora, como vê sua poesia?

— Este é um problema mais para a crítica (inexistente) do que para mim. Mas certamente minha poesia se modificou muito. O quanto me é possível ver, passou da perplexidade existencial à tentativa de compatibilidade com o mundo através do amor (**POETAMENOS**), do descondiçãoamento da linguagem e sua reconstrução (**POESIA CONCRETA**), e de outras recebidas (**GREVE, SS, LUXO, PSIU**). Hoje estou mais preocupado com a incomunicabilidade, em todos os níveis. E com tudo o que é indizível, impensável, intraduzível. Maiakóvski: “A poesia — toda — é uma viagem ao desconhecido”. Oswald: “A descoberta das coisas que eu nunca vi”. Cage: “Fazer o impossível!”

A dura poesia concreta nas esquinas

Voltando ao problema da relação entre teoria e poesia, a primeira oferece maior facilidade de leitura enquanto a segunda exige uma entrega por parte do consumidor. Não estaria aí uma das

dificuldades da aceitação de seus poemas?

As teorias são, de qualquer forma, escritas em linguagem contratual. Falam sobre. Já a poesia — ao menos a poesia de invenção, como a minha — investe, sem mediações, contra a linguagem convencional. Nesse sentido, é mais difícil de engulir, porque ela põe diretamente em questão o automatismo da própria linguagem com que nos expressamos. Mas não sei hoje há tanta dificuldade de aceitação dos meus poemas. Não há público. Há públicos. **VIVA VAIA** e **REVER** estão por aí, nos muros e paredes da cidade. É a dura poesia concreta, nas esquinas. É preciso não confundir “o público” com a mamadeira sociológica dos “chato-boys” ou com a geléia oportunista dos poetas lacrimogênicos aos quais nós incomodamos porque a nossa poesia os envelhece.

As relações com o tropicalismo

— Acompanha seu livro um disco em que Caetano diz dois poemas seus. Por outro lado, em seu último disco, Caetano canta um poema traduzido por você. Isso nos remete às suas relações com a música popular e com Caetano em especial. Que é, e qual foi a transa entre a poesia de vocês e a MPB (especialmente Tropicália e Caetano)?

— A história do nosso contacto pode ser rastreada no meu **BALANÇO DA BOSSA** e no livro **ALEGRIA, ALEGRIA** de Caetano. Os críticos mais recentes do Tropicalismo tratam mais de obscurecer do que de iluminar essas relações. Usam a música popular para escamotear, pôr entre parênteses, a

nossa contribuição. Mesquinhas de sociologóides. Para mim, o mais importante desse contacto foi o choque cultural provocado pelo intercurso — sob o signo da poética de invenção — de duas propostas diferentes, que correspondem aos dois modos poéticos de que já falava o filósofo Giambattista Vico: a poesia muda, hieroglífica, sagrada ou secreta, e o canto, ao qual os homens “mudos” teriam chegado sob a pressão de paixões violentíssimas. Desse atrito cultural podem resultar novas propostas, pondo em tensão criativa o letrado e o iletrado, a conversa e a escrita, o verbal e o não-verbal. Cabeça, Araçá Azul. **PRA ONDE QUER QUE ELA ESTEJA** (Lupicínio) **COMO UM OBJETO NÃO IDENTIFICADO** (Caetano) **O PULSAR QUASE MUDO** (eu, se me permitirem).

— Como você se situa no Brasil, hoje?

— Falando de cultura: quando falaram em abertura, pensei que alguma coisa ia abrir. Por certo, alguma coisa abriu. Mas o que assisto hoje é, em grande parte, a reprise em cópia ruim e mal dublada de um filme de horror que já vi antes: **A Volta dos “Zombies”**. A geração de 45, os declamadores, os chato-boys (agora com chato-netos), as viúvas de Mário de Andrade e a Revista da Civilização Zdanov-Brasileira. As gerações mais jovens e desprezadas estão fora das áreas de poder, jornais e revistas, universidades. Como dizia Fernando Pessoa: “A estupidez achou sempre o que quis”. E diante de tanta estupidez, por ora, a única coisa a fazer é cultivar o jardim, seguindo o conselho de Voltaire. Eles ficam com o poder literário. Nós, com a poesia dura e pura. Veremos quem a história absolverá.



PESQUISA

SÉCULO XIX: A MULHER VÍTIMA DA MEDICINA

O maior sexocídio da história



Como a tortura, transformada em terapêutica científica pela medicina do século passado, reforçou a submissão de uma multidão de mulheres e aniquilou sua vida sexual.

O presente artigo é um resumo do livro de Barbara Ehrenreich e Deldre English, *For her own Good* (Para próprio bem dela), traduzido da revista espanhola *Viejo Topo* nº 38. Reconstituiu em detalhe a relação existente entre a mulher e a ciência médica no século XIX, detendo-se nas autênticas práticas de torturas a que eram submetidas em particular as mulheres, pelos procedimentos médicos. Este livro circula, atualmente, na Inglaterra.

O século XIX foi o século da Teoria da Evolução. Uma ampla gama de investigações baseadas fundamentalmente na medição do peso do cérebro, as dimensões craneanas e proporções faciais demonstrava que os grupos étnicos poderiam ser classificados em função de sua distância relativa do fundador da estirpe evolutiva: encabeçando, estavam os protestantes anglo-saxões, seguidos pelos nórdicos, os eslavos, os hebreus e os italianos, e no fim da fila estavam os negros. Até o final de 1860, os estudiosos das ciências naturais trataram de alocar a mulher nesta escala evolutiva: o resultado foi que a consideraram ao nível da raça negra! "O adulto negro pode considerar-se, do ponto de

A mulher se situa no fim da escala evolutiva, ao lado dos negros

vista de sua capacidade intelectual, ao nível de uma criança branca, uma mulher ou um velho", disse uma celebridade da época.

A tirania do útero

Uma das tarefas da medicina foi a de traduzir a Teoria da Evolução e aplicá-la ao corpo da mulher. Diz um conferencista em 1870: "Parece como que o Senhor, para criar o sexo feminino tivesse pego um útero e, em torno dele, houvesse construído um corpo de mulher.

"A partir daí, cria-se uma verdadeira "psicologia do ovário" para explicar as doenças femininas: todas as anomalias, desde a irritabilidade até a loucura podiam, em última instância, serem reduzidas a transtornos ováricos. Inclusive a tuberculose, podia remontar ao caprichoso funcionamento dos ovários. Se um homem ficava tuberculoso, tal situação era atribuída pelos médicos a causas ambientais, como o frio, por exemplo. Porém, se se tratava de uma mulher, responsabilizava-se o mal funcionamento dos órgãos reprodutores pela doença.

A historiadora Anna Douglas Wood descreve os tratamentos locais sofridos pelas mulheres no século XIX: "O tratamento se dividia em quatro fases, embora nem sempre se recorre às quatro: exploração manual, sanguessuga, injeção e cauterização". Dewees, um famoso médico americano e Bennett, um famoso ginecologista inglês muito lido na América, afirmavam que as sanguessugas deviam ser aplicada diretamente na vulva ou no colo do útero, se bem que Bennett aconselhava aos médicos que controlassem as sanguessugas, quando, uma vez saciadas, soltavam sua presa, para que não se perdesse nenhuma.

Um tratamento corriqueiro: aplicar sanguessugas na vulva ou no colo do útero.

Bennett dizia já ter se defrontado com sanguessugas aventureiras que penetravam na cavidade cervical do útero e observava: "Não creio que existam dores muito mais fortes do que as que observei em minhas pacientes nestas circunstâncias". Talvez menos impressionante para nossa mentalidade, mas de qualquer forma insensatas, eram as injeções no útero. O útero se converteu em uma espécie de "tubo de despejo": leite, água, chá de sementes de linho, xaropes gomosos mornos ou quentes, abriam caminho pelo interior das doentes dos nervos. O último estágio, aquele que se praticava em casos extremos e sem anestesia, ou no limite, sob a administração para a paciente de um pouco de ópio ou de álcool, era a cauterização, que era feita ou com a aplicação de nitrato de prata ou nos casos mais graves, com o uso de muito mais potente hidróxido de potássio. Tudo isto com um verdadeiro cauterizador — uma barra de ferro incandescente.

Neste mesmo quadro, houve ainda uma onda de clitoridectomia (extirpação do clitoris), posta em moda pelo médico inglês Baker Brown. Muitos médicos praticavam esta operação a contra-gosto; porém, todos coincidiam na opinião de que era indispensável em casos de ninfomania, masturbação incurável ou de "crescimento anti-natural" do órgão.

A castração: um complexo?

A forma mais corrente de intervenção cirúrgica na mulher, com objetivos psicoterapêuticos era a "ovariotomia", isto é, a extirpação do ovário, também chamada de castração feminina. Em 1906 um ginecologista americano estimava em 150 mil o número de mulheres americanas que haviam perdido os ovários sob os ferros do cirurgião. Alguns médicos se vangloriavam de haver cortado mais de "2.000 ovários". Segundo o historiador Barker-Benfiel, "entre as causas que determinavam a operação contavam-se as seguintes: que a paciente fosse intratável, que comesse como um homem, que se masturbasse, que tivesse tentado suicídio, que tivesse tendências eróticas, mania persecutória, ou simplesmente se

sofresse de dismenorrea (dores menstruais). Entre a enorme variedade de sintomas que levavam os médicos a prescrever a castração, a mais frequente era a existência "de um forte desejo sexual". Cumpre notar que a imensa maioria das mulheres "curadas" com os ferros incandescentes e sanguessugas, ou aquelas a quem se havia extirpado o clitoris ou os ovários, eram mulheres da alta burguesia. Eram tratamentos muito custosos.

Em casos de ninfomania, masturbação incurável ou crescimento anti-natural do órgão: extirpação do clitoris

Não se deve, no entanto, pensar que com isto as mulheres pobres estivessem isentas do insólito catálogo de torturas praticadas pelos ginecologistas apenas porque não podiam pagar. As operações pioneiras mais avançadas no campo da ginecologia cirúrgica foram levadas a cabo por Marion Sims com um grupo de escravas negras compradas, como cobaias. Em uma delas, Sims praticou em quatro anos, mais de 30 operações regularmente seguidas de infecções. Em Nova York, Sims continuou seu experimentos com irlandesas pobres, no New York Woman's Hospital.

A prática médica, de Hipócrates até a atualidade, evidencia a idéia de que a mulher é qualquer coisa de mal-acabada, defeituosa ou incompleta. Recorde-se que, desde a idade das cabanas, quando se enclausuravam juntas as mulheres menstruadas — de quem se temiam malefícios sem fim — até as festas rituais onde eram adoradas como virgens, ou quando se as despojava do clitoris.

A solução para o forte desejo sexual: castração do ovário

Que se lembre, ainda, que a medicina, ligada em suas origens a práticas religiosas (como os feiticeiros-curadores nas culturas selvagens), foi uma das mais fortes aliadas da Igreja a partir dos séculos XIII e XIV — decidindo para o Santo Ofício quais mulheres eram doentes e quais eram bruxas — quando a medicina se converte em Ciência ou "profissão culta", passando a ser ensinada nas universidades européias, às quais têm acesso as classes abastadas e delas, os varões. Isto determinou a repressão e a devastação de toda uma sabedoria empírica de raízes judaico-árabes, onde as mulheres possuíam um papel destacadíssimo como *curadoras*; depois, a nova classe médica obteve o beneplácito das categorias dominantes a serviço das quais se instalou e no qual permanece até hoje.

Foram, portanto, as opiniões emitidas por estes homens que contribuíram e contribuem para decidir o destino de milhares de mulheres, vítimas do maior sexocídio que recorda a História.



Carter vai a guerra

A histeria belicosa com que a grande imprensa tem dado cobertura à invasão soviética ao Afeganistão e à campanha de Carter em favor do boicote aos Jogos Olímpicos de Julho de 80, previstos para Moscou, é, no mínimo, desavergonhada. E isso, por vários motivos.

No caso da invasão soviética, Carter resolveu extrair desse ato a idéia de que a URSS quer invadir o Golfo Pérsico e cortar as fontes de petróleo do «mundo livre». Em decorrência, tem se dedicado a lançar vitupérios contra o «expansionismo vermelho» com uma fúria jamais vista, fazendo crer a todos os «democratas» que o conflito nuclear esta prestes a acontecer. A propaganda em torno dessas declarações tem sido enorme. Mas nenhum meio de comunicação dimencionou, até agora, a intervenção muito concreta do imperialismo americano em todo o sudoeste asiático, armando e apoiando os grupos guerrilheiros mais reacionários e sustentando um dos governos mais sanguinários da face da terra: a ditadura do General Zia Ul-Haq, presidente perpétuo do Paquistão. Ninguém tampouco relatou o fato de a embaixada americana em Teerã ser um centro de espionagem; mas todos fazem coro às denúncias indignadas de Carter contra a presença de conselheiros soviéticos em Kabul, antes de a invasão ser concretizada.

No caso do boicote as Olimpíadas, o cinismo e a mentira chegam às raias do absurdo.

Os meios de comunicação apresentam Carter «preocupado» com a situação mundial em geral e com o desenvolvimento da crise no sudoeste asiático em particular. Além disso, colocam-se como precursor da idéia do boicote aos Jogos Olímpicos, idéia essa que, por ser «justa», mereceu apoio imediato e incondicional dos dissidentes soviéticos, como, por exemplo, Andrei Sakharov, confinado no mês passado e impedido de viver em Moscou, por suas críticas ao regime da URSS.

Na realidade, os dissidentes soviéticos vinham levantando a possibilidade de boicote às Olimpíadas desde junho de 78, pelo menos, e com muito mais seriedade, sem o oportunismo e a hipocrisia que caracterizam o presidente Carter. Em uma carta aberta ao Comitê Olímpico Internacional, datada de 25 de junho de 1978, membros do «Grupo Helsinki», diziam:

«A URSS dá a estes Jogos Olímpicos uma enorme importância, pela sua imagem perante a opinião pública. O poder soviético gostaria, manifestamente, de fazer de Moscou, em 80, a cidade do sorriso. O saneamento da cidade daqueles elementos que pensam de outro modo já começou e devemos esperar uma ampliação desta campanha: Nós vos pedimos que não o permitam. Nenhuma família deveria chorar por estas Olimpíadas».

No fim de 1978, foi formada, em Moscou, uma «Associação das Garantias as Olimpíadas na

URSS», para se ocupar de problemas colocados pelo Jogos Olímpicos e de sua relação com os direitos humanos. Em seu manifesto a Associação relata diversas perseguições a dissidentes e diz ainda que:

«Contribuindo para o prestígio dos Jogos Olímpicos de 1980, contribui-se também para o aniquilamento da oposição na URSS, para a repressão, para a «limpeza» das Olimpíadas da livre circulação de homens e de idéias. Assim se transforma o esporte em política, não a que se coloca em favor da democracia e da amizade, mas aquela que faz o jogo da tirania».

O manifesto conclui fazendo um apelo a que «todos os cidadãos progressistas, todos os partidos e organizações progressistas — dos cristãos aos eurocomunistas» dêem seu apoio à Associação.

A carta de Leonid Pliuchtch e de outros dissidentes soviéticos exilados, que publicamos nesse número, além de apoiar o boicote às Olimpíadas, faz uma análise das formas de luta pelos direitos humanos. Traz ainda uma idéia polêmica, de uma belicosidade soviética que poderia precipitar uma guerra. Na realidade, talvez seja mais verdadeiro dizer que a burocracia do Kremlin, fundamentalmente conservadora, está mais preocupada em se defender, em evitar confrontos, diretos ou indiretos, tanto com o imperialismo quanto com os movimentos de massa. Assim, suas atitudes, por mais «ousadas» que possam parecer, tem o único intuito de autopreservação.

Boicote às Olimpíadas Uma campanha desde 1978

Só que conduzida por dissidentes soviéticos e com um objetivo bem definido:
lutar contra a repressão na URSS

As formas e a tática de luta de organizações do tipo da Anistia Internacional, focalizando sua ação sobre a vida e os direitos do homem, mostraram, no curso dos últimos anos, em que consistem tanto seus limites como suas vantagens. A vantagem essencial da ação da Anistia Internacional está no fato de ela colocar, como questão-chave para a sua ação, uma pessoa viva e concreta cuja vida e liberdade são cinicamente esmagadas pelos representantes abstratos da sociedade, do povo, isto é, o Exército, a polícia, o Estado, cuja realidade inumana se cobre da defesa da pátria, da ordem, da liberdade, em nome do socialismo.

A conferência em Belgrado dos Estados signatários dos acordos de Helsinki demonstrou que não se pode deixar a solução dos problemas que nos concernem nas mãos dos governos ou de organizações intergovernamentais como a ONU ou como foi a Sociedade das Nações, enquanto a luta pela paz, pela defesa da natureza, pelos direitos do homem não tiver se tornado a obra ativa das massas em movimento, enquanto estes objetivos ficarem apenas objetos de especulação nas mãos de demagogos de todas as espécies.

Nestas condições, todas as lutas não foram mais súplicas passivas feitas em comícios para obter a libertação de alguns entre as centenas de milhares ou os milhões de vítimas da repressão.

A luta do C.O.B.A. com relação ao regime argentino, as ações de boicote dos



intelectuais ocidentais com relação ao regime soviético abrem novas perspectivas.

Os regimes totalitários só contam com a força; apenas uma força contrária pode proteger da repressão aqueles que lutam por suas opiniões. Esta contra-força é a das ações de massa colocando seus ul-

timatuns tanto para os governos carrascos como para os governos e as instituições aos olhos dos quais os direitos do homem são apenas uma moeda miúda de troca nas negociações de mercadorias da «détente».

Os Jogos Olímpicos de Moscou de 1980 ilustram toda a hipocrisia demagógica da «détente». Desde agora, as federações esportivas, os amadores, os jornalistas e, em geral, todos os que têm interesse na realização dos Jogos de 1980 estão aceitando que Moscou e as outras cidades olímpicas sejam limpadas de seus «descontentes», que a construção de habitações seja interrompida em benefício dos jogos, que o regime soviético imponha, a despeito das tradições olímpicas neste domínio, sua própria concepção em matéria de esporte e em matéria de contactos com a população aos participantes estrangeiros.

A participação escandalosa do Ocidente «liberal» nos Jogos Olímpicos de Berlim em 1936, em pleno desencadeamento do racismo na Alemanha, preparava a capitulação de 1938 em Munique, servia de introdução ao pacto Hitler-Stalin de 1939, e à passividade militar dos aliados durante a «drôle de guerra» (período em que os Aliados ainda não se tinham convencido da inevitabilidade do confronto com a Alemanha nazista) de 1939-1940.

Hoje, em uma atmosfera de guerra intercomunista na Ásia, onde a Europa se desinteressou da preparação pela URSS de guerras locais, asiática, ou mesmo

mundial, nesta atmosfera de delírio militar-chauvinista-moscovita, é preciso que se pergunte que papel vão desempenhar estes Jogos.

Não marcaram eles uma etapa na manipulação dos povos soviéticos e ocidentais para prepará-los para uma guerra nos próximos anos? Serão a preparação para a destruição de toda a resistência no interior do país em face do chauvinismo e do militarismo?

Se o governo soviético não modificar as premissas sobre o plano humano e suas concepções fundamentais dos Jogos, pondo fim à propaganda militar-chauvinista, libertando os presos políticos dos campos e dos hospitais psiquiátricos, permitindo o retorno dos povos deportados à sua pátria, estabelecendo a liberdade de deslocamento no interior do país, entre outros para os visitantes ocidentais... então os participantes dos Jogos não seriam mais que cúmplices dos crimes cometidos pelo poder soviético contra seu próprio povo e participariam na campanha militarista de preparação da guerra.

Apenas uma ampla campanha contra tais Jogos, em particular uma campanha pelo boicote dos Jogos de 1980, poderá ter as repercussões positivas sobre a parte esportiva mas também extra-esportiva da diversão que constitui o olimpismo da URSS.

Paris, 26 de fevereiro de 1979.

Vitor Fainberg, Natalia Gorganevs-kaya, Leonid Pliuchtch.



AFEGANISTÃO

O imperialismo por trás das guerrilhas

Por Maria Cristina Spera



Distribuição de terra aos camponeses

A enorme campanha encetada por Washington contra a invasão soviética ao Afeganistão tem, na realidade, dois objetivos primordiais: isolar os movimentos das massas iranianas e afegãs, que impulsionaram uma série de reformas sociais importantíssimas nos dois países, e, em decorrência, manter o status quo numa área particularmente estratégica do globo: o sudoeste asiático. Por outro lado, não se pode afirmar que a invasão soviética tivesse o intuito único e exclusivo de "garantir a revolução". Há muito tempo que os burocratas do Kremlin deixaram de lado princípios internacionalistas e passaram a adotar uma política mais "pragmática" que busca "defender o país dos ataques imperialistas". Se o movimento de massas da região preocupa bastante os "falcões" de Carter, não seria errado admitir que também tira o sono de muitos burocratas, pois as mobilizações ocorrem numa região complexa, estratégica e que nunca esteve totalmente "pacificada", desde o fim da 2.ª Guerra. Assim, tanto a invasão soviética quanto a indignação de Carter & Cia devem ser entendidas dentro do contexto de uma série de levantamentos populares anti-imperialistas ocorridos em diversos países da região, principalmente nos últimos dois anos.

A revolução de abril

Concidência ou não, essa nova onda de mobilizações de massa começou no próprio Afeganistão, em abril de 78, quando o Partido Democrático Popular (PDP), de linha pró-soviética, toma o poder após uma insurreição que derruba o governo de Mohammad Daud. Imediatamente, os novos governantes adotam uma série de medidas altamente significativas, iniciando um processo de reforma social profunda. Entre tais reformas, vale destacar: cancelamento da dívida de camponeses para com os latifundiários, beneficiando cerca de 11 milhões de pessoas; extensa reforma agrária, com distribuição gratuita de cerca de 1.6 milhão de acres de terra a 300 mil famílias de camponeses; legalização dos sindicatos (pela primeira vez na história do país); reconhecimento dos direitos das minorias nacionais; campanha de alfabetização; melhores condições de vida para mulher; e adoção de uma polí-

tica exterior anti-imperialista.

Embora a propaganda capitalista tenha se empenhado em retratar o novo regime de Kabul como "teleguiado de Moscou", a URSS não teve nenhuma participação na insurreição e também mostrava-se tão surpreendida com os acontecimentos quanto os EUA. Entretanto, o Afeganistão é estrategicamente muito importante para que o governo soviético pudesse ignorar as mudanças ali ocorridas e não sentir-se impelido a fornecer considerável ajuda ao novo regime. Assim, no decorrer de 78, foram assinados cerca de 40 tratados de ajuda econômica e o número de conselheiros civis e militares em território afegani subiu para algumas centenas.

Os EUA começam novamente a chiar contra essa "interferência soviética em assuntos internos do Afeganistão". Contudo, não foi a presença de conselheiros que alarmou Washington — embora tal fato trouxesse alguma preocupação — mas a própria revolução afegani e as repercussões que ela poderia trazer numa área particularmente instável.

As reformas sociais implantadas desagradaram também as antigas classes dirigentes do país que, podendo contar com o apoio decidido dos EUA, começam a se organizar e a agir, principalmente no interior. Diversos grupos guerrilheiros passam a dinamitar pontes e escolas, emboscar tropas do governo e assassinar militantes do Partido ou administradores enviados para orientar a reforma agrária. Essas ações espalham um clima de insegurança por todo o interior do país e o governo revolucionário começa a enfrentar sérias dificuldades para implementar as reformas. O trabalho desses guerrilheiros foi muito facilitado pela maneira burocrática que o PDP realizava as mudanças sociais — de cima para baixo. Não houve nenhuma tentativa mais séria de mobilizar, organizar e educar o povo, principalmente os camponeses, no sentido de colocá-los à frente do processo de transformação. Assim, o governo e seus aliados apareciam aos olhos da massa como "hereses" que não seguiam os "ensinamentos de Alá".

A ajuda de Washington e Moscou

Os "rebeldes muçulmanos" que se di-

zem "patriotas em guerra santa contra um governo ateu" representam, na verdade, as forças mais reacionárias da sociedade afegani. Entre os líderes dos diversos grupos, encontramos latifundiários desapropriados, monarquistas, chefes tribais e alguns representantes do Islamismo que também eram latifundiários, ex-oficiais das Forças Armadas, comerciantes e traficantes de ópio, etc. A maioria desses bandos tem sua base localizada na fronteira paquistanesa, recebendo todo o apoio da ditadura do Gen. Zia ul-Haq e de Washington, através de uma instituição denominada American Asian Fund. Suas primeiras ações chegaram a causar muitos prejuízos e abalar o moral das tropas afeganis. Entretanto, o motivo principal que levou os soviéticos a invadirem o Afeganistão parece ter sido a briga entre as facções do PDP, que ameaçava colocar em risco a nova "ordem" precariamente instalada.

Tais atritos nos remetem a 1978, quando uma das duas maiores facções do Partido — a Parcham, liderada pelo atual presidente Babrak Karmal — expulsa do Partido, alguns de seus líderes presos e outros, como Karmal, exilados. A facção vitoriosa — denominada Khalq — estava também tão dividida internamente que, depois de tantas manobras e expurgos para "purificá-la", não reuniu forças para governar o país. Em setembro de 79, o presidente Taraki morre num atentado e é substituído pelo Primeiro-Ministro Hafizullah Amin. O novo governante precisa enfrentar uma situação muito mais aguda que seu antecessor: de um lado, as guerrilhas, "muçulmanas"; de outro, as divergências internas do Partido. Amin, da mesma forma que Taraki, solicita auxílio soviético para controlar os guerrilheiros. Mas, em princípio, a URSS responde só parcialmente a esses apelos. Acreditava que os próprios elementos do PDP encontrassem solução para seus problemas.

Arrumando a casa

Somente depois de receber os relatórios de vários observadores e de analisar profundamente a conjuntura da região foi que o Kremlin sentiu-se compelido a agir. Não apenas enviou tropas para "dar um fim" aos guerrilheiros, como também ajudou a derrubar e a executar

Amin, um homem que não inspirava muita confiança aos soviéticos, pois mostrara-se incapaz de governar o país e, ao mesmo tempo, "pacificar" o Partido.

Assim sendo, a melhor solução encontrada foi providenciar a volta de Karmal, exilado na Europa Oriental, e torcer para que ele encontrasse uma saída para o impasse em que se achava o país. Com a volta de Karmal, vários líderes presos ou exilados, voltaram à vida pública e passaram a ocupar cargos no Governo e no Conselho Revolucionário. Para não desagradar os derrotados, Karmal manteve em seus postos pelo menos dois ministros ligados à facção Khalq. Além disso, renomeou para posições de autoridade diversos militares afastados de seus postos, inclusive o Gen. Abdel Qader, líder da insurreição de abril, e anistiou cerca de 9 mil presos político.

Dessa forma, a tarefa de pacificação obteve bons resultados. Tanto assim, que as tropas soviéticas puderam avançar em direção ao interior do país para "perseguir guerrilheiros". Mas, o conflito na área está longe de encontrar o seu final. Não há sinal de que, mesmo dominada a guerrilha, os tanques soviéticos retornem ao seu país. Por outro lado, tentando contrabalançar a "influência vermelha" na região, os EUA estão empenhados em manter, a qualquer custo, a ditadura do General Zia Ul-Haq, no Paquistão, correndo todos os riscos que o auxílio a um governo sanguinário pode acarretar (vide Irã e Nicarágua). Tentam, inclusive, formar um "consórcio" internacional encarregado de proporcionar ajuda ao Paquistão "em caso de invasão soviética". Este consórcio seria parcialmente financiado pela Arábia Saudita e também forneceria dinheiro, armas e suprimentos aos guerrilheiros afeganis e a outros movimentos que "lutassem pela libertação do povo".

A briga das potências na região tende a se agravar durante 1980, pois este será um ano eleitoral nos EUA e na URSS; já se discute abertamente a sucessão de Brejnev. Mas há um fator mais importante que pode estragar todo esse jogo de vale-tudo para delimitar esferas de influência: a mobilização crescente dos trabalhadores da região.

Continuação da pág. 24

As conquistas da Revolução

A revolução cubana fracassou no plano econômico? Em absoluto. As cifras são razoáveis. Um crescimento do "produto social global" de 7% a 9% ao ano, nos últimos tempos, é mais que razoável. O aumento da produção de cimento, da pesca, do leite, açúcar e carne. O consumo per capita de vários artigos tais como o leite, açúcar, carne, arroz, etc., é maior que o da maioria dos países do 3.º mundo. E sem petróleo ou indústria de base! Poderíamos citar outros exemplos.

A revolução cubana aproveitou ao máximo todos os recursos de uma economia planificada? Em absoluto. "Não podemos calcular o que perdemos por erros de condução econômica", disse Fidel na sua autocritica no 1.º Congresso do PC cubano. O ponto chave está em que existem diferenças entre expectativas e resultados. A economia cubana sacrifica corretamente o consumo de hoje pela solidez da economia de amanhã. Os sacrifícios exigidos são maiores do que se pensou a princípio,

Educação, saúde e trabalho; segurança pessoal e sentimento de dignidade resgatada. Isto a Revolução conseguiu, e é muita coisa. Mas persiste a "libreta" do racionamento e o abastecimento é instável. O desperdício, a incompetência, a indisciplina, são mais gritantes nestas condições. A corrupção é mais insultante e as meias-verdades mais dolorosas.

A Revolução Cubana resolveu o problema da saúde. É verdade. Todo cubano sabe disso. O número de médicos por habitantes é o maior da América Latina; a mortalidade infantil é a menor, etc. Tudo bem. Mas passar duas horas em um hospital para ser atendido, por que? E por que faltam remédios? Por que passar hofas tomando um soro sentado por falta de camas? E o ministro na televisão diz que desconhece este fato: quem é este cara?

Um pouco de história

Para entendermos esta situação, é preciso um pouco de história.

Em 1970, a safra das 10 milhões de toneladas pôs a nu as sérias deficiências de modo de direção da economia cubana. Mas não somente isso: demonstrou de forma cabal o relaxamento, a incapacidade de previsão, e golpeou duramente a auto-suficiência de seus dirigentes, obrigando-os a levarem em conta as leis objetivas do desenvolvimento de uma sociedade pré-industrial, sem quadros intermediários, com um aparelho partidário absorvido pelas questões do Estado e com organizações de massa débeis e inativas.

O povo foi se socializando construindo o socialismo, o socialismo foi adquirindo a consciência da necessidade da participação e direção dos negócios «sobre la marcha»

Foi nesta época que se denunciou a confusão do aparelho do Estado e do Partido, e a pouca participação dos sindicatos e organizações de massa na formulação e conduta da política econômica.

É preciso ter em conta que o triunfo de 1959 não foi o triunfo de uma revolução socialista. O ideário do Exército Rebelde era pequeno-burguês radical; contra a corrupção, contra a ditadura opressiva, contra as más condições de vida, pela reforma agrária, pelo ensino público massivo, pela extensão da assistência médica a toda a ilha, contra a espoliação imperialista, etc. O Exército Revolucionário não era uma organização partidária, embora profundamente popular. Os partidos políticos, se comparados com a força que adquiriu o Movimento 26 de Julho (o movimento de Fidel), eram débeis e sem penetração nas massas. Os partidos burgueses inexistiam.

Os quadros da revolução foram formados acompanhando estreitamente a radicalização popular. A sintonia perfeita entre estes dirigentes e o povo é o segredo do passo ao socialismo, não tão rápido como se imagina (a segunda lei de reforma agrária, verdadeiramente radical, data de 1963).

É o que explica porque a revolução se declara socialista nas vésperas da invasão de Playa Girón e porque um povo se dispôs ao holocausto atômico, tranquilamente, na crise de outubro (a crise dos mísseis).

O socialismo chega ao Ocidente através de uma insurreição popular, a potência das idéias do marxismo rompe com a débil crosta de liberalismo burguês. Mas chega em um país de 6,5 milhões de habitantes, pobres, sem fontes de energia e sem indústrias de base, monoprodutor de um bem agrícola que exige mão-de-obra barata e pouco qualificada. Um país com uma classe operária débil e desorganizada, enfrentando uma hostilidade cruel e implacável do imperialismo mais forte que o mundo conheceu, no auge do seu poderio. Cuba foi bloqueada, sem créditos, sem mercados, sem recursos, invadida, sabotada... que tarefa! Não faltaram fatalistas que prognosticaram seu fracasso.

O entusiasmo revolucionário não conhece barreiras... mas as barreiras nem sempre são como as de uma corrida de obstáculos, que podem ser superados com o impulso e a força.

Pátria ou Morte, Venceremos

Mas a Revolução venceu. "Pátria ou morte, venceremos", assim se encerram os discursos em Cuba. "Pátria ou morte, venceremos", podem dizer hoje os cubanos. E naturalmente, não foi somente devido à valentia e decisão dos cubanos: a ajuda internacional, o apoio da URSS, a conjuntura e a correlação de forças, fatores nem sempre palpáveis, influíram.

A Revolução Cubana teve de construir seus mecanismos políticos a partir do triunfo. O povo foi se "socializando" construindo o socialismo, o socialismo foi adquirindo a consciência da necessidade da participação e direção dos negócios do estado "sobre la marcha". O Partido foi construído depois do triunfo, e o parto foi doloroso. Foi construído em função das necessidades da direção do jovem Estado. Quadros mal preparados tiveram de ocupar postos de direção. A migração e a luta de classes aguda, de uma certa forma, livraram o Partido da infiltração e da necessidade de purgas periódicas. Mas isto não é o suficiente para prevenir o burocratismo e o centralismo.

O Estado cubano nasceu extremamente

centralizado. O entusiasmo popular, a legitimidade indiscutível da revolução, o enfrentamento da contra-revolução, os 300 000 homens em armas permanentemente, as milícias populares mobilizadas, levaram a que o peso das tarefas políticas fosse sendo carregado por um pequeno grupo de homens, líderes autênticos.

A constituição do Partido Comunista Cubano se deu em um Congresso, ou melhor, em um encontro de militantes que vieram das organizações anteriores, e seu Comitê Central foi constituído à base do mérito — comandantes guerrilheiros e velhos comunistas. Só foi realizar seu primeiro Congresso em 1975, 10 anos depois do Encontro de constituição! Em 1970, Fidel denunciou a confusão das tarefas do Partido e do Estado. Não era pra menos.

A revolução pode satisfazer as necessidades básicas do povo: educação, saúde e trabalho. O prestígio da direção se fortaleceu com as dificuldades e as vitórias. O tamanho do país, a forma personalizada de direção e a falta de quadros intermediários fortaleciam a tendência à subestimação das leis objetivas do desenvolvimento econômico. O entusiasmo revolucionário não conhece barreiras, podemos dizer como frase de efeito. Mas as barreiras nem sempre são como as de uma corrida de obstáculos, que podem ser superadas com o impulso e a força. Podem assumir formas mais sutis, e sua percepção vem com o tempo, às vezes vinte anos depois.

O partido virara administrador, e o administrador membro do partido a revolução cubana se encontrou com o fato bizarro e contraditório de uma revolução popular sem mecanismos de participação popular.

A Revolução na encruzilhada

Com o fracasso da safra das 10 milhões, a Revolução foi posta diante da ineficiência de seu aparelho econômico. A safra absorveu a mão-de-obra, as fábricas se fecharam para cumprir a tarefa; e os cálculos se revelaram falsos, e o esforço popular pouco mais do que o bracejar de um afogado.

Mais ainda: os dirigentes da Revolução entenderam que as formas de participação popular eram ineficientes, que os sindicatos haviam praticamente perdido a função, que o partido virara administrador (e o administrador membro do Partido). A Revolução Cubana se encontrou com o fato bizarro e contraditório de uma revolução popular sem mecanismos de participação popular.

A reação do aparelho dirigente em Cuba foi, no dizer de Fidel Castro, "democratizar" a Revolução. Em 1970 isto se concretizou na realização de assembleias de delegados operários de cada ramo de produção, dirigidas pessoalmente por Fidel. Foi reativado o aparelho sindical, com a constituição de seções sindicais eleitas pelo voto livre e secreto; foi realizada a separação da administração e do partido, com a formação do tripé partido-sindicato-administração em cada bairro de trabalho. Deu-se início ao XIII Congresso da CTC — Central dos Trabalhadores de Cuba, onde os delegados foram eleitos por seção sindical em voto secreto de todos os trabalhadores. O Partido lançou-se à realização do seu Congresso, renovando o Comitê Central, através de eleições entre delegados escolhidos pelos militantes de base.

Criou-se uma nova instância política: o Poder Popular. Seus delegados são eleitos nas circunscrições, por número de habitantes, indicados através de assembleias coordenadas pelos CDR, devendo contar com a maioria absoluta dos votos para serem eleitos. Com base nesses Comitês é que são constituídas as Assembleias Municipais e enviados delegados ou deputados à Assembleia Nacional, que indica o Conselho de Ministros e o Primeiro Ministro.

Além disso, a revolução adotou o cálculo econômico, introduziu a rentabilidade nas empresas, passou a usar o estímulo material.

O problema foi resolvido com isso? Ainda não, achamos nós. A recente demissão de ministros, as denúncias de burocratismo, indolência, "oficialismo", mostram que a revolução cubana deve entrar em uma nova fase.

Na verdade, os organismos democráticos criados não foram suficientes para romper a espinha do centralismo administrativo. São inúmeros os administradores acomodados, displicentes, que preferem se calar a enfrentar os problemas com seus chefes e subordinados. Tudo se passa como se os órgãos como os sindicatos, as assembleias de produção (onde se discutem os problemas do centro de trabalho) e órgãos de poder popular funcionassem numa atmosfera de "respeito" ao "poder constituído".

Transformar a crítica numa necessidade: denunciar a arrogância burocrática; acionar verdadeiramente todos os órgãos de democracia já criados... a Revolução Cubana é suficientemente rica para dar a solução correta.

A direção revolucionária é legitimada pelo menos pelo prestígio popular; mas a sombra deste prestígio vegetam os burocratas.

Foram criadas instituições para vigiar e cobrar da administração, para ajudar a resolver os problemas da administração e de direção. Agora, percebe-se que o importante é que critiquem e exerçam o poder.

Na verdade, a Revolução se vê diante de duas possibilidades. Uma é tentar maior eficiência pela burocratização (aumentando a repressão). Outra é aumentar a eficiência pela democratização (através da participação, inclusive para vigiar e punir a ineficiência, a indolência, a incapacidade).

A possibilidade de que se vá ao caminho de oprimir e burocratizar é real. O povo poderia apoiar uma ação deste tipo contra os maus trabalhadores, os delinquentes, os corruptos de todo o gênero, os administradores incapazes, etc. Pode-se chegar a uma burocratização eficiente pelo medo.

O outro caminho é conferir aos órgãos de massa mais poder; transformar a crítica numa necessidade; denunciar a arrogância burocrática; acionar verdadeiramente todos os órgãos da democracia já criados. Um ministro não é um ser intocável; não se demite apenas por razões de "saúde". Um sindicato não existe apenas para cumprir metas a todo custo, exigindo do trabalhador, mas para exigir uma administração eficiente e respeito ao trabalhador.

O dilema não se resolveu ainda. Mas achamos que a Revolução Cubana é suficientemente rica para fornecer a solução correta.

Ainda sobre o autoritarismo da «Hora do Povo»

(Resposta tranquila a um contraditor irado)

Em nossa edição de nº 97 EM TEMPO publicou uma carta de Mauricio Tragtenberg* condenando a violência cometida por elementos daquele jornal contra a membro da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Em sua edição seguinte «A Hora do Povo» respondeu intempestivamente a esta carta e agora publicamos a réplica de Mauricio Tragtenberg

Sob o título "O autoritarismo anti-autoritário" o semanário A HORA DO POVO através de um seu funcionário, "respondeu" a artigo meu publicado no EM TEMPO, aí vai a réplica ao articulista nervoso.

1º) O articulista da HORA DO POVO "sério" órgão da imprensa carioca "responde" a meu artigo investindo na área do ataque pessoal: "socialista de fardão", "figuração", "fariseu", "pedantão", o que mostra o tom panfletário onde a objetividade está ausente e, em troca, permanece o "terrorismo intelectual", a técnica da intimidação destinada a inibir a crítica — recurso totalitário digno do fascismo.

2º) Definir os membros da Oposição Sindical Metalúrgica de S. Paulo como "um grupo de provocadores agindo em nome da denominada Oposição Sindical" prova a força de convicção do articulista e não a realidade. É uma velha técnica totalitária de stalinismo tachar de "provocadores" aqueles que não rezam por sua cartilha. Até ai nada de inovação.

3º) Auto intitular-se pertencer as fileiras dos "mais destacados combatentes populares" além de revelar cabotinismo, é uma questão de opinião subjetiva. Aliás, auto-imagens altissonantes são incompatíveis com o mínimo de modéstia e auto-crítica que deveria nortear qualquer tendência no meio operário, porém o articulista de "A HORA DO POVO" não pertence a essa classe.

4º) Atribuir-me o fato de querer "aliviar a responsabilidade da reação" citando o episódio do Clube Militar onde os membros da Oposição Sindical refugiaram-se, temendo por sua liquidação física nas mãos dos adeptos da "A HORA DO POVO" é uma manobra sutil de esconder um fato ocorrido. Quando os membros da Oposição Sindical refugiaram-se no Clube Militar (à r. Tabatinguera em SP), os grandes "socialistas" da A HORA DO POVO passaram a atacá-los com gritos de: **Comunistas!** pretendendo dessa maneira tornar os membros da Oposição alvo da re-

pressão militar, também. "Entregar" os membros da Oposição Sindical na "bandeira" aos militares do Clube, é indigno de quem berra aos quatro ventos que é "marxista-leninista-stalinista como "A HORA DO POVO".

5º) Definir o POM como um grupo anarco-trotskista é no mínimo, efetuar uma falsa identificação. Eis que, o movimento anarquista articulava-se na Espanha em torno da CNT (Confederação Nacional do Trabalho) que possuía, em 1936 na Espanha, 2.000.000 de adeptos; enquanto os êmulos espanhóis de A HORA DO POVO, o P. C. Espanhol não passava de 3.000 membros em 1936.

Em segundo lugar, o termo, anarco-trotskismo se constitui no mínimo, numa associação fundada na ignorância política, eis que, a repressão aos anarquistas na Rev. Russa por ocasião da Revolução Camponesa na Ucrânia dirigida por Makno e da sublevação de Cronstad, as duas de orientação anarquista, fôra obra de Trotsky, naquela época, Stalin era figura de 5º plano nos arraiais do PC Soviético.

O POUM por sua vez, surgira de uma cisão do trotskismo; nos "Escritos de Espanha" Trotsky dedica metade do volume criticando o POUM.

4º) Definir o POUM como um movimento que "pegou em armas em tempos de guerra civil contra um poder popular..." é abusar do conceito poder popular ou tripudiar sobre a ignorância média brasileira a respeito do assunto.

Tanto o POUM como os anarquistas sob governo de Negrin, controlado pelo PC stalinista, sofreram dura repressão. Não foi o POUM que levantou-se contra um "poder popular", mas sim o chamado "poder popular" — onde o stalinismo (PC Espanhol) era hegemônico — que, utilizou-se do controle que possuía sobre a Polícia para empregá-la contra os anti-fascistas não estalinistas, tanto na frente como na retaguarda. Foi a época do famigerado SIM (Serviço de Informação Militar) constituído nos moldes da GPU soviética, que, pren-

dia, torturava e assassinava anarquistas e poumistas, o mais conhecido foi o assassinato do secretário geral do POUM, Andrés Nin pelo stalinismo espanhol na 'tcheka' de Alcalá de Henares. Para refrescar a memória do articulista ai vai uma relação dos endereços das 'tchekas' stalinistas na Espanha Republicana sob o "poder popular" por ocasião da guerra civil: **Barcelona**, Calle Puerta de Angel, 24 Paseo de San Juan, 104 Calle de Montaner, 321. **Valência**, Ex-convento de Santa Ursula **Madrid**, Calle de Atocha Paseo de la Castellana **Alcalá de Henares**, Séde Central da 'tocheka'.

6º) Definir os anarquistas como autoritários por quererem "impor seu anti-clericalismo doentio pelas armas" é desconhecer a importância econômica e política da Igreja Católica na Espanha, na época proprietária de 60% dos latifúndios espanhóis. A luta contra o latifúndio tomava a forma de luta contra a Igreja. Acresce, o fato dela legitimar as armas "nacionalistas" de Franco, quando o Cardel Segura abençoa seu exército e apresenta Franco como chefe de uma "Cruzada".

7º) Finalizando, o articulista usa e abusa do nome do "povo", terá procurado A HORA DO POVO para falar em nome do mesmo? Não se trata de uma usurpação pretensiosa de seu nome a pretexto de representá-lo? Em suma, sugiro que o articulista irado illustre-se mais a respeito dos temas que trata, bibliografia não falta, pois como já dizia o velho Trotsky "em política a ignorância é má conselheira". No caso, essa afirmação é pertinente.

(Mauricio Tragtenberg)

* Mauricio Tragtenberg é professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP e também professor da Fundação Getúlio Vargas.

A luta pela legalização do aborto

Solidarizamo-nos com o jornal EM TEMPO pela reportagem sobre o caso das duas mulheres presas no Rio de Janeiro, acusadas de terem se submetido ao aborto, junto com o médico e a enfermeira, acusados de terem praticado estes abortos.

Protestamos contra as prisões, denunciemos a ilegalidade do aborto, as péssimas condições em que é realizado e defendemos sua legalização.

(Jornal Brasil Mulher)

As Adesões

O grupo feminista 8 de Março, a Sociedade Pró-Mulher, a Frente Nacional de Mulheres apoiam a campanha do aborto, também denunciam as prisões efetuadas no Rio e propõem uma ampla discussão sobre os problemas da contracepção e do aborto no Brasil.

Líder indígena assassinado

A Comissão Pró-Índio do Rio de Janeiro também exige que se acelerem as investigações sobre o assassinato do líder dos índios Pankararé, Ângelo Pereira Xavier, ocorrido no último dia 26 de dezembro.

A luta destes índios pela posse da terra e em defesa de seus valores culturais tem se intensificado nos últimos dias e o assassinato de Ângelo Pereira Xavier só se explica por este fato. Eis o documento da comissão Pró-Índio/RJ.

Apreensão com a lentidão as investigações sobre o assassinato de Ângelo Pereira Xavier, líder dos índios Pankararé da Bahia; preocupada com as consequências de tal fato não só para esse como para todos os grupos indígenas daquele Estado, suspeitosa com as versões simplistas e distorcidas divulgadas a respeito das motivações do crime; e somando-se à firme e irredutível posição adotada pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, pela Associação Nacional de Apoio ao Índio de vários estados, pelo Conselho Indigenista Missionário, pelo jornal «A Tarde» de Salvador, pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia, e por muitos outros órgãos científicos, religiosos e de classe, a COMISSÃO PRO-ÍNDIO do Rio de Janeiro vem tornar público o seguinte:

1º) o homicídio de Ângelo Pereira Xavier não é um caso fortuito e sim o resultado de longa disputa por terras e das pressões exercidas sobre os indígenas pela população local não-india;

2º) existindo desde o séc. XVII, essas pressões agravaram-se a partir de 1967, quando os índios foram proibidos pelos não-índios de praticar seus rituais, especialmente o Torá, sob ameaça de morte. Este ritual, segundo os índios, os faria recuperar suas terras;

3º) A partir de 1975 o grupo indígena passou a ser acompanhado pela equipe da Universidade Federal da Bahia, que, apesar de seus esforços, só conseguiu para o grupo uma superficial e ineficiente atenção da FUNAI, que se tivesse sido eficaz, poderia ter evitado a agressão agora ocorrida;

4º) EM 1977 Ângelo Pereira Xavier, frente a crescente ameaças contra sua vida, pediu e obteve garantias de vida da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, momentâneo apoio da 3ª Delegacia Regional da FUNAI, que se fez presente no local, e cobertura da Companhia de Infantaria do Exército de Paulo Afonso, para a realização do Toré;

5º) Em setembro de 1979 Ângelo Pereira Xavier voltou a procurar proteção junto à 3ª Delegacia da FUNAI, em Recife, e posteriormente em Salvador, mas nada de concreto lhe foi possível conseguir;

6º) Em 26 de dezembro de 1979 às 07:30 horas, estando na companhia de seu filho, que testemunhou o ataque, foi tocado e atingido por um tiro de espingarda, sendo todos os indícios e antecedentes provas de que se tratou de um crime de mando;

7º) A não elucidação de todos os aspectos do crime põe diretamente em risco a integridade física de todos os outros Pankararé, envolvidos na mesma luta em defesa de seus rituais, de suas terras e de sua identidade étnica e, indiretamente a dos demais índios da Bahia, na medida em que a impunidade do autor e dos prováveis mandantes seja garantia de impunidade por quaisquer outros atentados em situação semelhante.

Diante desses dados, a Comissão Pró-Índio/RJ recusa-se a aceitar, até irrefutável prova em contrário, que o assassinato seja fruto de uma simples rixa familiar.

O PT ganha as massas

Aqui Nelson Edi discute algumas idéias sobre o PT e ao mesmo tempo relata a vontade dos trabalhadores do Vale dos Sinos — RS — em construir o PT. Eis sua carta

No início com lendidão e de forma questionável, pois limitava-se a dirigentes sindicais, mas agora com pressa ansiosa e participação bastante aberta, a proposta do PT — Partido dos Trabalhadores — ganha as ruas e as massas.

Os obstáculos serão muitos, especialmente aqui no sul onde o PTB possui algum folego (muito menor que o esperado) e também porque a classe burguesa, dona do poder, evidentemente que tudo fará, inclusive seus velhos truques para impedir o avanço da proposta que vem recebendo adesões, indiscutivelmente consequentes.

Mas até ai, nada de novo, pois como disse um operário da construção civil de Porto Alegre, «seríamos ingênuos — nós trabalhadores — se fôssemos esperar que as coisas nos seriam facilitadas pelo João».

O PT será construído em cima de um trabalho exigente, é verdade, mas que terá como consequência o surgimento de um partido realmente atuante, saído das bases, dinâmico que cumprirá importantíssimo papel na organização dos trabalhadores.»

Aqui na região do Vale dos Sinos — RS — onde a maioria dos habitantes são operários, especialmente da indústria do calçado, a proposta do

PT tem todas as condições de implantação, pois que: 1º — com a bem bolada política de arrocho salarial estes operários, que com seu trabalho exportam milhões de pares de sapato, vêem baixar drasticamente suas condições de vida; 2º — com as administrações de partidos burgueses estes trabalhadores tem visto seus interesses eternamente esquecidos e sempre barrados a uma participação política.

A composição da Comissão Regional do PT/RS, reflete uma posição bem clara, o PT não é obreirista, ele é, isto sim, um movimento que está aberto a todas categorias de trabalhadores, porém, resguardada aquela decisão inicial: a organização independente dos trabalhadores fortalecida nas bases, sem a participação dos patrões.

A batalha que virá não será fácil, assim como não é fácil a luta pela sobrevivência dos trabalhadores brasileiros, mas é como falamos «não tá morto quem peleia».

Nelson Edi Guatério de Sá Presidente da Comissão Organizadora do Centro das Associações e Comissões de Bairros — Novo Hamburgo Membro da Comissão Regional do PT/RS



EM TEMPO

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antônio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Bera-ba, Marcos Aurélio Garcia Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte — Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues Sandra Starling, Valmir Menezes DIRETORIA: Flávio Andrade, (presidente), Carlos Tibúrcio,

José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.

EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.

DIRETOR RESPONSÁVEIS: Robinson Ayres.

ARTE: Paulo Roberto M. Borges, Papi. SUCURSAIS: Belo Horizonte — Av. Cristóvão Colombo, 550 — Tel.: 224-0127 — PORTO ALEGRE: Av. Osvaldo Aranha, 1407 -

loja 20: RIO DE JANEIRO —

Praia do Botafogo, 316, sala 209 SALVADOR — Av. Josna Angélica, 8, sala 44: FORTALEZA — Rua Castro e Silva, 1169 — Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Av. Cristóvão Colombo, 550, Tel.: 224-0127 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO E IMPRESÃO: Empresa Jornalística AFA Ltda - Av. Liberdade, 704 — São Paulo — Tel.: 278-9010

Rua Matheus Grou, 57- Pinheiros- São Paulo CEP: 05415 Telefones: 280-4759-853-6680

CUBA

Participação ou burocratização

Por Jorge Nahas

A recente substituição de ministros em Cuba, que incluiu a saída de Raul Castro, irmão de Fidel, do comando das Forças Armadas, trouxe de volta aos noticiários os problemas da Revolução Cubana. As dificuldades econômicas, a busca de uma maior eficiência, a confiança em Fidel para resolver as questões mais graves (ele agora assumiu pessoalmente o controle sobre as Forças Armadas, a Polícia, o ministério do Interior, da Saúde e da Cultura), não são novidades. Uma situação semelhante ocorreu, por exemplo, quando fracassou em 1970 a luta pela safra de 10 milhões de toneladas de açúcar e Fidel foi a público fazer uma autocrítica.

O debate dos problemas da Revolução Cubana é necessário a todos os que se interessam pela causa do progresso social. Assim, publicamos o artigo de Jorge Nahas.

Jorge foi estudante de medicina em Belo Horizonte e militante da COLINA (Comando de Libertação Nacional), uma das organizações formadas nos anos 60 na inspiração da Revolução Cubana. Foi preso e banido do país, em troca do embaixador alemão. Exilou-se em Cuba, onde se formou em medicina. Passou a maioria dos anos da década passada integrado na construção do socialismo na Ilha.

Em 1970 fracassou em Cuba a safra das 10 milhões de toneladas de açúcar. Em setembro do mesmo ano, o 1.º Ministro Fidel Castro disse em plena Praça da Revolução, perante 1 milhão de atentos ouvintes: "começamos a democratização da Revolução".

Em 1975, no informe central prestado perante o 1.º Congresso do Partido, diria: "na condução de nossa economia, padecemos indubitavelmente dos erros do idealismo e, em algumas ocasiões,



Fidel Castro agora concentra os poderes. O que virá?

desconhecemos a realidade de que existem leis econômicas objetivas, às quais devemos nos submeter... se tivéssemos sido mais humildes, se não tivéssemos nos superestimado, se tivéssemos sido capazes de compreender que a teoria revolucionária não estava suficientemente desenvolvida em nosso país, e que carecíamos de economistas profundos e cientistas do marxismo para pretender realizar avanços realmente significativos na teoria e na prática da construção do socialismo..."

Em 1979, interrompendo um delegado à Assembléia do Poder Popular, numa das sessões plenárias, Fidel diria: "o que estamos vendo são insuficiências do nosso socialismo... temos de ir ao fundo dos problemas... rigor, rigor, rigor, eis o que nos falta".

Vinte anos de propaganda não eliminaram o mercado, nem os agentes deste mercado; só uma coisa os eliminaria: o desenvolvimento das forças produtivas até a abundância.

Raul Castro, irmão de Fidel e até agora comandante das Forças Armadas, dedicou metade dos seus discursos na cerimônia do 20.º aniversário da morte de Camilo Cienfuegos para denunciar "os múltiplos exemplos de irresponsabilidade, desorganização, indisciplina e domesticação sindical... a tolerância que conduz à inércia... aqueles que estão mais preocupados em conservar os seus cargos do que em responder às necessidades do povo". E terminou perguntan-

do: "até quando vamos permitir que os problemas se convertam em crises para então dirigirmo-nos ao camarada Fidel, para que nos tire as castanhas do fogo?"

Há inúmeros exemplos que justificam a preocupação dos dirigentes cubanos, sua crítica ao idealismo e voluntarismo, sua preocupação com a burocracia, sua defesa da democracia.

O socialismo não se fabrica com leis. O atraso econômico não pode ser eliminado com medidas que o ignoram. O Estado centralizou toda a atividade econômica: foi uma necessidade. Mas proibir a atividade dos artesãos, mecânicos, bombeiros, vendedores ambulantes, foi um erro.

Você não leva sua televisão a uma oficina de consertos: ali todo o mundo sabe que demoram meses, consertam mal, e podem até te roubar peças. Mas um "sócio" pode te consertar em casa, com material roubado da oficina onde ele é obrigado a trabalhar.

O burocrata não é necessariamente um corrupto ou um aproveitador: é, na maioria das vezes, fruto da incompetência. E que competência é necessário ter em Cuba! Um lugar onde os estímulos materiais praticamente não existiam; onde o desemprego acabou, onde o dinheiro perdeu o valor, etc. Alguns achavam que caminhavam para o comunismo. Que velha história...

Ainda bem que não existiam normas de produção, nem controle de custos, nem de produtividade. Ou melhor, existiam às vezes, mas sempre existiam motivos mais poderosos para não cumprí-los: faltavam peças que deviam ser importadas, e não tinham sido; uma outra in-

dústria não entregou a tempo um componente qualquer da linha de produção, e não entregou porque... e por aí vai.

A seção "Vuelta al Correo", do diário Gramma, denuncia diariamente fatos como esses: "guindaste novo, importado, abandonado há dois anos em terreno baldio; os leitores exigem saber quem é o responsável".

"Em Havana Velha, os populares, o CDR (Comitês de Defesa da Revolução) e os funcionários da Saúde Pública arrombaram um armazém fechado há quatro anos, foco de ratos e baratas. Encontraram-no lotado de material importado, deteriorado, e nunca usado. Quem é o responsável?" Ou mais simples: "...a que empresa pertence este material?"

Quem é o responsável? "No hay, mi socio". A culpa é do imperialismo, brincam os cubanos.

Há pouco mais de dois anos, foi tolerado o comércio livre de alguns artigos, numa rua central de Havana. Uma verdadeira explosão de fabricantes de artigos de artesanatos: indivíduos (até então companheiros) compravam as escovas de dente disponíveis, derretiam os cabos e fabricavam anéis, pulseiras e brincos. Outros conseguiram pedaços de chumbo abandonados pelas empresas e vendiam, depois de derretê-los, na forma de pequenos soldadinhos (o Estado não fabrica nenhuma das duas coisas).

Velhos senhores conseguiam placas velhas de raio X, retiravam a substância que as velava, e, com o plástico, fabricavam aviõeszinhos, chapéus, óculos para crianças, etc.

Um país com uma classe operária débil e desorganizada, enfrentando uma hostilidade, cruel e implacável do imperialismo mais forte que o mundo conheceu, no auge de seu poderio.

Vinte anos de propaganda, vinte anos de "coerção social" não eliminaram a iniciativa, nem o mercado, nem os agentes desse mercado. Só uma coisa os eliminaria: o desenvolvimento das forças produtivas até a abundância. As pessoas continuaram gostando de pulseirinhas cafonas de plástico e aviõeszinhos. Também adoram calças Lee e sapatos "plataforma".

Continua na
Pág. 22